

Novembro de 2016

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Migração](#)
12. [Exploração Mineira](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, O PAÍS, Novo Jornal, Expansão, Economia e Finanças, A República, O Crime, Manchete, Liberdade, Continente, Grandes Notícias e Visão
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

Redação

Sobriano César Capitão

Conselho de Edição

Allan Cain, João Domingos
e Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

INDÍCE

1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	1
1.1 Angola entre os 10 países onde é mais difícil fazer negócios	1
1.2 Sistema financeiro em risco de colapso	1
1.3 Vandalismo e pobreza	2
2. MICROFINANÇAS	4
2.1 Mais de mil empreendedores financiados pela Micro Capital	4
2.2 Produto bancário agregado com aumento considerável	4
2.3 Sistema financeiro em risco de colapso	5
2.4 Angola tem 7,8 milhões de contas	6
2.5 Riscos no crédito	6
2.6 Crédito malparado aumentou 8,8% em 2015	7
3. MERCADO INFORMAL	9
3.1 Sindicato quer medidas para evitar processos contra zungueiras	9
3.2 Higino Carneiro entrega o mercado do KM30 a gestão privada	9
3.3 Os vendedores do ex-Roque Santeiro eram empreendedores	10
3.4 Venda ambulante pelo país	12
3.5 Divergência contínua no Mercado do KM30	13
3.6 Trabalho dos taxistas é enaltecido na região	14
4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	15
4.1 Programa do Executivo para levar água potável as zonas rurais sofreu redução de 70%	15
4.2 É possível arrecadar mais receitas com os recursos locais disponíveis	16
4.3 OGE 2017 Energia e águas no topo do crescimento da economia em 2017	17
4.4 OGE aponta melhorias no desempenho fiscal	17
4.5 OGE prioriza militares e polícias	18
4.6 Análise ao OGE de 2017 aprovada pela Assembleia Nacional	19
4.7 Dívida pública angolana atinge 70% do Produto Interno Bruto	20
4.8 OGE prevê arrecadar 209 milhões de dólares em taxas	21
4.9 Eleições gerais com dinheiro garantido pelo OGE	21
4.10 OGE recebe contribuições de parceiros sociais	22
4.11 Despesas por Governo provincial e órgãos sob tutela valores em mil milhões de kz	23
4.12 Despesas por Ministério e órgãos sob tutela Valores em milhões KZ	23
4.13 Ministro das Finanças esclarece alterações à dívida pública	24
5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA	26
5.1 Reorganização territorial cria novo município e Kilamba Kiaxi volta a ser sede municipal	26
5.2 Autarquias locais são institucionalizadas até 2021	26
5.3 As autarquias “arrumadas”	28
5.4 É possível arrecadar mais receitas com os recursos locais disponíveis	29
5.5 Poder Local Angola deve esperar 30 anos para instituir autarquias	30
5.6 UNITA quer autarquias	31
5.6 GOVERNO PROVINCIAL DE LUANDA “Nomeados novos administradores”	31

5.8 Divisão administrativo de Luanda	32
6. URBANISMO E HABITAÇÃO	33
6.1 Infra-estruturas estão quase concluídas	33
6.2 Prestações com novas modalidades	33
6.3 Seguro habitacional multi-risco obrigatório nas centralidades	34
6.4 China lidera importação e exportações de Angola	35
6.5 Preços dos terrenos estão em estudo	35
6.6 Angola, na SADC, destaca-se com proposta económica adequada	36
6.6 Hoje o mercado habitacional já não aceita preços especulativos	37
6.7 Projecto Habitacional do Mucaba	38
6.8 Proprietários de imóveis seguros de multi-risco	39
7. TERRA	41
7.1 Preços dos terrenos estão em estudo	41
7.2 Abordada clarificação na venda de terrenos	42
7.3 Começou venda de lotes em projecto urbanístico	42
7.4 Moradores do prédio da ECIL com destino incerto	43
7.5 Urbanismo regulariza concessão de terrenos	44
8. SERVIÇOS BÁSICOS	46
8.1 Falta de financiamento afecta programa Saneamento Total	46
8.2 Bairro Ngola Kiluanje passa a distrito	46
8.3 Administradores municipais empossados	47
8.4 Mais água potável para a população	48
8.5 Coca-Cola leva mais água potável ao Bom Jesus	48
8.6 Chafarizes são entregues à administração	49
8.7 População da Chipipa com mais água potável	49
8.8 Melhorado o abastecimento de água	49
8.9 Programa do Executivo para levar água potável as zonas rurais sofreu redução de 70%	51
8.10 Região tem milhares de novos consumidores	52
8.11 Governo angolano investe no acesso à água potável	53
8.12 OGE 2017 Energia e águas no topo do crescimento da economia em 2017	53
8.13 Vala de drenagem é fonte de abastecimento e diversão	54
8.14 Serviços Sociais em Malanje	55
8.15 Água para Todos chega aos bairros do Londuimbali	55
8.16 Luanda tem curso sobre gestão de águas	56
8.17 Sistema de água inaugurado no Uíge	56
8.18 Fornecimento de água e energia pode melhorar	57
9. GÉNERO E VIOLENCIA	58
9.1 Vandalismo e pobreza	58
10. AMBIENTE	60
10.1 Abate indiscriminado de árvores é alarmante	60
10.2 A chuva em Luanda é problema antigo	60
10.3 A nossa meta é aumentar a produção de derivados de madeira	62
10.4 Rendas coladas ao dólar	63

10.5	Estado impõe condições aos madeireiros	63
10.6	Milhares de famílias ficaram sem abrigo	64
10.7	Angola quer mais contribuições financeiras	64
10.8	Efeitos da seca com menos impacto na região	65
10.9	Transferências após desastre com mais impacto em Angola	65
10.10	Vala de drenagem é fonte de abastecimento e diversão	66
10.11	Chuva impede crianças de frequentar a escola no Inhinhique	67
10.12	Cidade de Luanda acordou molhada	68

11. MIGRAÇÃO **70**

11,1	Imigração ilegal é preocupante	70
------	--------------------------------	----

12. EXPLORAÇÃO MINEIRA **71**

12.1	Imigração ilegal é preocupante	71
12.2	Exploração nas Lundas Sobas prometem levar a cabo manifestações em 2017	71

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Angola entre os 10 países onde é mais difícil fazer negócios

Jornal A República
04 De Novembro de 2016

No relatório do Grupo Banco Mundial (BM) "Doing Business 2017 - Igualdade de Oportunidades para Todos": que avalia 190 países, conclui-se que 137 países realizaram reformas para melhorar o ambiente de negócios em 2015/16, mais 20% do que no ano passado.

O relatório inclui um 'ranking' dos 190 países, liderado pela Nova Zelândia, que com uma classificação de 87,01 pontos surge como a economia onde é mais fácil fazer negócios.

No fim da lista surge a Somália, com uma pontuação de 20,29.

Entre os 10 últimos encontra-se Angola, com 38,41 pontos e na 182.a posição, embora esteja entre os países que aboliram ou reduziram o capital mínimo requerido para a constituição de uma empresa e entre os que reduziram outros impostos para além dos impostos sobre o trabalho e sobre lucro.

Angola, tal como seis dos nove Estados membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), não viu melhorar nem piorar o seu ambiente de negócios, apesar de ter descido um lugar no 'ranking'. Na melhor posição entre os lusófonos está Portugal (com 77,4 pontos), um dos três países da CPLP que viram melhorar o seu desempenho, embora desça duas posições no ranking, para 125.º.

Os autores do relatório escrevem que as reformas em Portugal resultaram numa redução do tempo e do custo da formalização de uma empresa, aumentando o número de 'start-ups' em 17% e a criação de sete novos empregos por 100 mil habitantes por mês.

Apesar de estas 'status' serem mais pequenas e mais frequentemente criadas por mulheres do que antes das reformas, eram também lideradas por empreendedores com menos experiência e menos qualificações.

São Tomé e Príncipe (162.º) e Guiné-Bissau (172.º) foram as duas outras economias lusófonas que viram melhorar a sua classificação no 'ranking' Doing Business.

Sobre São Tomé e Príncipe, que obtém 46,75 pontos no ranking, o relatório destaca a introdução de um salário mínimo para sector privado.

Já quanto à Guiné-Bissau, (41,63 pontos), os autores escrevem que o país tornou mais fácil a resolução das situações de insolvência, ao introduzir um novo procedimento conciliatório para as empresas em dificuldades financeiras e um processo de liquidação preventiva simplificada para as empresas pequenas.

O Brasil é o segundo país lusófono mais bem classificado no 'ranking', onde surge em 123.a posição, abaixo da 116.a que alcançara no ano passado.

Apesar disso, a economia brasileira recolhe 56,53 pontos, classificação que não sobe nem desce face ao ano passado.

O Brasil, pode ler-se no relatório, facilitou a criação de empresas ao implementar um portal on-line para licenças de negócios no Rio de Janeiro.

Em 129.a, Cabo Verde é a terceira economia lusófono mais bem classificada, recolhendo um total de 55,28 pontos.

Os autores sublinham que Cabo Verde introduziu um seguro de desemprego para trabalhadores com um período contributivo de pelo menos seis meses.

Angola (182.º), Guiné Equatorial (178.a) e Timor-Leste (175.º) são os países lusófonos com piores ambientes de negócios, estão todos entre os 15 últimos e nenhum dos três sofreu melhorias face ao ano passado.

I.2 Sistema financeiro em risco de colapso

Novo Jornal
25 De Novembro de 2016
Texto: Faustino Diogo

O governador do Banco Nacional de Angola (BNA) admitiu esta semana que o sistema financeiro angolano está praticamente em "falência técnica" por falta de liquidez.

Valter Filipe, que falava na passada quarta-feira, dia 23, aos deputados na Assembleia Nacional, considera que a situação crítica de alguns bancos que operam no país está a minar todo o sistema. "Temos hoje 31 bancos, e cinco destes têm problemas de incumprimento e insolubilidade, mesmo de uma falência técnica, que impacta em todo o nosso sistema financeiro", disse o responsável máximo do banco central.

Embora não tenha avançado o nome dos cinco bancos que afundam o sistema financeiro, o patrão do BNA deu como exemplo o BPC, onde a falta de rigor na cedência de crédito a empresas e pessoas singulares comprometeu o desempenho da instituição pública.

"O Estado tem uma situação de incumprimento e endividamento com muitas empresas a quem foi concedido crédito pelo BPC. E esta situação impactou sobremaneira na balança do Banco, na sua liquidez e no seu rácio de solvibilidade. É evidente que, para além desta situação, há indicação também de histórico de uma gestão corporativa que não facilitou o sistema interno de controlo de ponderação da concessão de crédito", disse.

Aos deputados, o governador do Banco Nacional de Angola admitiu também, contrariamente a outros pronunciamentos, que as dificuldades que os cidadãos têm em movimentar as suas contas em moeda estrangeira resultam da falta de divisas no mercado.

"Existe um problema de incapacidade de poder autorizar o levantamento de moeda externa para os depositantes, porque efetivamente o Banco Nacional de Angola não tem condições de disponibilizar as divisas necessárias para que os bancos comerciais possam então autorizar os levantamentos aos particulares", explicou Válder Filipe, dando assim razão aos bancos comerciais que têm atribuído responsabilidades ao BNA, até aqui não assumidas pelo banco central, que responsabilizou em diversos momentos os bancos comerciais.

Não havendo liquidez em moeda externa nos bancos comerciais, o BNA deveria tecnicamente fazer uma reposição cambial. Ou seja, vender dólares aos bancos para autorizarem os levantamentos aos clientes, quer particulares, quer empresas, reconheceu o líder do BNA.

A posição agora assumida pelo BNA não surpreendeu a banca comercial. Segundo fonte da Associação Angolana de Bancos (ABANC), há muito que a organização tem alertado o Banco Central pela

incapacidade de satisfazerem os clientes com contas em divisas.

"Isso só prova que tínhamos razão. As divisas disponíveis nos leilões do BNA são insuficientes para a demanda. Lamentamos apenas que só agora esta situação tenha sido assumida. Porque, para os clientes, os culpados eram os bancos e algumas vezes isso também foi dito pelo Banco Nacional de Angola", notou o nosso interlocutor.

Questionado sobre a possível "falência técnica" do sistema financeiro, a fonte foi perentória em afirmar que o BNA sabe o que diz.

"O BNA sabe o porquê disso. E com que bancos pode contar. A verdade é que alguns bancos deixam muito a desejar. Pena é que ainda continuem a funcionar, penalizando assim todo um sistema financeiro que se foi construindo ao longo destes anos", concluiu.

I.3 Vandalismo e pobreza

Jornal de Angola

01 De Novembro de 2016

Variadas vezes ouvimos, baseando-se em indicadores sociais, que a maioria da população angolana é pobre e que, ao lado das instituições do Estado, parceiros sociais, envida esforços gigantescos para manter com alguma dignidade os agregados familiares.

Mas atendendo à dinâmica da vida, raras vezes se notam pronunciamento a favor da manutenção do pouco que se consegue, dos poucos recursos que se obtém, das conquistas já alcançadas e que jogam papel instrumental na direcção inversa da pobreza. Esta, como prova a experiência humana, nem sempre se deve tanto à falta de bens materiais e espirituais, mas sobretudo pelo desperdício, uso desregrado ou destruição do que se tem.

Mais do que reivindicar o muito que falta para o bem-estar pessoal, familiar e de toda a sociedade, embora legítimo e natural, é vital que se preserve o pouco que existe.

Não se pode continuar a desperdiçar o pouco que temos, permitir a destruição de bens que custam elevadas somas ao Estado e que visam a melhoria das condições de vida de toda a população.

Precisamos todos de refletir sobre o que realmente pretendemos em sociedade, numa altura e que a indisciplina, a onda de vandalismo e, mais preocupante, a indiferença com que se assiste a tudo

isso assume contornos de uma espécie de autoflagelação.

Não é normal ver bens públicos a serem vandalizados sem que se impeça ou, no mínimo, se contribua para que as autoridades atuem no tempo devido. O que sucedeu no Camama deve servir de lembrança a todos de que, contrariamente à ideia de que cabe ao Estado fazer a defesa dos bens públicos, constitui uma obrigação de cada um de nós participar deste importante acto, defender o que é de todos.

A Acção criminosa, traduzida na destruição e roubo de equipamentos eléctricos em fase de conclusão para o fornecimento de energia no município de Belas, constitui um delito de elevada gravidade.

A destruição de 36 postos de transformação, e mais de 40 armários de distribuição já concluídos representa perdas monumentais e um grande retrocesso nos esforços das instituições do Estado para a redução do défice de fornecimento e consumo de energia eléctrica naquela circunscrição administrativa.

Não há dúvida de que tais actos constituem igualmente um ou vários passos dados na direcção do empobrecimento de numerosas famílias, na elevação dos custos de várias empresas e na sobrecarga ao Estado.

Embora as pessoas implicadas estejam já detidas pela Policia Nacional, urge tomar medidas mais severas para que esses precedentes não prevaleçam como "modus vivendi" de muitos nacionais e estrangeiros.

Tal como sucedeu com materiais eléctricos que se destinavam ao fornecimento de energia aos moradores de alguns bairros da comuna do Camama, município de Belas, acções de dimensão semelhante ou aproximada ocorrem com outros bens públicos. Como denunciou a administradora executiva da Empresa de Aguas de Luanda (EPAL), grande parte das situações de restrição no fornecimento de água a uma das centrais idades deve-se às sabotagens constantes na conduta.

Na verdade, o garimpo de água e sabotagem à condutas de água um pouco por todo o lado, particularmente em Luanda, tem sido uma autêntica dor de cabeça para a empresa de águas da capital. Numerosos casos foram parar aos órgãos competentes de justiça, mas a prática parece ainda longe d uma definitiva eliminação, realidade que de tende a efectivar-se apenas com li adopção de medidas apropriadas.

A começar com acções de sensibilização, não é exagerado defender punições s severas contra todos

os que praticam actos de vandalismo, roubo e completa destruição de bens públicos tais como materiais eléctricos, condutas de água, apenas para mencionar estes.

As comunidades devem ser as primeiras a fazer a defesa dos bens colocado ao seu serviço, por meio da sensibilização e da educação dos seus membros, bem como colaboração com a Policia Nacional.

Trata-se de episódios recorrentes que sucedem um pouco por todo o lado e que concorrem para que fenómenos como a pobreza se acentuem junto das comunidades. É preciso que todos se empenhem na preservação do pouco, que diz respeito a todos, que existe nas comunidades como forma de evitar a dispersão de esforços na prossecução do bem comum e generalização da pobreza.

Precisamos todos de alinhar no mesmo dia passa das instituições do Estado que incansavelmente lutam para que indicadores sociais como a pobreza conheçam as vias da sua erradicação e não o contrário.

Combatamos todo o vandalismo contra os materiais eléctricos e de construção civil, contra as condutas de água, nas estradas, nas escolas, nas empresas públicas e privadas, no meio ambiente, enquanto fenómeno que acentua também a pobreza nas comunidades.

2. MICROFINANÇAS

2.1 Mais de mil empreendedores financiados pela Micro Capital

Jornal O PAÍS

15 De Novembro de 2016

Texto: Brenda Sambo

Há três anos no mercado de financiamento de micro-crédito, a Micro capital já financiou cerca de 1.100 clientes no produto micro empreendedor, quer a empresas como a particulares, e conta atualmente com uma carteira de 1500 clientes, revelou a O PAÍS a directora da Micro capital, Liliana Ferreira.

De acordo com a directora de crédito, Jaqueline Serrato, apesar da actual situação de crise, há um crescimento significativo em termos de adesão aos créditos, sendo o mercado informal o que regista mais solicitações, com principal destaque para os vendedores do mercado do Kikolo, localizado no município de Cacucó.

"Temos sempre solicitações de crédito, principalmente de pessoas que actuam no mercado informal, que já representam uma cifra de 30% da nossa carteira", realçou.

Liliana Pereira disse ainda que o crédito tem permitido o contacto das vendedoras com a banca, sobretudo na abertura de conta bancária, um dos principais Objectivos da instituição.

"O nosso principal objectivo é de contribuir para a redução da pobreza, na formalização da economia e contribuir para o aumento da taxa de bancarização no país", esclareceu. Com um financiamento de KZ 1 milhão, a instituição tem à disposição vários produtos de micro-crédito, quer para micro-pequenas e médias empresas quer para particulares.

"Conseguimos financiamentos para clientes que pretendem abrir uma empresa, que já têm uma empresa, assim como para pessoas que estão no mercado informal e pretendem organizar-se", garantiu Liliana Ferreira, acrescentando que a instituição fornece também micro-crédito a estudantes trabalhadores que têm propinas em atraso.

Liliana Pereira referiu que relativamente à documentação para a solicitação de micro-crédito, no caso das empresas, por exemplo, devem apresentar, entre outros documentos o custo de caixa, extractos bancários, informações de contas e historial de crédito.

No que diz respeito aos particulares, devem apresentar a uma das agências da instituição uma cópia do bilhete de identidade, número de contribuinte, duas fotografias, declaração de serviço ou adiantamento de crédito de consumo feito com outra instituição de crédito e ainda o extracto bancário.

2.2 Produto bancário agregado com aumento considerável

Jornal de Angola

25 De Novembro de 2016

Texto: Armando Estrela

O produto bancário agregado do sector registou em 2015 um crescimento de 39,7 por cento, potenciado pelo acréscimo de 51 da margem complementar, revela a empresa de consultoria KPMG na sua análise deste ano ao sector bancário angolano. A KPMG indica ainda que a margem financeira das instituições bancárias angolanas cresceu cerca de 31 por cento, como resultado do crescimento nos proveitos de crédito, em 18,6, e nos proveitos de títulos e valores mobiliários, em 79. O crescimento nos custos dos depósitos em cerca de 14 por cento e a redução nos proveitos de aplicações de liquidez, em aproximadamente 28, condicionaram um desempenho superior, tendo a margem complementar crescido 51, o incremento mais elevado do período 2010-2015. Esse indicador é potenciado por um crescimento dos resultados com operações cambiais, de 83 por cento, fruto da evolução do kwanza face ao dólar e do elevador valor de títulos indexados emitidos pelo Estado e tomado pelas instituições.

No ano passado, a margem financeira correspondeu a 54,4 por cento da estrutura do produto bancário, contra os 57,8 do ano anterior, enquanto a margem complementar fez 45,6, contra 42,2 de 2014. O rácio cost-to-income cifrou-se em 42,3 por cento em 2015, registando o melhor valor do período 2010-2015.

Contudo, a consultora KPMG conclui que a melhoria verificada é reflexo de um crescimento do

produto bancário, de 39,7, superior aos custos operativos (15), muito influenciado pelos resultados de operações financeiras.

A rentabilidade do sector registou níveis semelhantes aos apresentados no ano transacto. Tanto o retorno dos activos médios (ROAA), como o dos capitais próprios (ROE) registaram em 2015 valores semelhantes aos de 2014. O ROE cifrou-se nos 14,3

por cento, enquanto a rentabilidade dos activos médios fixou-se nos 1,6, um acréscimo de 0,03 pontos percentuais e 0,04, prospectivamente.

A empresa responsável pela análise, a KPMG, salienta que, apesar do crescimento relevante dos resultados das operações financeiras e da margem financeira, tem existido uma preocupação crescente das instituições em prepararem-se ainda mais, para fazer face à evolução negativa do ciclo económico, através do reforço expressivo do nível de provisionamento das carteiras de crédito.

Os níveis de solvabilidade do sector continuam a apresentar uma tendência crescente, uma vez que no ano passado o rácio de solvabilidade para o agregado do sector bancário foi de 30,3 por cento, ou seja, 7,2 e 9,7 pontos percentuais acima do verificado em 2014 e 2013, prospectivamente.

O reforço dos níveis de solvabilidade deve traduzir-se numa maior robustez do sector bancário Nacional, suportando o cumprimento do limite mínimo exigido pelo Banco Nacional de Angola, de dez por cento.

2.3 Sistema financeiro em risco de colapso

Novo Jornal

25 De Novembro de 2016

Texto: Faustino Diogo

O governador do Banco Nacional de Angola (BNA) admitiu esta semana que o sistema financeiro angolano está praticamente em "falência técnica" por falta de liquidez.

Valter Filipe, que falava na passada quarta-feira, dia 23, aos deputados na Assembleia Nacional, considera que a situação crítica de alguns bancos que operam no país está a minar todo o sistema. "Temos hoje 31 bancos, e cinco destes têm problemas de incumprimento e insolvabilidade, mesmo de uma falência técnica, que impacta em todo o nosso sistema financeiro", disse o responsável máximo do banco central.

Embora não tenha avançado o nome dos cinco bancos que afundam o sistema financeiro, o patrão do BNA deu como exemplo o BPC, onde a falta de rigor na cedência de crédito a empresas e pessoas singulares comprometeu o desempenho da instituição pública.

"O Estado tem uma situação de incumprimento e endividamento com muitas empresas a quem foi

concedido crédito pelo BPC. E esta situação impactou sobremaneira na balança do Banco, na sua liquidez e no seu rácio de solvabilidade. É evidente que, para além desta situação, há indicação também de histórico de uma gestão corporativa que não facilitou o sistema interno de controlo de ponderação da concessão de crédito", disse.

Aos deputados, o governador do Banco Nacional de Angola admitiu também, contrariamente a outros pronunciamentos, que as dificuldades que os cidadãos têm em movimentar as suas contas em moeda estrangeira resultam da falta de divisas no mercado.

"Existe um problema de incapacidade de poder autorizar o levantamento de moeda externa para os depositantes, porque efectivamente o Banco Nacional de Angola não tem condições de disponibilizar as divisas necessárias para que os bancos comerciais possam então autorizar os levantamentos aos particulares", explicou Valter Filipe, dando assim razão aos bancos comerciais que têm atribuído responsabilidades ao BNA, até aqui não assumidas pelo banco central, que responsabilizou em diversos momentos os bancos comerciais.

Não havendo liquidez em moeda externa nos bancos comerciais, o BNA deveria tecnicamente fazer uma reposição cambial. Ou seja, vender dólares aos bancos para autorizarem os levantamentos aos clientes, quer particulares, quer empresas, reconheceu o líder do BNA.

A posição agora assumida pelo BNA não surpreendeu a banca comercial. Segundo fonte da Associação Angolana de Bancos (ABANC), há muito que a organização tem alertado o Banco Central pela incapacidade de satisfazerem os clientes com contas em divisas.

"Isso só prova que tínhamos razão. As divisas disponíveis nos leilões do BNA são insuficientes para a demanda. Lamentamos apenas que só agora esta situação tenha sido assumida. Porque, para os clientes, os culpados eram os bancos e algumas vezes isso também foi dito pelo Banco Nacional de Angola", notou o nosso interlocutor.

Questionado sobre a possível "falência técnica" do sistema financeiro, a fonte foi peremptória em afirmar que o BNA sabe o que diz.

"O BNA sabe o porquê disso. E com que bancos pode contar. A verdade é que alguns bancos deixam muito a desejar. Pena é que ainda continuem a funcionar, penalizando assim todo um sistema

financeiro que se foi construindo ao longo destes anos", concluiu.

2.4 Angola tem 7,8 milhões de contas

Jornal Economia e Finanças
11 De Novembro de 2016

A taxa de bancarização da população, alcançou, este ano, a marca de 52 por cento, correspondente a 7,8 milhões de contas bancárias abertas, num universo de 14,8 milhões de pessoas adultas acima dos 15 anos, de acordo com números do Banco Nacional de Angola (BNA), recolhidos da última inspecção à banca comercial.

Divulgado na última semana pela direcção para educação e inclusão financeira do banco central, o processo de bancarização da população consta de uma estratégia iniciada em 2013 e visa alcançar, até 2017, cerca de 60% da população adulta, em conformidade com os critérios internacionais para inclusão financeira.

"Esses são os nossos níveis de taxa de bancarização", assegura Avelino dos Santos, director para educação e inclusão financeira do banco central, sublinhando que "nem todas as contas bancárias entram para aquilo que são os critérios para taxa de bancarização",

Para o BNA, os números vão aumentar, já que, trimestralmente, o regulador faz avaliação aos níveis de evolução do sistema. "Temos acompanhado a evolução do sistema. O que nos interessa é o âmbito da inclusão financeira, para conseguir que, cada angolano, essencialmente adulto, possa ter uma conta bancária", garante o regulador.

Os desafios da bancarização da população angolana são anteriores às administrações de Valter Filipe e de José Pedro de Moraes Júnior no comando do Banco Nacional de Angola. Na 'Era' de José de Lima Massano, veio a introdução do programa de inclusão financeira através do programa 'Bankita', que consiste na abertura de contas a partir dos 100 kwanzas, e que aumentaram a bancarização.

Actualmente, a estratégia prossegue e conta com as experiências da Aliança para Inclusão Financeira (AFI) e de vários países africanos.

"É uma matéria extremamente nova por nós trabalhada, temos nos apoiado muito na Aliança para Inclusão Financeira", reconhece o banco central, através do seu gabinete para o efeito.

2.5 Riscos no crédito

Jornal Economia e Finanças
11 De Novembro de 2016

Este tema é canónico na banca, atendendo a sua função tradicional que é de captação de depósitos e concepção de créditos. É que os riscos inevitavelmente fazem parte de qualquer actividade económica. No sistema financeiro, estes assumem uma relevância particular, uma vez que o sector bancária lida com eventos futuros incertos e o risco de falência bancária é sempre uma possibilidade num sistema que depende na sua essência da confiança. Contudo, os bancos lucram com a gestão desses riscos, sendo que tais decorrem da actividade de intermediação exercida fundamentalmente através da concessão de empréstimos e constituição de depósitos.

Segundo o Acordo de Basileia, risco de crédito define-se como a potencial ocorrência de uma falência ou não cumprimento das obrigações, de acordo com os termos acordados, por parte do mutuário ou contraparte. Geralmente, este risco encontra-se associado à actividade de concessão de empréstimos pelos bancos, sendo conseqüentemente descrito como o risco de incumprimento desse empréstimo, na totalidade ou em parte, estendendo-se também a acções e outros títulos. Este é o principal risco bancário e o mais difícil de quantificar.

O risco de crédito decorre da possibilidade de perda como resultado do incumprimento, tal como sucede quando um cliente não cumpre as prestações de um empréstimo ou de qualquer tipo de contrato financeiro. Em termos mais práticos, este incumprimento refere-se a todas as operações de crédito cujas prestações atinjam um atraso de pagamento igualou superior a 90 dias, e ainda os casos em que a instituição de crédito tem em sua posse informação que leva a prever a impossibilidade de pagamento da prestação por parte do seu cliente, mesmo antes dos 90 dias de atraso sobre a data limite de pagamento.

Na origem do risco de crédito e dificuldade da sua gestão, encontra-se o problema da assimetria de informação, entre o credor e devedor, isto é, ao contrário deste último, banco não é detentor de toda a informação necessária para avaliar a probabilidade de sucesso do projecto de investimento e a consequente capacidade do devedor na liquidação do empréstimo. Ao devedor, especialmente quando não é bom pagador, interessa mesmo não desvendar toda

a informação a seu respeito ao credor. Assim, é perceptível que esta assimetria de informação gera dois tipos de problema. O primeiro, a selecção adversa, advém da dificuldade do banco em distinguir projectos de baixo risco daqueles com risco elevado. O segundo, o risco moral, surge quando o devedor incorre em riscos superiores aos previamente acordados com o banco antes da concessão, por defeito de informação divulgada, ou após a concessão do crédito por aplicação dos fundos obtidos em outras actividades, não anunciadas, com maior risco.

A assimetria de informação é um problema importante que a literatura económica desde há muito tempo considera e sobre o qual muitos estudos foram desenvolvidos, onde se explica o racionamento do crédito com base em problemas de selecção adversa e risco moral. Este racionamento é explicado com base na hipótese de que, à medida que a taxa de juro sobe, os devedores de menor risco abandonam o mercado. Além disso, os devedores têm um incentivo adverso a aceitar aumentar o risco dos seus projectos, levando à diminuição do lucro esperado a partir de um certo nível de taxa de juro.

Os bancos minimizam o risco de crédito essencialmente de três formas: no preço do empréstimo, onde é reflectido o risco da operação; criando formas de limite de crédito, já que a taxa de juro não pode cobrir todo o risco (o que é relevante sobretudo para empréstimos onde não há muitos dados históricos do mutuário, como sucede nos primeiros empréstimos) e com o uso de colaterais e condições administrativas associadas ao empréstimo. Refere-se ainda a diversificação da carteira de crédito (quer a nível de portefólio, quer a nível geográfico) como uma forma de diminuir o risco de crédito global.

Na banca os empréstimos suportados por garantias são normalmente designados como colateralizados. De uma forma genérica os termos garantia e colateral podem usar-se indistintamente. Contudo, em sentido restrito, o termo colateral aplica-se apenas às garantias reais, de que são exemplo: bens físicos (bens imóveis/ propriedades), depósitos em dinheiro, lista de acções, títulos públicos (colaterais financeiros). Geralmente cobrem 100 por cento do valor do empréstimo. Podem ser usadas, ainda que com menor frequência e eficácia, garantias parciais que cobrem entre 50 e 100 por cento do montante do empréstimo.

2.6 Crédito malparado aumentou 8,8% em 2015

Jornal Expansão

25 De Novembro de 2016

Texto: Maurício Vieira Dias

O volume de crédito vencido no sector bancário nacional duplicou desde 2012, correspondendo a um crescimento anual de 26%, refere um estudo da consultora internacional KPMG, apresentado em Luanda a semana passada.

"No último ano, o crédito vencido registou um aumento de 8,8%. O rácio do crédito vencido manteve-se sensivelmente constante, tendo registado em 2015 um decréscimo de 0,1 p.p.", refere o relatório "Análise ao Sector Bancário Angolano".

O estudo da auditora partiu de um universo de 27 bancos a operar no mercado de Angola, uma fatia que representa a quase totalidade do sector financeiro (93%) do País e, apesar da subida do crédito vencido, a banca continua a aceder a crédito, de acordo com a KPMG, tendo o crédito bruto crescido mais de 9,5% em 2015. A rentabilidade do sector, igualmente associada ao crescimento do crédito, é outro factor em que a banca tem mostrado elasticidade, com os resultados líquidos agregados a crescerem 19,8%, graças à "evolução cambial registada em 2015, por crescentes montantes de proveitos relativos ao crédito concedido e progressivos níveis de eficiência operacional".

Quanto a depósitos dos clientes, o sector apresentou uma taxa de crescimento de aproximadamente 11,9%, abaixo da verificada em 2014 (16,1 %). Crescimento que, entretanto, foi potenciado pelos depósitos à ordem, que evoluirá 13%, representando atualmente 56% do total de depósitos. Ao passo que os depósitos a prazo registaram um aumento de 10,2%. A nível da distribuição da moeda, os depósitos em Kwanzas representaram 71% do total.

Os resultados positivos de 2015 são justificados com as operações cambiais, refletindo a desvalorização de 24,3% do kwanza face ao dólar, de acordo com o estudo da KPMG.

Desvalorização do Kwanza O auditor sénior chefe das finanças da consultora, Vítor Ribeirinho, avançou que ainda este ano a consultora prevê uma nova desvalorização do Kwanza, depois do corte de 18,4% ocorrido no primeiro semestre de 2016. A banca, segundo o estudo da KPMG, em 2015, registou um "abrandamento dos principais indicadores de actividade e dimensão, mantendo contudo elevados níveis de rentabilidade". A consultora considera que no ano passado a redução nos habituais níveis de crescimento do sector só não foi maior face ao resultado das operações financeiras porque se registou a desvalorização do Kwanza.

"As operações cambiais têm um impacto muito relevante. É inequivocamente verdade", afirmou Ribeirinho, realçando que os resultados deste elemento cresceram 83%. Apesar da crise, no ano passado, o volume de activos sob gestão da banca nacional subiu 16, %, ao passo que o número de agências cresceu 5,9% e o de trabalhadores 4,3%, indica o estudo.

Em 2015, o produto bancário aumentou 39,7%, quando no ano anterior, antes da crise, cresceu apenas 1,9%, o que segundo Vítor Ribeirinho "beneficiou em muito da margem complementar" dos bancos, a qual "incorpora o efeito das operações cambiais e da rentabilidade dos títulos da dívida pública emitidos em kwanzas, mas indexados ao USD". "Beneficiando dos factos de desvalorização do kwanza face ao USD", que em todo o ano de 2015 foi de 23,4%, destacou.

"Para os bancos, o factor cambial foi bem aproveitado. Ou por via da aplicação das suas disponibilidades em títulos de dívida pública - como forma também de financiar o Estado, já agora -, mas também por força das operações cambiais com os seus próprios clientes. Permitiu que os resultados dos bancos crescessem por essa via, em termos de produto bancário", apontou o responsável.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Sindicato quer medidas para evitar processos contra zungueiras

Jornal Expansão

4 De Novembro de 2016

Texto: Teima Dias

O secretário da Central Geral dos Sindicatos Independentes e Livres de Angola, (CGSILA), Francisco Jacinto, alertou para o aumento de processos em tribunal contra as denominadas zungueiras, que são detidas ao abrigo da Lei das Transgressões Administrativas, que prevê a punição de pessoas que pratiquem qualquer acção que perturbe a ordem pública.

De acordo com o sindicalista, as zungueiras que insistem na prática destes crimes podem ser obrigadas ao pagamento de coimas que variam entre 70.000 e 100.000 Kz. Segundo o artigo quinto da referida Lei, constituem "transgressão administrativa os actos ou omissões que perturbem o sossego, a paz e tranquilidade das pessoas, que ponham em perigo a saúde pública e que atentem contra o meio ambiente e o ordenamento do território, bem como actos que perturbem a circulação rodoviária e as actividades administrativas do Estado".

Francisco Jacinto defendeu que o Estado deve apresentar soluções a estas pessoas, considerando que é necessário criar alternativas para que deixem de recorrer ao mercado informal e que é necessário, ainda, criar soluções de sensibilização junto das zungueiras. "Têm que ser criados mecanismos funcionais a partir das comissões de moradores, em locais onde as próprias zungueiras vivem, porque é de lá que elas" saem para trabalhar na cidade.

"Até agora, esse trabalho não tem sido feito, porque não queremos ir buscar os bons exemplos que já vivemos na era colonial.

Criou-se uma ruptura no sistema político e, até certo ponto, no sistema organizativo do Estado logo após a independência. Mas jamais teríamos causado uma ruptura naquilo que são os valores das pessoas", considerou, criticando o facto de muitas destas mulheres estarem a ser processadas judicialmente pelo Estado.

"Esta situação é uma consequência da falta de valores. Antes de 1975, quando alguém deitava

água na rua, aparecia o fiscal com uma multa para pagar. As pessoas não eram presas, nem levadas a tribunal", conta. O sindicalista defende que o Estado tem de ter capacidade para estabelecer um subsídio de desemprego ou corre o risco de quem não ter trabalho ver-se obrigado a recorrer ao mercado informal para sobreviver. O Expansão tentou obter esclarecimentos junto do Ministério da Justiça, mas não obteve resposta até ao fecho de edição.

3.2 Higinio Carneiro entrega o mercado do KM30 a gestão privada

Jornal Manchete

10 De Novembro de 2016

Texto: Simba José

No entanto, o Gabinete Jurídico do Governo de Luanda reconhece através de um documento, que são verídicas, as reclamações materiais e documentais apresentadas pela cidadã Cidália Baptista de Sousa, em relação a propriedade do Mercado do 30.

Na análise feita aos factos alegados e documentação, pela reclamante e o contraditório pela administração municipal de Viana ficou esclarecido que a 25 de Setembro de 2006, fruto de uma reclamação feita pelo Caminho-de-ferro de Luanda e uma solicitação de cedência de terreno por parte da reclamante, o Governo de Luanda, ordenou a transferência do mercado, situado na estalagem pertencente a reclamante nomeadamente, Cidália de Matos Baptista de Sousa Cambinda, para a zona do quilómetro trinta.

"E que para o efeito o Pólo Industrial de Viana atribuiu o terreno cito no quilómetro 28/30 a reclamante. E que a mesma por meios próprios ergueu o mercado denominado quilómetro trinta". esclarece o documento. Por razões cujas justificações não foram sustentadas a administração de Viana espoliou o mercado da reclamante e chamou a si a gestão sem a devida e justa indemnização, previstas nos artigos 37 da Constituição da República de Angola.

"Assim, com propósito de se evitar litígios desnecessários que em sede judicial possam prejudicar o bom nome do Governo da Província de Luanda, é nossa opinião que o pedido da reclamante seja considerado procedente, propriamente que seja devolvido o referido mercado à reclamante possibilitando a mesma a gerir no âmbito da parceria pública privada, observando o previsto no artigo 10º do Decreto Executivo nº136111 de 19 de Setembro que aprova o regulamento de exercício da actividade

comercial realizada nos mercados rurais, ou em alternativa" diz o documento assinado pelo governador Higino Carneiro.

O documento pede a Administração Municipal de Viana para indemnizar a reclamante atribuindo-a um terreno com as mesmas dimensões dentro da sua circunscrição territorial acrescido de uma quantia em dinheiro avaliada de acordo com os gastos feitos pela reclamante com a construção.

"A Administração deverá negociar com a reclamante uma indemnização da expropriação segundo a lei, que seja aceitável para a reclamante", conclui o documento assinado no dia 12 de Outubro pelo governador de Luanda.

A escassos quilómetros do município de Viana, a céu aberto está situado o "mercado do 30", próximo do Caminho-de-Ferro de Luanda. Todos os dias, ali serpenteia o comboio que escoas das províncias do Cuanza Norte e Malanje produtos agro-pecuários diversos. Os camiões vindos das províncias do Cuanza Sul, Huambo, Bié, Benguela e Huíla dada a proximidade à estrada nacional que liga a Luanda também transportam várias mercadorias.

A vida no mercado começa logo nas primeiras horas da manhã. Muitos camiões carregados de batata rena, fruta, hortaliças, carne de caça, fuba de milho e de bombó, cabritos, porcos, galinhas, ginguba, feijão, enfim, tudo do campo e fresquinho ali está.

Logo à entrada, os camiões são cercados por clientes provenientes de diversos pontos de Luanda. O mercado abastece muitos restaurantes, bares, cantinas, assim como os que ali ocorrem para a obtenção de bens alimentares.

As zungueiras que circulam pela cidade têm o mercado como principal fonte de abastecimento para aguentar o negócio e facilitar aqueles que por motivos vários não conseguem deslocar-se ao "mercado do 30". Aliás, no interior do mercado são observados vários vendedores a carregar os carros de mão revendendo aquilo que compram dos camiões, a preços bastante baixos.

3.3 Os vendedores do ex-Roque Santeiro eram empreendedores

Novo Jornal

18 De Dezembro 2016

Texto: Hortênsio Sebastião

O que é que pode ser entendido como empreender em Angola?

Empreender em Angola tem muitas formas. É a nossa capacidade de superação. Empreender em Angola tem a ver com a nossa capacidade de, nas alturas mais adversas, conseguirmos encontrar alternativas. Tem a ver com a Nação em si, em sermos solidários, em não nos esquecermos de que o país é vasto e de que, quando estou a empreender, posso ter uma ideia brilhante que estou a adequar a Luanda, mas se calhar essa ideia criada no Moxico teria muito mais sucesso.

Empreender é pensarmos no país como um todo e termos noção que o empreendedorismo consiste no facto de estarmos a passar por um período difícil de crise, não só em termos económica, mas também uma crise pessoal.

E o que é isso de crise pessoal?

São os nossos salários terem sido desvalorizados pela inflação? É o nosso poder de compra ter baixado? Ou é a nossa atitude de procurar produzir mais, de nos engajarmos em mudar alguma coisa e, nesse período, demonstrarmos realmente o que nós podemos fazer para melhorar, para ajudar os outros a crescer. Este é o período de não baixarmos os braços, mas de trabalharmos mais e isto não tem idade.

Há empresas mais empreendedoras que outras. Há empresas que evoluem na sua cadência de negócios, que inovam, que criam novos produtos sempre, que criam novas áreas e há outras que não. Há as que começaram há 20 anos e que, na passagem do tempo, não inovaram, nem incorporaram novos valores, não são competitivas e que não conseguem sobreviver no mercado. Isso requer uma nova atitude.

Já há em Angola uma cultura de empreendedorismo?

Acho que sim. Vamos olhar para o nosso período mais adverso. Tínhamos o mercado Roque Santeiro, que era o maior mercado a céu aberto do mundo e as pessoas todas que lá estavam eram empreendedoras. Faziam trocas e havia comércio que movimentava dinheiro aos milhares. Era empreendedorismo, cada um tinha o seu produto e o que não se encontrava em lojas localizava-se ali.

Desde peças de carros, cortes de cabelo. Todas aquelas pessoas eram empreendedoras. Talvez nos faltasse formação profissional, faltava a formalização daquele mercado para depois ter o retorno efectivo daquilo que era a sua produção, em termos de trabalho. Faltava investir mais em escolas, em hospitais para melhorar a nossa saúde pública, para melhorar o ensino público, que hoje é bom, mas poderia ser melhor. O empreendedorismo existe em Angola desde sempre.

De forma inata, o povo angolano é um povo empreendedor. O empreendedorismo tem o risco, o sacrifício e a acutilância da dedicação, acho que não há melhor descrição do nosso povo do que essa.

Está a dizer que falta o lado académico para acompanhar esta capacidade inata dos angolanos? Sim. Precisamos de investigar mais e, nessa investigação, falta ligar no fundo o saber com aquilo que tem sido praticado. Na academia também pode ser leccionado, mediante a forma de empreender, cursos sobre esta matéria. Ouvimos da Costa do Marfim o modelo deles, de como começaram no empreendedorismo, da capacitação das mulheres. É isso que será o nosso futuro, não só como empreendedores, mas como país.

Como foi possível trazer um evento desta natureza para Angola?

É mais simples do que parece. Acho que mais jovens e pessoas deviam olhar para essas oportunidades. Isto não é um evento particular, mas de todos. Fico muito contente pelo facto de todos poderem participar. O trazer para Angola tem a ver com a comunicação, ter coragem e assumir o risco e dizer às pessoas que estão fora, como vários outros que estiveram em Angola, que, por favor, venham. Antes de dizerem que não conhecem a realidade de Angola, que venham, debatam e conheçam e assim podemos fazer uma crítica exacta construtiva e melhor sobre aquilo que nós queremos fazer. Antes disso, é muito difícil retratarmos o empreendedorismo como tal.

Como evento em si já é realizado em 168 países, em simultâneo, e nesses países também há uma troca de experiências. Há um congresso que vai acontecer em Março, em que vamos poder ter a presença de vários delegados de Angola em Joanesburgo, na África do Sul. Temos aqui o representante da Semana Global do empreendedorismo do Botswana, Mooketsi Benedict Tekere, que trouxe a Microsoft Initiative for África (Iniciativa da Microsoft para África). Ele trouxe e leccionou pacotes de empreendedorismo da Microsoft que são softwares gratuitos para os jovens, para os capacitar, demonstrar utensílios tecnológicos que eles têm para poder empreender mais. Se consultar as redes sociais, o evento de Angola, pela primeira vez, está a ser realizado com o maior sucesso. Nenhum outro evento antes juntou tantos países africanos para virem discutir um mesmo tema pela primeira vez.

O evento já acontece há 10 anos e só hoje é que estamos a fazê-lo aqui.

Mas já houve iniciativas internas sobre empreendedorismo?

Fizemos recentemente a Semana do empreendedorismo Comunitário. Fomos aos municípios de Viana, Cacuaco, Ingombotas e Belas e estivemos com os jovens. A aderência era muito maior do que aqui, foi gratuita e os jovens participaram, com uma atitude positiva e muito inteligente, com um nível de intervenção, perguntas e respostas muito elevados sobre aquilo que eram as suas preocupações e, nessa passagem comunitária, conseguimos aferir que não basta pensar numa ideia global, mas também tem que se olhar para aquilo que é a nossa realidade local. Ao dar explicações sobre a Semana Global de empreendedorismo tivemos um jovem que se levantou e disse que precisava de dois minutos e perguntei-lhe porquê. Ele respondeu porque foi refugiado de Angola na Zâmbia, durante 15 anos, e agora é empreendedor.

Tornou-se empreendedor na Zâmbia?

A sua primeira participação na Semana Global de empreendedorismo foi naquele país. Fiquei muito contente porque estávamos a introduzir um tema novo e a pensar que estávamos a despertar e afinal não. Havia pessoas que participaram em eventos noutros sítios antes de nós. Há muita coisa boa no nosso país e não temos porque não melhorar. O empreendedorismo pode ser um caminho, mas há outros também que devemos discutir francamente. Pegámos no jovem e pedimos-lhe para contar aos outros a sua experiência e ele, durante cinco minutos, disse que se tornou empresário por causa da Semana Global de empreendedorismo, conhecido no modelo zambiano, e estava muito grato por voltar ao seu país e ter encontrado o mesmo evento que o havia capacitado, agora com a realidade de Angola.

Qual tem sido o nível de participação deste último fórum?

Tem sido bom. Nas semanas comunitárias tivemos, diariamente, cerca de 500 jovens. Aqui, na plenária do primeiro dia, participaram no seu todo, entre feirantes, participantes ~ oradores, à volta de 600 pessoas por dia.

O evento tem as portas abertas. Estamos a convidar as pessoas para que venham aprender, porque há aqui pessoas com muito conhecimento para passar.

Nas áreas que teve a oportunidade de observar, quais são as que despertam maior apetência por parte dos jovens, em termos de empreendedorismo?

Há um foco muito grande na prestação de serviços que hoje, para os jovens, está muito associada à tecnologia, ou produtos gerados por ela, que são as plataformas de software ou de internet. Também vi

muitos jovens com a preocupação de inovar em negócios o que já estão montados. Eles querem inovar na forma de empacotar, distribuir produtos, ter um novo mercado a explorar. Os jovens estão ávidos de conhecimento em todas as áreas, não houve um foco específico que eles gostassem mais. Está muito dividido.

Se tivesse de lançar um apelo sobre empreendedorismo a quem dirige, o que diria?

Eu não faria esse apelo, porque acho que muito tem sido feito e temos de ter maior conhecimento dos programas públicos, só com isso é que podemos intervir. Não é só o Governo. Deve envolver as universidades, os médios, os investigadores, as empresas, os empreendedores. E aí sim podíamos ter uma concepção exacta dos apelos, porque podemos apelar ao Estado para motivar e dinamizar mais o empreendedorismo. Podíamos pedir ao sector privado para se organizar e cumprir mais. Não estou a dizer que não cumpre, cumpre até muito, a nível da fiscalidade, mas podia cumprir mais, inovando mais. Só assim é que nos tornamos também decisores do futuro.

Está a dizer que existe uma janela aberta para a acção de empreender?

Acho que sim. Fui ao ministério da Juventude e Desportos e apresentei os meus serviços há um ano atrás. Tenho aqui representantes do Governo que acreditaram e hoje tenho o Governo que é co-promotor deste evento. Tive de mostrar responsabilidade, dedicação. Muito embora seja jovem, consegui organizar um evento desta natureza. Não basta só passarmos à crítica, te temos que pensar como melhorar.

Quais foram os custos de realização deste evento?

Zero. Em termos de valores exactos, houve. Mas à Microsoft Initiative for África não se pagou nada. Até as senhoras que trouxeram as suas bananas e a ginguba estão a fazer um preço gracioso e, se calhar, pagaram um custo maior para fazer isso. Todos os patrocinadores não cobraram nenhum valor para poderem estar aqui, pois entendem que se todos nós de forma única contribuirmos com aquilo que temos para um evento desses, e acontece que não ficamos à espera nem do patrocínio do Estado, nem de outra índole, mas está a acontecer, podia ser melhor, mas está aqui é possível fazer. Posso lhe garantir que não tivemos valores envolvidos na realização deste fórum que reputamos de extrema importância para os angolanos, sobretudo os jovens.

3.4 Venda ambulante pelo país

Jornal Grandes Notícias

18 De Novembro de 2016

Texto: Inácio Cândido

A tudo isso, ainda se junta gente proveniente de todas as parcelas do país, com destaque para o centro e sul, que aportam à capital em busca do "ganha-pão". Igualmente, estrangeiros que chegam a Luanda, ilegais e sem se saber como, ao invés de alguma mais valia, nada mais fazem do que engrossar as situações menos boas que a sociedade angolana que ver banidas.

O Jornal Grandes Notícias efectuou uma ronda por Luanda para constatar o estado das actividades comerciais de pouca monta e verificou que está muito longe de acabar ou minimizar, tanto as vendas ambulantes, como nas esquinas e ruas. Com o aumento do desemprego e a carência que a população enfrenta, muita gente, para sobreviver com as suas famílias, não encontrando outra forma, opta em ganhar o sustento, vendendo um pouco de tudo que esteja ao alcance das suas possibilidades. Há já algum tempo que esta situação de venda ambulante e informal, por tudo quanto é canto, tem causado sérios transtornos à sociedade, sem que as autoridades tenham capacidade para disciplinar a tendência.

Agora, com a crítica condição de vida actual, quando é que as autoridades vão pôr termo à desordem e sujeira causadas no casco urbano e nas principais vias de acesso ao centro da capital, assim como na própria periferia?

Questionam-se os cidadãos, cada vez mais preocupados com problemas de saúde pública e com o aumento da delinquência em virtude de tais práticas.

Marcela Mpanzo, funcionária pública, disse que regista-se cada vez mais indícios crescentes de venda ambulante a perpetuar-se nas ruas da cidade, por nada ter sido feito até agora.

Em Luanda, destacou, "em cada esquina, sempre que o sol desponta, surgem novos vendedores e também novos mercados de rua. A impunidade é tanta, que há mesmo aquelas vendedoras ou vendedores que ousam desafiar a autoridade e até zombam do poder público. O comportamento de algumas vendedoras na zona de São Paulo é exemplo disso. A solução do problema, ao que tudo indica, não é política ou administrativa, e muito menos policial. O problema é profundo e passa, sobretudo, por

soluções económicas. Avaliando com profundidade a questão e olhando para as tentativas falhadas de debelar o fenómeno, assim como os discursos feitos até agora, temos a convicção, cada vez mais sólida, de que a solução depende de medidas muito mais profundas que não se circunscrevem, apenas, a partir da Ingombota, descreveu a cidadã.

"Nós conseguimos notar, com algumas facilidade, que o governo da província de Luanda está na ponta final da cadeia de possíveis soluções. O fenómeno, que polui Luanda tem raízes profundas e históricas. Mas o terreno sobre o qual está incrustado o comércio ambulante em Luanda não é, na realidade, a falta de oportunidades dos que cá chegam, ou o custo de vida que as famílias enfrentam': alertou.

Chambundo de Almeida, adiantou que "são essas precárias oportunidades que as ruas de Luanda lhes oferece e os atrai. O que acontece é que essas mesmas pessoas fogem das extremas dificuldades de sobrevivência nas suas localidades de origem e acham que a salvação está em Luanda", referiu. Na opinião do cidadão, analisando com alguma frieza o mar de fundo das dificuldades por elas vividas, políticas mais profundas já deviam ser adoptadas, mas não se consegue avançar muito no campo económico e no social.

A tendência de caminhar a passo de camaleão mantém -se e isto deve-se também à ausência de desenvolvimento.

"É preciso desenvolver o país e não apenas fazê-lo crescer. Temos dito que, talvez com o desenvolvimento o problema possa ser resolvido para se evitarem males maiores. Os desequilíbrios regionais resultantes de opções de crescimento' quase que exclusivo, num só sector da economia e a ausência da expansão económica em todo o território, continuam a manter e a afundar muitos angolanos, tornando-os incapazes de sobreviver por si. Esta vaga de pessoas, desprovidas de competências para encontrar um lugar ao sol, não encontram ou criam outra alternativa, senão a de vaguear na informalidade por todos os recantos de Luanda', realçou.

Para Virgílio Muquito, diante deste quadro pouco abonatório para o país, "cabe ao Executivo muni -los de instrumentos que os habilitem a viver de forma decente, sem colisões com a urbanidade exigida na cidade. Face a essas dificuldades, o ideal seria mantê-los nas suas terras, criando o mínimo de condições económicas. Infelizmente, lá, eles também não podem ser inseridos quando estão desprovidos de ferramentas que os ajudem a sobreviver.

A maioria deles não tem grandes alternativas e a única que lhes resta é a sua força braçal, como alerta a filosofia marxista. E é obscura a perspectiva sobre a qual assentam todas as políticas a eles direccionadas a curto prazo. Então, por onde começar?", questionou.

O cidadão considera que a solução passa pela ajuda, o que implica dizer que, por vezes, tem de se fugir à ortodoxia e à normalidade, embora sem desvios de princípio para se conseguir alcançar o que se pretende. A fonte sublinhou ainda que para se avançar nesta direcção, é preciso transpor os muros altos das políticas instaladas que condicionam a execução rápida e prática de contenção do fenómeno para abrandar o fluxo de pessoas que chegam a Luanda para montar o seu posto de trabalho na rua.

"O remédio do problema depende de políticas estruturais pragmáticas, principalmente, fora do território da província de Luanda. São necessárias acções que gerem oportunidades de retenção de pessoas nas suas áreas de origem.

Flexões mais aprofundadas sobre as soluções económicas e sociais de nível micro podem ajudar estes milhares de angolanos a encontrar atractivos que os atraiam a permanecer nas suas localidades.

Quanto aos estrangeiros ilegais e que só trazem mais problemas, as autoridades sabem muito bem o que fazer para evitar essa autêntica invasão das nossas fronteiras e já se devia pôr um ponto final nisso': rematou.

3.5 Divergência contínua no Mercado do KM30

Novo Jornal

25 De Novembro de 2016

Texto: David Filipe

O jurista Salvador Freire aconselhou a Administração Municipal de Viana a encontrar uma solução definitiva sobre o mercado do KM30, que está a ser reclamado por Cidália de Sousa Baptista, que diz ser proprietária do empreendimento. "Se o governador da província de Luanda, Higinio Carneiro, ordenou a entrega do mercado do KM30, a Administração de Viana e a senhora devem negociar para se ultrapassar essa situação que se arrasta há muitos anos", defendeu o jurista ao Novo Jornal.

"O documento pede à Administração Municipal de Viana para indemnizar a reclamante, atribuindo-lhe um terreno com as mesmas dimensões dentro da sua circunscrição territorial, acrescido de uma quantia em dinheiro, avaliada de acordo com os gastos feitos pela

reclamante com a construção do mercado. É preciso respeitar a ordem", referiu.

Cidália Baptista de Sousa diz que, desde que o governador emitiu o despacho, nunca foi recebida pelo administrador municipal de Viana, Jeremias Dumbo.

"Como é que vamos negociar com as pessoas que fogem ao diálogo?", Interrogou a mulher, insistindo que a sua luta vai até às últimas consequências.

, Na semana passada, em conferência de imprensa, a Administração Municipal de Viana esclareceu que o mercado do KM30 é propriedade sua, mas garantiu que irá indemnizar Cidália Baptista, num prazo de 15 dias.

O jurista Salvador Freire interpreta a comunicação da Administração de Viana como uma admissão da sua responsabilidade neste diferendo, porque, argumenta, se a senhora vai ser indemnizada é porque algo fez no referido mercado.

"Sabemos que a Administração de Viana tem muito interesse em explorar o mercado, sobretudo nesta fase da crise, mas as coisas devem ser feitas na base da lei e em respeito pelos cidadãos", advogou.

Num despacho datado do dia 12 de Outubro, e depois de ter consultado o gabinete jurídico, Hígino Carneiro concluiu -que "são verídicas as reclamações materiais e documentais apresentadas pela cidadã Cidália Baptista de Sousa, em relação à propriedade do Mercado do 30".

3.6 Trabalho dos taxistas é enaltecido na região

Jornal de Angola
03 De Novembro de 2016
Marcelino Wambo

O governador do Huambo, João Baptista Kussumua, enalteceu, na cidade do Huambo, os taxistas e moto taxistas locais, cuja atividade tem participado no crescimento económico e social da província.

O governante, que fez este pronunciamento durante um encontro que contou com cerca de dois mil taxistas e moto taxistas, referiu que a actividade de táxi, exercida por muitos cidadãos, maioritariamente jovens, constitui uma mola impulsadora no desenvolvimento e no Crescimento das famílias e da própria economia de Angola e da região do Huambo.

João Baptista Kussumua aconselhou os presentes a habilitarem-se para o exercício da profissão de táxis ta

junto das entidades afins, da melhor forma, para exercerem o trabalho nas vias públicas, sem quaisquer impedimentos.

Outro conselho do governante foi no sentido de os taxistas legalizarem os seus meios, obtendo o livrete, título de propriedade, seguro, licença de aluguer, taxa de circulação e o pagamento regular de impostos, de forma a evitarem sanções por parte dos especialistas de trânsito.

Por outro lado, João Baptista Kussumua recomendou os especialistas de trânsito a moderarem a sua actuação, evitando exageros e extrapolação dos regulamentos e leis que regem o Código de Estrada.

Segundo o vice-presidente dos taxistas no Huambo, Isaac Tchissingui, o pagamento de impostos, aplicação de multas por falta de educação pedagógica de alguns agentes reguladores de trânsito nas suas actuações constam das preocupações que têm sido apresentadas frequentemente pelos automobilistas e moto taxistas na província.

Isaac Tchissingui exortou as autoridades policiais a sancionarem de forma severa os agentes reguladores de trânsito que vêem a estrada como uma fonte de rendimento para as suas famílias, extorquindo valores monetários aos automobilistas e moto taxistas nas vias públicas.

O subcomissário Joaquim Pereira frisou que os problemas que afligem os automobilistas, taxistas e moto taxistas nas vias públicas foram bem apresentados e prometeu que, em fórum próprio, vão ser discutidos para que sejam resolvidos.

4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 Programa do Executivo para levar água potável as zonas rurais sofreu redução de 70%

Jornal O PAÍS

15 De Novembro de 2016

Texto: Maria Teixeira

Todos os programas relativos ao abastecimento de água têm sofrido reduções orçamentais significativas ao longo dos últimos anos. O financiamento ao programa de Reabilitação dos Sistemas Urbanos de Água e Saneamento foi cortado em quase um terço, 31%, entre 2014 e 2016, passando de 120 mil milhões de kwanzas em 2014 para 83 mil milhões de kwanzas. As análises foram feitas pela ADRA e a UNICEF na óptica da Água e Saneamento no país.

O representante da ADRA, Carlos Cambuta, explicou que apesar dos grandes investimentos em infra-estruturas, o censo 2014 mostra que os níveis de cobertura de água e saneamento não melhoraram ao longo dos últimos oito anos. Apenas 44% dos agregados familiares têm acesso à água potável, colocando Angola como o país com a segunda taxa de cobertura mais baixa do mundo.

Disse ainda que desde 2002 o sector da água e saneamento em Angola tem visto uma evolução significativa com financiamentos planificados de mais de 5 mil 800 milhões de USD para período 2013-2017.

Explicou que o OGE para 2017 precisa de ser revisto, uma vez que o peso do orçamento do sector de água no acesso a Água e Saneamento no OGE 2017 é de 2.1%, dos quais 1.9% é para o subsector da Água e 0.2% para Saneamento, abaixo do nível de 3.5% estabelecido internacionalmente para que os países da África Subsaariana possam alcançar os objetivos de Desenvolvimento Sustentável ODS até 2030.

No meio rural, o objectivo do governo era chegar a 80% de cobertura até 2017, no entanto observa-se que o acesso à água potável nas zonas rurais diminuiu de 38% em 2006 a 22% em 2014.

O consumo de água imprópria e a falta de saneamento básico e de boas práticas de higiene são

as principais causas de doenças infecciosas como diarreia, cólera, infeções respiratórias ou sarampo, que, por sua vez, constituem as principais causas de mortalidade em crianças. O chefe da secção de Água e Saneamento da UNICEF, Tomas Lopes, disse que os estudos indicam que a taxa de mortalidade em crianças em Angola é muito elevada, estimando-se que 157 crianças por cada 1000 nascidas vivas, morrem antes de cumprir os 5 anos.

Segundo estimativas da Organização Mundial da Saúde (OMS em 2015), 275 dessas mortes estão relacionadas com a falta de acesso a serviços apropriados de água e saneamento, contribuindo para elevadas taxas de mortalidade das crianças.

Contou que na província de Luanda a Unidade Técnica de Gestão e Saneamento sofreu uma redução orçamental de 60% no período de 2014-2016.

"A acumulação de lixo nas vias públicas em várias cidades grandes do país, particularmente em Luanda, junto com alagamentos e a falta de redes de esgotos para as águas negras pluviais estão entre os fatores principais que contribuem para a criação de um ambiente favorável à transmissão de doenças como febre-amarela, dengue, chikungunya e malária", disse.

O representante da ADRA, explicou que o programa de Saneamento Total Liderado pelas Comunidades (STLC) é único programa do Estado que tem como objectivo aumentar o acesso ao saneamento básico nas zonas rurais, e tem OGE de 2016 e um financiamento de apenas 96 milhões de kwanzas.

"Isto é extremamente baixo em relação às necessidades, considerando que o Censo 2014 mostra que três em cada quatro angolanos que vivem em zonas rurais, 74% não têm acesso a uma instalação sanitária adequada, e que mais do que 2 em cada 3 agregados familiares 69% defecam no capim, mato ou ao ar livre", disse.

Disse ainda que, o objetivo do encontro foi partilhar a análise do Orçamento Geral Estado (OGE) de 2016 nos sectores da Água e do Saneamento. Um exercício que faz parte de um programa alargado de monitoria de impacto de políticas públicas que conta com a parceria da UNICEF no domínio da elaboração e publicação de documentos com finalidade de contribuir para o aumento da informação e para participação dos cidadãos.

Distribuição dos recursos no sector de água e saneamento Carlos Cambuta disse ainda que o Financiamento do sector apresenta grandes assimetrias na alocação dos recursos financeiros, com

a maioria dos recursos alocados a nível central, e com um forte enfoque nas áreas urbanas.

"No OGE 2016, 87% das verbas para abastecimento de água são alocadas ao nível central (ministérios), apenas os restantes 13% vão para os órgãos provinciais e municipais. Mesmo no próprio Programa Água para Todos (PAT), que é um programa descentralizado, 42% da alocação é para o nível central. A atribuição para os programas é 9 vezes superior à atribuição para os programas destinados às áreas rurais", explicou.

Por sua vez, o assessor do Secretário de Estado para o Programa Água para Todos, João Delgado, disse que o investimento, em termos de abastecimento de água, anda a volta de 96% e está um pouco abaixo daquilo que se previa no OGE.

"A grande maioria dos recursos alocados ao sector de Água e Saneamento vão para as áreas urbanas, e muito pouco é destinado às áreas 'Tomás Lopes rurais'. 'Isto está em contradição como facto de o número de pessoas sem acesso à água potável e saneamento seguro ser maior nas zonas rurais do que zonas urbanas do país", disse. O único programa de saneamento básico com enfoque na área rural é o STLC que recebe apenas 96 milhões de kwanzas, ou seja, 10 kwanzas por cada pessoa que vive nas zonas rurais do país.

4.2 É possível arrecadar mais receitas com os recursos locais disponíveis

Jornal Economia e Finanças
18 De Novembro de 2016

Governador de Norberto dos Santos

Malanje é uma província, essencialmente agrícola, daí a necessidade de se apostar no campo para se atingir este desiderato. A existência de problemas relativos ao aproveitamento, no caso da compra de produtos dos camponeses, é ainda uma grande dificuldade, onde os bancos, a nível das províncias devem ser mais dinâmicos, como forma de se estabelecer a melhor relação entre o agricultor e a entidade bancária. Quanto à diversificação da economia a província de Malanje vai a bom ritmo, uma vez existem grandes terras cultivadas. A responsabilidade de participar no desenvolvimento da economia nacional é de todos, com o objectivo de promover e dinamizar o desenvolvimento e comunitário do país e o envolvimento activo de todos órgãos públicos e privados, apresentando as oportunidades de negócio de forma

a estimular a captação de investimento; privado. É também importante a captação e formação dos gestores públicos em finanças e receitas locais, gestão de municípios e de cidades, modelo de gestão integrada de municípios, cidades, entre outros.

Governadora da Lunda Sul Cândida Narciso

O facto da administração pública saber que pode contar com vários fornecedores para prestar um mesmo serviço, automaticamente começa a contribuir para o mercado mais competitivo, alargando, assim, a sua base de tributação e criar condições necessárias para fomentar o investimento e o desenvolvimento sustentável em cada província.

Se o Estado tiver uma diversificação de fornecedores de serviços e bens, automaticamente muitas empresas terão certamente, subsistência nos mercados provinciais, o que permitirá a geração de mais empregos, sobretudo para os jovens.

A contratação pública é também um factor fundamental a se ter em conta para a concorrência dos mercados, na medida em que geram valores em cadeia e estes, por sua vez, proporcionam um desenvolvimento económico sustentável.

Administrador do Kilamba, Joaquim Israel

Há muitas fontes de receita que os municípios podem aproveitar, que não estão regulamentadas na lei o que torna difícil o nosso trabalho, outro aspecto fundamental é a falta de retorno da receita porque esta é canalizada para a conta única do tesouro. E sem retorno, as administrações tornam-se menos proactivas. Existe um grande potencial de receitas na maior parte dos municípios e cidades, principalmente os de carácter urbano que podem contribuir para arrecadação da receita e que podem ser usadas para o benefício dos mesmos. É importante interagir com outros sectores ministeriais que não percebem da realidade dos municípios; como por exemplo, a reter receitas e não haver retenção na fonte isso faz com que os municípios e cidades tenham muitas dificuldades na própria gestão, porque os recursos e as receitas comunitárias só são transferidas para as administrações um ano depois. Sendo este um dos problemas actuais que as administrações apresentam.

Administrador do Cazenga, Tany Narciso

Para que haja uma boa arrecadação de receitas locais, é preciso maximizar os ganhos pois há ainda muitos recursos por se aproveitar. Razão pela qual o Ministério das Finanças ter já solicitado informações de sectores que podem produzir mais receitas locais, contidas no Decreto 307/2008/2009.

Por exemplo, no imposto predial urbano ainda não se recolhe o necessário, porque existe o problema da legislação que não está conforme, está previsto na lei, por exemplo, só paga o imposto quem é titular da casa. Por isso, é preciso acelerar a legislação de forma que se torne rápido o processo de titularização das habitações, para que se possa cobrar esse imposto.

4.3 OGE 2017 Energia e águas no topo do crescimento da economia em 2017

Novo Jornal

18 De Novembro de 2016

Texto: Álvaro Victoria

Energia e águas vão liderar o ranking dos sectores que mais vão crescer na economia angolana no ano que vem. Cerca de 42,2 por cento é o que se perspectiva do crescimento do referido segmento em 2017.

Estes são alguns dos números anunciados ontem, na Assembleia Nacional, pelo ministro das Finanças, quando procedia à apresentação da proposta do Orçamento Geral do Estado (OGE) para o ano fiscal 2017.

Nos dados apresentados por Archer Mangureira, saltou à vista, entre os sectores que mais vão crescer no próximo ano, o segmento da agricultura, com perspectivas de crescimento de 7,3 por cento.

Não menos significativo, de acordo com o documento apresentado pelo titular da pasta das Finanças, será o crescimento de 4,2 por cento que as autoridades esperam da indústria transformadora.

Habitual "abono de família" do Produto Interno Bruto (PIB) angolano, o sector dos petróleos prevê registar um crescimento na ordem dos 1,8 por cento, contra os 2,3 do segmento não petrolífero.

Citado pela agência nacional Angop, Archer Mangureira informou que o OGE2017 foi elaborado tendo como projecções e indicadores uma produção petrolífera de 662,2 milhões de barris, o que corresponde a uma média de 1,8 milhões de barris/dia.

No total, segundo o documento apresentado ontem aos deputados, o OGE2017 comporta receitas e despesas de 7,3 triliões de kwanzas.

Cerca de 5,8 por cento do PIB é o que se perspectiva do défice fiscal em 2017, que, segundo o governante,

será coberto com base ao financiamento interno e externo.

Com uma inflação anual que não se espera acima dos 15,8 por cento, a economia nacional vai registar despesas com o sector social e económico de 56,6 por cento do total das despesas.

Em termos de distribuição funcional e territorial, a despesa do OGE 2017 está concentrada nas províncias de Luanda, Kwanza-Norte, Cabinda, Huambo, Bié e Benguela.

4.4 OGE aponta melhorias no desempenho fiscal

Jornal Economia e Finanças

18 De Novembro de 2016

O quadro macro-económico de referência para o exercício orçamental de 2017 aponta para uma melhoria do desempenho da economia nacional, considerando uma taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) real de 2,1 por cento, maior do que a projectada para 2016, que foi de 1,1. Acrescenta que se prevê que o sector petrolífero cresça 1,8 e o não petrolífero 2,3.

Na mensagem que enviou, ontem, aos deputados à Assembleia Nacional, o Titular do Poder Executivo ressalta que o Orçamento Geral do Estado, submetido à discussão e votação, constitui a expressão financeira das acções que o Executivo repute de fundamentais para o ano económico de 2017.

O referido documento sustenta que o desempenho do sector não petrolífero é positivamente determinado pelos sectores de Energia com 40,2 por cento, a Agricultura com 7,3, a Construção com 2,3 e a Indústria Transformadora com 4,0, na proporção dos respectivos pesos na composição do PIB.

O Chefe de Estado declara na mensagem à AN, lida pelo ministro e Chefe da Casa Civil do Presidente da República, Manuel da Cruz Neto, que, por outro lado, o OGE 2017 contempla fluxos globais de receita fiscal de três mil 667,8 mil milhões de kwanzas e de despesas fiscais fixadas em quatro mil 715,6 mil milhões de kwanzas, correspondendo, respectivamente, a 18,6 e 23,9 por cento do PIB, resultando num défice global de mil e 47,8 mil milhões de kwanzas, ou seja, 5,3 por cento do PIB.

Cenário fiscal

O cenário fiscal para 2017 prevê ainda uma redução considerável nas despesas com os subsídios de cerca

de 19,3 por cento, comparativamente ao OGE revisto de 2016, traduzindo uma postura de racionamento de gastos fiscais com as subvenções, considera o Presidente José Eduardo dos Santos.

"Não sendo possível corrigir os eventuais desequilíbrios num único exercício orçamental, procurou-se, neste orçamento, definir uma estrutura de distribuição de despesas que maximize os resultados sociais a longo prazo", pelo que, deste modo, a distribuição da despesa com o sector social corresponde a 38,5 por cento da despesa fiscal total.

O Presidente da República reafirmou na mensagem que, em contrapartida, a despesa com o sector da defesa, segurança e ordem pública corresponde a 20,33 por cento. O peso do sector social resulta da importância da operação e manutenção das instituições prestadoras de serviços públicos de saúde, educação e assistência social a crianças e idosos.

De, acordo com o Chefe de Estado, o orçamento consistiu a expressão financeira das acções que o executivo reputa de fundamentais para o ano económico de 2017, considerado decisivo para o processo de diversificação e industrialização do país, na medida em que devem ser criadas as condições para a consolidação das bases para a transformação incisiva da economia, com vista ao aumento da sua competitividade externa e dos índices de empregabilidade.

Acrescenta que, de facto, a edificação de uma economia diversificada e moderna pressupõe um conjunto vasto de alterações nas regras do jogo económico, que devem ser implementadas segundo uma metodologia e sequência que garantam a sua sustentabilidade bem como a adaptabilidade dos diferentes tipos de empresas e de organizações.

Por essa razão, prossegue José Eduardo dos Santos, o presente OGE fundamenta-se nas medidas de política que devem ser implementadas ao longo de 2017 para que sejam alcançados os seguintes objectivos: Melhoria do impacto da política económica e social do Estado; Melhoria da circulação mercantil e expansão da procura agregada, orientada à produção interna e promoção das exportações; Geração de poupança para o financiamento dos investimentos; Promoção da diversificação da actividade económica, visando o aumento das exportações.

4.5 OGE prioriza militares e polícias

Novo Jornal

18 De Novembro de 2016

Texto: David Filipe

A oposição lamenta que, com o fim do conflito armado, não se justifica tanta atenção para os sectores da defesa e segurança.

"O conflito armado já acabou. Mais temos um problema serio relacionado com a educação e a saúde. O Executivo não pode agir dessa maneira prejudicando os sectores importantes", disse o chefe do grupo parlamentar do PRS Benedito Daniel.

Alcides Sakala da UNITA não está surpreendido com essa atitude do Executivo. "Sempre o Governo agiu dessa forma, prejudicando os sectores mais sensíveis", resumiu.

O presidente da FNLA, Lucas Ngonda, exige mais atenção nos sectores da educação e saúde. "Os sectores da defesa e segurança são fundamentais. Mais nesse momento a educação e saúde e prioridade", defendeu.

Os gastos com a Educação em 2017 sobem para 500,6 mil milhões de kwanzas num peso que passa de 6,5% do total, este ano, para 9%, em 2017.

O peso da Defesa e Segurança e Ordem Pública sobe para 20% do total das despesas programadas para o próximo ano, sem contabilizar o serviço da dívida.

O valor inscrito na proposta do OGE de 2017 para militares, polícias, serviços prisionais, tribunais e bombeiros é de 1,012 biliões de kwanzas, o que compara com um peso 13,3% do total do Orçamento actualmente em vigor (2016, revisto em Setembro), que reserva para estas despesas 929,7 mil milhões de kwanzas.

Só directamente na componente da Defesa, Angola prevê gastar em 2017 mais de 10,5% do total da despesa fiscal, o equivalente a 535,1 mil milhões de kwanzas.

A despesa com a Saúde e o funcionamento dos hospitais também cresce, passando a ter um peso total de 6,15%, equivalente a 310 mil milhões de kwanzas, face aos 4,4% do OGE em vigor.

No total, estes dois sectores, juntos, vêem a dotação orçamental crescer para 811,3 mil milhões de kwanzas, face aos 758,9 mil milhões de kwanzas (4,235 mil milhões de euros) do Orçamento em vigor.

O último relatório anual da Organização Mundial de Saúde, lançado em Maio, indica que Angola apresentou a segunda mais baixa esperança de vida em 2015, figurando na cauda da tabela da mortalidade infantil mundial.

Segundo o documento, a esperança média de vida à nascença em Angola cifrou-se nos 52,4 anos, apenas à frente da Serra Leoa, com 50,1 anos.

Aquela organização das Nações Unidas concluiu igualmente que por cada 1.000 nados vivos morrem em Angola 156,9 crianças até aos cinco anos, apresentando por isso a mais alta taxa de mortalidade mundial em 2015. Além disso, em cada 100.000 nados vivos em Angola morrem 477 mães, neste caso distante da Serra Leoa, onde para a mesma proporção morrem 1.360 mulheres.

Este deverá ser o último orçamento anual aprovado na actual legislatura, tendo em conta a previsão de realização de eleições gerais em Angola até Agosto do próximo ano.

4.6 Análise ao OGE de 2017 a provado pela Assembleia Nacional

Jornal O PAÍS

22 De Novembro de 2016

No que respeita a economia real, o Governo prevê que a economia cresça 2,1% em 2017, o que representa uma melhoria face a taxa de crescimento de 1,1% apurada em 2016.

A Produto Interno Bruto (PIE) nominal deverá fixar-se em 19.746 mil milhões KZ em 2017, uma expansão de aproximadamente 17% face ao PIE de 2016. a gap (diferença) entre a taxa de crescimento do PIE nominal de aproximadamente 17% e da taxa de crescimento real de 2,1% é justificado pela taxa de inflação de 15,8% prevista no OGE 2017.

a nível previsto para a inflação em 2017, de 15,8%, quase a metade do que os 38,5% estimados para 2016, poderá ser alcançado com base na redução do efeito pass-through (contágio) da taxa de câmbio sobre a taxa de inflação com o fornecimento de produtos da cesta básica pelo Entrepósito Aduaneiro E.P., beneficiando, por outro lado, dos incrementos significativos do IPC em 2016 que geram uma base mais alta para o cálculo das variações em 2017, contribuindo para que se verifiquem variações mais moderadas da inflação.

a peso do sector não petrolífero para o PIE corresponde a 81% do total, cerca de 15.992,8 mil milhões KZ, reflexo dos 2,3% de expansão prevista para o ano, superior à taxa de crescimento de 1,2% apurada em 2016.

O desempenho do sector não petrolífero é determinado pela performance esperada para o sector de energia que deverá crescer 40,2%, com destaque para a entrada em actividades, em 2017, da central hidrelétrica de Laúca com capacidade produtiva superior a 2.000 Megawatts; da agricultura com uma taxa de 7,3%; da indústria transformadora com 4% e da construção e pescas, ambas com 2,3%. No que concerne ao sector petrolífero, a taxa de crescimento prevista do PIE petrolífero, de 2016 para 2017, altera de 0,8% para 1,8%, suportada pelo aumento da produção média de petróleo bruto de 1.793 mil barris/dia estimados em 2016 para 1.821 mil barris/dia em 2017. A estimativa para 2017 apresenta-se otimista, dados os registos de produção média verificados nos últimos anos em que se tem mantido abaixo de 1,8 Milhões barris/dia. A Receita Total prevista para 2017 representa 18,6% do PIE, o equivalente a 3.667 mil milhões KZ, com um aumento de 5,3% face a 2016. Para esse aumento contribuíram o incremento em 10,4% das receitas fiscais petrolíferas, fixando-se em 1.695 mil milhões KZ, e das receitas não petrolíferas de 9,8%, para 1.708 mil milhões KZ.

A Despesa Total, por sua vez, cresce 7,2% face a 2016, atingindo 24,3% do PIE, 4.808 mil milhões KZ, suportada em grande parte pelo incremento das despesas correntes.

As Despesas Correntes aumentaram em 8,2% face ao OGE Revisto de 2016, para 3.812,8 mil milhões KZ, suportadas pelo incremento na generalidade das subclasses, com destaque para a subclasse dos Bens e Serviços que contribuiu em 5,3 p.p. para o incremento, remuneração dos funcionários públicos em 1,5 p.p. e o pagamento de juros com 1,2 p.p.

As subclasses, quando analisadas em comparação aos seus desempenhos no OGE 2016 Revisto, Cresceram significativamente. As despesas públicas com bens e serviços cresceram 22,1%, a remuneração dos funcionários públicos em 3,3% e os juros em 9,6%, sendo que os salários dos funcionários públicos representam mais de um terço das despesas correntes, cerca de 1.613 mil milhões KZ ou 8,2% do PIE.

Por sua vez, as despesas de capital registam um crescimento de 3,5% face ao corrente ano, atingindo 5% do PIE, cerca de 994,9 mil milhões KZ. Os incrementos desta subconta são indicadores positivos

de aposta no futuro da economia e do país como um todo; O Défice Fiscal deverá reduzir de 5,9% em 2016 para 5,8% do PIE em 2017, beneficiando do incremento do PIE Nominal em 17%. Entre-tanto, o saldo fiscal global passou de -1.000 mil milhões KZ em 2016 para -1.139,9 mil milhões KZ.

O Governo prevê uma redução da dívida governamental, que exclui as dívidas das empresas públicas' de 61,9% em 2016 para 52,7% do PIE em 2017, influenciada também pelo aumento do PIE nominal que diminui o peso percentual dos indicadores observados.

O aumento da dívida reflete sobretudo o aumento de 6 mil milhões USD no financiamento externo previsto para 2017 e o aumento de 300 milhões USD no financiamento interno, coerente com o discurso do Presidente da República perante a Assembleia Nacional na abertura do ano legislativo, que identificava a necessidade do endividamento para colmatar a quebra das receitas públicas geradas pela baixa do preço do petróleo. Por outro, importa destacar que, com a alteração da lei de endividamento público, o Estado dispõe de uma margem mais larga de endividamento, retirado o tecto para a dívida pública anteriormente fixado em 60% do PIE, devendo manter o recurso prudente a este instrumento dado os custos e riscos que lhe são próprios.

4.7 Dívida pública angolana atinge 70% do Produto Interno Bruto

Jornal Grandes Notícias
25 De Novembro de 2016
Texto: Licínio Adriano

O FMI considera que as autoridades tomaram medidas para mitigar o impacto do declínio dos preços do petróleo, incluindo uma melhoria significativa no saldo fiscal primário não petrolífero e a desvalorização do kwanza relativamente ao dólar norte-americano. Não obstante, são necessárias medidas adicionais de política para prosseguir o ajustamento à nova realidade dos mercados internacionais do petróleo. O atraso na implementação destas medidas irá aumentar os custos de ajustamento no futuro e preterir os seus benefícios.

Segundo os especialistas daquela instituição internacional, em 2017 estima-se que o crescimento do produto suba para 1.25 por cento, comparativamente à ausência de crescimento no ano corrente, reflectindo uma recuperação no sector não petrolífero devido ao aumento programado da

despesa pública e a melhores termos de troca. A projecção da inflação anual aponta para uma subida para 45 por cento, no final do ano, antes de declinar para 20 por cento no próximo ano, com condições monetárias restritivas e um kwanza estável a suportarem a desinflação. A médio prazo, as perspectivas são de uma recuperação gradual da actividade económica, embora existam riscos, entre os quais um declínio adicional nos preços do petróleo e atrasos na implementação das reformas estruturais necessárias à promoção da diversificação económica.

Um défice orçamental da magnitude projectada no projecto de orçamento para 2017 iria deixar a economia vulnerável a preços de petróleo inferiores ao projectado e aumentar a preocupação quanto à sustentabilidade da dívida pública. No ponto de vista do FMI, o governo deveria almejar um défice fiscal não superior a 2.25 por cento do PIB para 2017, consistente com uma melhoria moderada no saldo fiscal primário não petrolífero e com um continuado ajustamento gradual a médio prazo para colocar a dívida pública numa clara trajetória descendente.

A médio prazo, o foco da política fiscal deve ser colocado em contrabalançar a receita petrolífera persistentemente mais baixa através da racionalização da despesa e de uma maior receita não petrolífera. As instituições fiscais também precisam ser reforçadas para poderem gerir adequadamente a volatilidade da receita petrolífera. Entre as políticas direccionadas à realização destes objectivos contam-se: a intensificação dos esforços em curso para alargar a base de tributação, incluindo a introdução do IVA em 2019; a continuação da redução do peso colocado ao sector público pela massa salarial, optimizando e recentrando a administração na provisão eficiente de bens públicos; evitar a reemergência dos subsídios aos combustíveis ajustando os preços periodicamente de modo a que reflectam as flutuações dos preços internacionais e da taxa de câmbio e melhorar a qualidade do investimento público através do reforço dos processos de avaliação, selecção e monitorização de projectos.

O BNA apertou as condições de liquidez desde Junho último, lê-se na declaração do FMI, e a inflação mensal está a começar a ceder. Além disso, o maior volume de venda de divisas por parte do BNA aliviou alguma pressão no mercado cambial. Porém, o grande e volátil diferencial entre as taxas de câmbio do mercado paralelo e do mercado oficial, bem como a grande lista de espera de ordens de compra de divisas nos bancos comerciais, são indicações da persistência de um grande desequilíbrio. A resolução deste desequilíbrio, incluindo uma maior flexibilidade da taxa de câmbio com políticas macroeconómicas propícias, será essencial para manter a taxa de câmbio

oficial como a base da formação de preços e das expectativas de inflação, evitar a má afectação de recursos na economia e acelerar o crescimento.

O FMI aconselha o reforço necessário do sistema bancário para que possa contribuir para a recuperação da economia e fomentar o crescimento inclusivo. Os esforços do BNA de reforçar a regulação acolhidos com agrado. Além disso, as medidas iniciais tomadas para reestruturas e recapitalizar o BPC são positivas.

O BNA deve manter os seus esforços para mitigar os factores determinantes e os riscos resultantes da perda das relações com bancos correspondentes, que é um desafio que também está a afectar muitos outros países. As acções do BNA devem ser centradas no reforço do diálogo com os reguladores nacionais de origem dos bancos correspondentes, no reforço e implementação do quadro de luta contra o branqueamento de capitais, e no desenvolvimento de planos de contingência, em coordenação com outras partes interessadas, para fazer face à possível perda de bancos correspondentes.

A implementação de reformas estruturais é crucial para diversificar a economia, impulsionar o crescimento e reduzir a pobreza. A realização destes objectivos exige uma redução de custos no sector não petrolífero e a resolução dos constrangimentos no capital físico e humano.

Estes esforços devem ser complementados pela resolução mais contundente dos graves impedimentos de Angola à realização de negócios. Além disso, o sector privado deve desempenhar um maior papel na economia, incluindo no desenvolvimento de infra-estruturas, através de um sistema robusto de parcerias público privadas e de concessões.

4.8 OGE prevê arrecadar 209 milhões de dólares em taxas

Jornal Grande Noticias
25 De Novembro de 2016
Texto: Renato da Fonseca

O Estado prevê arrecadar em 2017 USD 209 milhões com a taxa de 10 por cento sobre algumas transferências para o estrangeiro, de contratos de assistência, em vigor desde 2015 devido à crise financeira.

Os dados resultam da proposta de lei do Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2017, em análise nas comissões parlamentares da Assembleia Nacional, e

que prevê receitas e despesas de kz 7,307 biliões (USD 45,65 mil milhões), um crescimento económico de 2,1 por cento e um défice público de 5,8 por cento do Produto Interno Bruto (PIB).

A denominada Contribuição Especial sobre as Operações Cambiais de Invisíveis Correntes, define o mesmo documento, continua a incidir sobre as transferências efectuadas no âmbito dos contratos de prestação de serviços de assistência técnica estrangeira ou de gestão, voltando a deixar de fora transferências de salários ou apoios para tratamento de saúde ou educação no exterior do país. Deverá render, na projecção do governo, quase 0,5 por cento da receita total estimada para o próximo ano, chegando aos kz 33.720 milhões (USD 209 milhões).

No Orçamento para este ano, aprovado no parlamento em Dezembro de 2015, o governo previa arrecadar kz 4.717 milhões (USD 29,48 milhões), pelo que no espaço de um ano esta rubrica, nas previsões orçamentais, sobe mais de 600 por cento.

"A taxa de Contribuição Especial sobre as Operações Cambiais de Invisíveis Correntes é de 10 por cento sobre o valor da transferência a efectuar¹: lê-se na proposta do OGE para 2017, que mantém assim o valor aplicado durante parte de 2015 (desde Julho) e em 2016.

A contribuição é paga antes da transferência, ficando isentos os Estado angolano e os seus serviços (à excepção das empresas públicas), bem como instituições públicas de previdência e segurança social, associações de utilidade pública reconhecidas legalmente e Igrejas em situação legal no país.

4.9 Eleições gerais com dinheiro garantido pelo OGE

Jornal de Angola
25 De Novembro de 2016
Texto: Adelina Inácio

O Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2017 prevê um valor de 35 mil milhões de kwanzas para a preparação e realização das eleições gerais do próximo ano, revelou ontem, em Luanda, o ministro das Finanças.

Archer Mangureira, que falava aos deputados, durante o debate na especialidade da proposta de OGE para o próximo ano com os sectores da Defesa Nacional, Relações Exteriores e Administração do Território, disse que os valores constam numa rubrica específica para As eleições.

Além daquele valor, o ministro disse existirem outras reservas que podem ser utilizadas para cobrir o défice que se registar nas despesas das eleições. Archer Manguera recomendou, no entanto, uma "utilização mais racional das verbas."

Informou que na proposta de OGE para 2017 também está inscrito um programa para a melhoria da qualidade e capacidade técnica das infra-estruturas das Forças Armadas. O Executivo, disse, tem priorizado as despesas dos sectores mais urgentes. Trata-se de despesas que se não forem realizadas podem pôr em causa a estabilidade e a soberania do país, sublinhou. Ainda relativamente ao processo eleitoral, o ministro da Administração do Território, que chefiou a equipa do Executivo nas discussões de ontem no Parlamento, garantiu aos deputados que o registo eleitoral está a ser realizado de forma clara e transparente, Bonito de Sousa respondia às preocupações dos deputados Estêvão Kachiungo e Manuel Savihemba, ambos da UNITA, que apresentaram dúvidas relativamente ao processo eleitoral, bem como a Fernando Heitor, do mesmo partido, que questionou o funcionamento das administrações municipais.

A deputada Mihaela Weba, também da UNITA, questionou o ministro se os cidadãos angolanos no estrangeiro têm direito ao voto. Em resposta, Bonito de Sousa disse que no exterior só votam os cidadãos que lá se encontram por razões de estudo ou de saúde. O ministro esclareceu que a lei diz que o registo eleitoral é feito em território nacional, mas remeteu a discussão sobre a votação à Comissão Nacional Eleitoral. "A votação no exterior não é um problema do Ministério da Administração do Território nem das embaixadas ou do Ministério das Relações Exteriores, mas sim da Comissão Nacional Eleitoral. Qualquer alteração sobre estas questões podem ser debatidas em sede do Pacote Legislativo Eleitoral", disse Bonito de Sousa.

Política migratória O anteprojeto de Lei da Política Migratória está concluído e vai, em Breve, ser analisado no Conselho de Ministros para posterior discussão e votação no Parlamento, informou ontem o presidente da Comissão de Defesa e Segurança da Assembleia Nacional. Segundo Roberto Leal Monteiro "N gongo", o diploma vai regular a migração nos país.

A ocasião, o secretário de Estado do Interior, Hermenegildo Félix, defendeu o aumento de medidas em relação aos imigrantes ilegais. A mesma posição foi defendida pelo comandante-geral da Polícia Nacional, que revelou que, diariamente, são apreendidos mais de 50 imigrantes que entram ilegalmente nos país.

O comissário-geral Ambrósio de Lemos respondia às preocupações da presidente da Comissão de Relações Exteriores, Cooperação Internacional e Comunidade Angolana no Estrangeiro, Exalgina Gambôa, que questionou sobre o número de imigrantes ilegais repatriados Nos último ano e a verba gasta pelo Estado com o processo de repatriamento. Os números não foram revelados.

4.10 OGE recebe contribuições de parceiros sociais

Jornal O PAÍS

29 De Novembro de 2016

Texto: Iracelma Kaliengue

A interação entre o Executivo e as comissões de trabalho especializadas do Parlamento sobre o OGE terminaram ontem no hemiciclo.

Durante as últimas semanas as comissões e os representantes de departamentos ministeriais analisaram os valores alocados aos diferentes sectores no âmbito do Orçamento Geral do Estado (OGE), referente ao exercício económico 2017, cuja aprovação final global está prevista para 14 de Dezembro próximo.

Os parlamentares apresentaram os seus pareceres e procuraram explicações dos representantes ministeriais e sectoriais sobre a implantação das verbas atribuídas aos diversos sectores.

Para o deputado Benedito Daniel, do Partido de Renovação Social (PRS), o sector de segurança e defesa já não deviam continuar a ser tão privilegiados".

Afirmou, no entanto, que os valores alocados a estes sectores deviam reforçar o sector sociais que é o menos privilegiado.

O deputado apontou ainda a agricultura como um dos sectores com maior importância para a Economia tendo em conta a actual conjuntura económica e disse esperar maior aplicação das verbas para esta área.

Não há suficiência alimentar se não investirmos na agricultura e não se diversifica a economia com a agricultura familiar", defendeu.

Por seu turno, o deputado da bancada parlamentar da UNITA, Alcides Sakala, afirmou que é preciso haver uma evolução nos debates. "É notável que as recomendações nunca são acolhidas e gastávamos de ver este quadro mudado", disse.

O deputado revelou ainda que UNIT A entende que um Orçamento Geral do Estado é um instrumento fundamental e essencial que pode permitir melhor distribuição da riqueza.

Se continuamos com a ideia de que ficamos só com as ideias da maioria, vamos continuar com orçamentos aquém das expectativas", frisou.

Disse ainda que o grande problema ainda é a distribuição da- quilo que é o bolo nacional.

Para ele, os órgãos centrais ficam com quase tudo e as restantes províncias do país ficam com Verbas muito ínfimas e que nem sempre podem resolver os grandes problemas.

Tem de se repensar os nossos orçamentos e, de um vez por todas, acolher outras contribuições. Os parceiros sociais, por exemplo, deixaram recomendações muito importantes referentes à vários sectores sociais. Se estas ideias forem acolhidas penso que podíamos dar um passo muito importante sobre a distribuição da riqueza do país", disse ainda.

O MPLA reconhece tratar-se de um orçamento "difícil e apertado" segundo afirmou vice-presidente da 1ª Comissão de Trabalho Especializado, Emílio Homem. Mas, apesar disso, o parlamentar garantiu que as comissões competentes vão elaborar os pareceres Saídos dos últimos encontros.

Estamos agora munidos com os dados suficientes para preparar um conjunto de recomendações para o OGE de 2017. É um orçamento muito apertado, mas na I medida do possível será exequível, referiu.

Disse ainda que depois desses pareceres, a 1ª comissão (coordenadora) vai elaborar um relatório parecer conjunto final, a ser aprovado nos próximos dias, e um projecto de resolução para recomendações precisas, baseadas nas constatações registadas.

Emílio Homem precisou que, de acordo com as previsões, as receitas internas do OGE 2017 poderão ser complementadas com o apoio externo.

A Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para ano fiscal de 2017 comporta receitas e despesas na ordem de 7,3 trilhões de Kwanzas.

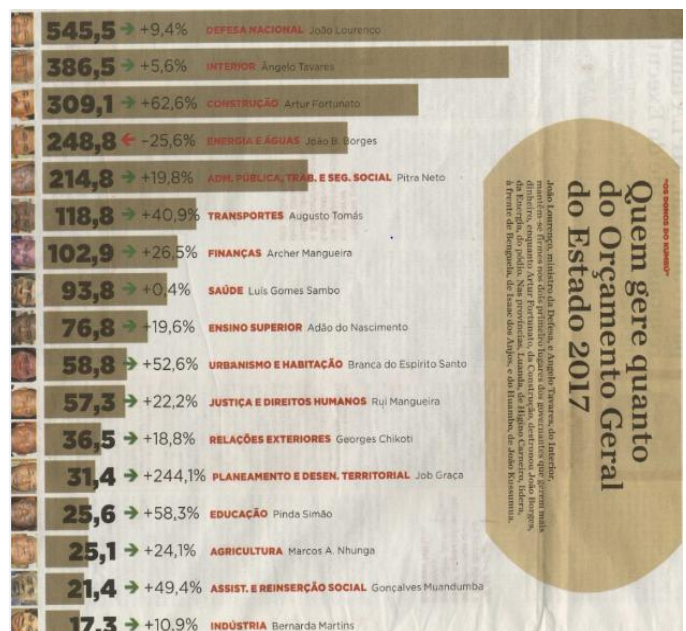
4.11 Despesas por Governo provincial e órgãos sob tutela valores em mil milhões de kz

Jornal Expansão
18 De Novembro de 2016



4.12 Despesas por Ministério e órgãos sob tutela Valores em milhões KZ

Jornal Expansão
18 De Novembro de 2016





4.13 Ministro das Finanças esclarece alterações à dívida pública

Jornal Expansão
18 De Outubro de 2016

Exmo. Senhor Director do semanário Expansão,
Prezado director Dr. Carlos Rosário de Carvalho:

O mais recente artigo de V. Exa. ("Há gato na dívida pública"), publicado na edição da semana passada do Semanário Expansão, suscita algumas questões que - pela sua importância e pertinência - gostaríamos de contribuir para esclarecer. Solicitamos por isso a publicação das seguintes notas:

1. O projecto de alteração da Lei n.01/14, em análise na Assembleia Nacional, não altera o rácio de 60% sobre o Produto Interno Bruto (PIB) como referencial máximo para a Dívida Pública.
2. O que se obtém com a revisão em curso da Lei é uma clarificação em três domínios, baseada nas práticas internacionalmente aceites:

2.1. Passa a ser claro o perímetro de consolidação para a Dívida Pública que está sujeita ao referencial dos 60% do PIB, que diz respeito à dívida governamental (todos os níveis do governo mais a segurança social). Contudo, no actual quadro legal é entendimento que "outra entidade pública" deve ter o âmbito previsto no número 2 do artigo 77º da Lei 15/10 de 14 de Julho, onde o referido rácio também está previsto, conforme número 3 do artigo 71º da mesma Lei. Deste modo, não existe qualquer alteração do universo institucional, mas apenas se pretende evitar que haja dúvidas e garantir a consistência interpretativa entre diplomas legais que referem a mesma norma, para além de manter o alinhamento com as normas estatísticas internacionais.

2.2. Passam a estar previstos os mecanismos de resolução que o Governo deve adoptar em caso de ultrapassagem daquele referencial, o que até agora não acontecia. Concretamente, o novo dispositivo legal [em discussão na Assembleia Nacional] obriga o Governo a apresentar nos orçamentos seguintes as medidas necessárias para retomar uma trajectória na Dívida Pública dentro daquele referencial, quando o valor de referência de 60% do PIB é ultrapassado. Estes mecanismos de correcção de trajectória e convergência para os limites legais são adoptados por diversas jurisdições, onde se destacam os países da zona Euro, que perante a ultrapassagem da baliza prevista no Tratado de Maastricht não geram automaticamente procedimentos por incumprimento, desde que sejam adoptadas medidas de convergência nos três exercícios seguintes.

2.3. Procede-se à exclusão da dívida indirecta, ou seja, o conjunto das garantias prestadas, para efeitos de rácio de endividamento em função do PIB. Esta proposta de alteração alinha o rácio com as normas internacionais, pela consideração da dívida directa governamental bruta consolidada, sendo este o universo institucional e de instrumentos financeiros que a literatura habitualmente designa genericamente por "dívida pública". De qualquer forma, esta exclusão não tem qualquer outra intenção que não seja o alinhamento conceptual, pois os valores das garantias emitidas não ultrapassam actualmente cerca de 1,3% do PIB.

3. O Boletim da Dívida Pública tem vindo a incluir a dívida externa de duas empresas públicas - a Sonangol e a TAAG. Esse procedimento poderia configurar uma aceitação tácita da inclusão daquelas responsabilidades no perímetro da dívida governamental, pelo que será oportunamente corrigido, no âmbito da implementação de um novo sistema de tratamento de informação estatística e de gestão da dívida pública, numa parceria com a

UNCTAD (Conferência das Nações Unidas Para o Comércio e o Desenvolvimento). Também este processo de modernização nos exigiria uma clarificação conceptual.

4. Importa ainda informar os leitores do Semanário Expansão que a previsão da Dívida Governamental em 2017 é de 52,7% do PIE daquele ano.

4.1. Contudo, o cumprimento do rácio de endividamento em função do PIE, previsto nos diplomas legais, é apreciado expost, e não com base em estimativas, e, como o PIB é um fluxo que resulta da actividade económica para além da acção exclusiva do Governo, mais se justifica o procedimento de ajustamento à posteriori do referido rácio.

Reiteramos a nossa inteira disponibilidade para colaborar com todas as iniciativas que visam o esclarecimento da opinião pública.

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Reorganização territorial cria novo município e Kilamba Kiaxi volta a ser sede municipal

Jornal Expansão

4 De Novembro de 2016

Texto: Félix Abias

O Kilamba Kiaxi voltou a ser município, de acordo com a nova divisão administrativa de Luanda, legitimada pela lei 18/16, de 17 de Outubro. De recordar que o Kilamba Kiaxi já foi município, de 1975 a 2011, e distrito, de 2011 até este ano. A nova lei, que entra em vigor 90 dias depois da publicação em Diário da República, estabelece que o Kilamba Kiaxi é agora composto pelos distritos urbanos do Nova Vida, Golfe, Sapu e Palanca.

A outra novidade no que diz respeito à divisão administrativa de Luanda tem a ver com o facto de Talatona ser agora município, abrangendo Benfica, Mussulo, Futungo, Lar do Patriota, "Tala tona, Camama e Cidade Universitária. Já o município de Belas abrange agora a comuna da Barra do Kwanza e os distritos de Quenguela, Morro dos Veados, Ramiros, Vila Verde, Cabolombo e Kilamba. De recordar que a Assembleia Nacional aprovou, este ano, a nova divisão administrativa de Angola. De acordo com a lei, "o objectivo é ajustar a divisão político-administrativa do País, para conformá-la às exigências do crescimento urbano, da expansão dos aglomerados populacionais e dos novos limites geográficos". De acordo com a mesma lei, a prestação de um serviço público mais "eficiente" às populações é outro objectivo desta divisão administrativa. No âmbito da divisão administrativa do País, realce-se, o Plano Nacional Estratégico da Administração do Território (PLANEAT) pretende, até 2022, criar quatro novas províncias e até 145 novos municípios. A província do Moxico, por exemplo, irá dividir-se em três e o Cuando Cubango em duas. Segundo o ministro da Administração do Território, o objectivo é ainda "travar a desocupação de grande parte do território e prevenir possíveis invasões silenciosas por parte de países fronteiriços, cuja densidade populacional cresce a cada ano".

5.2 Autarquias locais são institucionalizadas até 2021

Jornal de Angola

16 De Novembro de 2016

O Vice-Presidente da República, Manuel Vicente, anunciou ontem que o Programa de apoio ao Processo de Preparação das Autarquias Locais tem por base três objetivos específicos a concretizar até 2021, que passam pela criação de Instrumentos técnicos de apoio (meios técnicos, humanos e financeiros), a Institucionalização das Autarquias Locais e o enquadramento das autoridades tradicionais no quadro da governação local.

Ao discursar na abertura da Reunião Interministerial de Implementação do Plano Nacional Estratégico da Administração do Território (PLANEAT 20 15-2025) e a Perspectivas de Desenvolvimento Económico Local, Manuel Vicente explicou que ao Executivo cabe dar impulso para a criação de condições que tornem efetiva a implementação do Poder Local no país, admitindo que "atender a essa realidade é atender a uma previsão constitucional e a um compromisso político assumido pelo Executivo em diversos momentos da sua Acção", baseadas no Programa de Desenvolvimento Nacional e no Plano Nacional Estratégico da Administração do Território, aprovado recentemente, e em outros instrumentos.

Para o Vice-Presidente da República, a descentralização e desconcentração administrativas devem constituir, num futuro breve, o elemento fundamental da Acção política e administrativa para que o país seja capaz de atingir os patamares de desenvolvimento harmonioso de todo o território nacional, daí ter também advogado o financiamento do Poder Local. Manuel Vicente lembrou que ao longo dos 41 anos da sua existência como Nação independente, o país tem vindo, paulatinamente, a passar de uma administração centralizada e hierarquizada para uma administração descentralizada e heterogénea, num processo que exige a adoção de medidas de transferência e harmonização de competências, poderes, responsabilidades e recursos do Governo Central para entidades locais.

No seu entender, o processo de descentralização constitui também um aprofundamento da democracia, além de permitir que determinadas Necessidades coletivas sejam resolvidas de forma mais próxima das populações. "O país dispõe neste momento de um instrumento de trabalho muito poderoso que é o Plano Nacional Estratégico da

Administração do Território que nos permite, não só estruturar de forma adequada o trabalho deste sector, como também pode contribuir para uma governação mais eficiente, mais próxima do cidadão e susceptível de maior impacto no desenvolvimento social, económico e cultural do nosso país", disse o Vice-Presidente.

Por essa razão, prosseguiu, impõe-se que seja incrementada a sua implementação e destacou o papel da Comissão Interministerial na Coordenação, definição e correção das metas e na monitorização dos resultados. "A Comissão deve ser rigorosa nos seus propósitos, Exigente no seu trabalho e eficaz nos seus resultados", sublinhou.

Administração do território Ao referir-se ao PLANEAT, o Vice-Presidente considerou-o uma ferramenta imprescindível para o Cumprimento das políticas do Governo no domínio da administração do território, na medida em que assegura uma melhor coordenação e Entrosamento entre o governo, os cidadãos, as empresas, as famílias e as comunidades, fortalece a administração pública e melhora os Resultados da sua actividades.

Manuel Vicente destacou o papel do debate de ideias e do confronto de opiniões, pois, no seu entender, só com eles é que se pode chegar a uma conclusão sobre o modelo de administração necessário para o processo de construção e consolidação da Nação e da sua identidade.

Mas defendeu ser importante conciliar os interesses nacionais comuns a todo o território com os interesses específicos das comunidades locais.

O fórum "As finanças locais e a gestão de resíduos e o desenvolvimento tecnológico - o caso da cidade de Windhoek" serviram de mote para o início dos trabalhos. O mayor de Windhoek, Muesee Kazapua, falou do sucesso conseguido no seu país desde que atingiu a sua independência. A ministra namibiana do Urbanismo e Desenvolvimento Rural, Sophia hamingua, que interveio no fórum, falou do caso de sucesso que a Namíbia alcançou nos últimos anos e defendeu que é preciso estreitar, cada vez mais, a cooperação entre os dois países, não só no quadro do urbanismo e cidades, mas também em outros domínios.

O Fórum dos municípios e cidades de Angola, que é organizado pelo Ministério da Administração do Território e dirigido a governadores e administradores municipais e público em geral, pretende promover o desenvolvimento comunitário com envolvimento ativo de todos os órgãos públicos e privados. A decorrer no-Hotel Centro de

Convenções de Talatona, aborda em dois painéis questões relacionadas com as finanças locais como factor de desenvolvimento local, receitas locais e gestão de municípios e de cidade.

Financiar o Poder Local O Vice-Presidente considerou o financiamento do Poder Local "uma pedra angular para o verdadeiro Poder Local autónomo do Estado ou do Governo Central", e disse entender que o futuro do desenvolvimento para do país passa também por aquilo que Fizemos em matéria local nos domínios económico, social e cultural".

Ao dirigir-se aos governadores, administradores e especialistas sobre o estudo do Poder Local, Manuel Vicente destacou a importância da descentralização e desconcentração administrativas, enquanto elemento fundamental da acção política e administrativa para um crescimento igual de todo o país.

"Se assim o fizermos estou convencido de que estaremos a dar cumprimento a uma orientação do Titular do Poder Executivo, quando afirmou que os órgãos da administração central e local devem lidar com os desafios do presente com os olhos postos no futuro e criar mecanismos para dar aos cidadãos as ferramentas que permitam a sua participação nos destinos da sua comunidade", disse o Vice-Presidente da República.

Na visão de Manuel Vicente, as administrações devem desenvolver esforços no sentido de dotar de vida, na verdadeira aceção da palavra, os municípios para que estes solucionem os seus problemas e satisfaçam as necessidades das populações, e sublinhou que concretizar o modelo de descentralização significa reconhecer o papel do poder local no desenvolvimento do país, cujo futuro reclama por uma maior inclusão e participação.

Para o efeito, o Vice-Presidente da República, Manuel Vicente, defendeu que a necessidade de se alocar recursos adequados e proporcionais nos municípios para que os órgãos locais desempenhem com propriedade as suas competências.

Na intervenção que abriu também a 48 edição do fórum dos municípios e cidades de Angola 'que decorre sob o lema "As finanças locais como factor de desenvolvimento local", Manuel Vicente disse ser preciso entender o desenvolvimento como um processo ordenado e participado, reconhecendo o desafio e complexidade daí decorrentes. Por isso, destacou o papel de um diálogo permanente para identificar os pontos referentes às competências que devem ser repartidas, recurso a atribuir e caminho para tomar reais. As expectativas.

5.3 As autarquias “arrumadas”

Novo Jornal

18 De Novembro de 2016

Texto: Ismael Mateus

Esta semana o tema das autarquias em Angola voltou à actualidade de primeira página nacional. Desengane-se quem imagina que o regresso das autarquias ao noticiário político tenha consigo algum avanço ou alguma novidade no cumprimento da promessa feita em 2012.

O governo voltou a usar a mesma ladainha de sempre sobre a necessidade de estudos, de reflexão e de análises sobre o modelo angolano. Passaram-se já cinco anos sobre a data de aprovação da constituição da República de Angola, CRA, quatro sobre a data dos compromissos eleitorais de 2012 e agora o VPR apresenta como tecto 2021, ou seja, onze anos de inconstitucionalidade.

Não se trata apenas de um recuo. É uma provocação, um insulto agravado pelo facto de ninguém sequer se dar ao trabalho de explicar as razões por que não foram honrados os compromissos eleitorais de 2012.

Ao ouvir o VPR, é inevitável que nos perguntemos que respeito os políticos no poder têm por nós, seus concidadãos, quando nos querem fazer acreditar que encontrar o quadro jurídico e o modelo autárquico angolano é algo tão difícil, tão complicado que leve tantos anos a fazer. Se o governo não sabe como definir, então "saia de cima" como aquele ditado popular nos ensina. Deixe a bola com a sociedade, universidades, ONGs e grupos de cidadãos interessados que em menos de três meses terão capacidade para apresentar uma proposta tecnicamente aceitável para o modelo angolano. Só os mais distraídos ou os fanáticos caem nessa lógica do governo que nos "impõe", por um lado, uma visão desvalorizadora das autarquias (afirmando que ela não é a panaceia para todos os problemas, e é verdade) e, por outro, a ideia de que é extremamente difícil definir um quadro legal para o nosso modelo. Tudo absolutamente ridículo. Ao voltar a propor um debate sobre a transferência e harmonização de competências, poderes, responsabilidades e recursos do Governo Central para entidades locais, o VPR alinha neste discurso extemporâneo, de algo que já vem na CRA e resulta de um compromisso de 2012. Cabia ao MPLA que assumiu esse compromisso, honrá-lo ou reconhecer a sua incapacidade de o fazer.

Não se pode é atrasar o desenvolvimento do país por causa disso. Convém, por isso, lembrar a dimensão e o alcance do compromisso do MPLA em 2002 e que nos permite ver com mais clareza a situação hipócrita

actual em que na prática se opta “deixa andar” e, ao mesmo tempo, procura-se convencer a sociedade de que se trata de um tema que nunca saiu das prioridades políticas. O programa eleitoral do MPLA definiu em primeiro lugar que pretendia “valorizar a principal forma de organização de poder local, que consiste nas autarquias locais, as quais se organizam fundamentalmente nos municípios”

Em segundo lugar, assumiu a promessa de “Desenvolver acções que permitam a institucionalização efectiva, gradual e paulatina de um poder local autónomo e autárquico, adequados as especificidades do nosso país, no domínio histórico e cultural, geográfico, económico e social.

Em terceiro lugar veio a promessa de “Institucionalizar as autarquias locais devendo-se obedecer ao principio da transitoriedade funcional que envolve a transferência gradual das atribuições e competências dos órgãos desconcentrados (Governos Provinciais e Administrações Municipais) para as autarquias locais, eleitas pelas respectivas populações.

O compromisso seguinte teve a ver com a promessa de "Desenvolver o processo de discussão e aprovação dos diplomas legais conducentes à implementação das autarquias locais, para que sejam feitas as primeiras eleições autárquicas no decurso da próxima legislatura", ou seja, 2012-2017.

Finalmente o programa comprometia-se a "Integrar, na legislação a aprovar, um diploma básico do regime das autarquias locais, que deve funcionar como esqueleto fundamental de sustentação do quadro legislativo autárquico a criar. Paralelamente, deve ser consagrado o alargamento gradual das atribuições e o doseamento da tutela administrativa".

Passados cinco anos, os discursos desta semana revelam que continuamos na estaca zero. O MPLA, ao invés de ter a humildade de fazer um pedido de desculpas, um mea culpa por não ter honrado a sua palavra, resolve fazer um "reset" e fingir que nunca antes havíamos combinado (nós eleitores e eles os governantes) etapas sobre as autarquias.

Não é aceitável que se faça tábua rasa de compromissos tão concretos e perfeitamente mesuráveis como "institucionalizar", "integrar na legislação ou "Desenvolver processos de discussão e aprovação de diplomas legais".

Mesmo em 2012, já tínhamos ultrapassado a fase dos apelos à reflexão e, como diz a promessa eleitoral, estávamos já a encaminhar para a aprovação de diplomas legais.

Que diplomas são esses que levam tanto tempo a fazer?

Que diabo de reflexão é essa que leva mais de 10 anos?

Mesmo que todos os angolanos fossem os mais atrasados do mundo, dificilmente levariam mais de três meses a realizar uma discussão abrangente sobre o modelo angolano das autarquias.

É claro que não é nada disso. Se o quisesse realmente, governo teria mais do que capacidade para apresentar uma proposta, tal como o parlamento, se o MPLA quisesse, teria capacidade para debater uma proposta de lei sobre as autarquias apresentada por qualquer das bancadas. O problema das autarquias nada tem de complexo, sendo apenas mais um exemplo de interesses pessoais e partidários que se sobrepõem aos interesses nacionais. Toda a máquina política e eleitoral do MPLA assenta na filosofia de usufruto do poder. A vários níveis criaram negócios e posições no aparelho do Estado que se ramificaram a partir dos corredores do poder. É festa dos vitoriosos. Vive-se “a mama” do poder do Estado e do poder político que governa, numa lógica de Partido Estado, onde quem não venha ou seja do Partido “não apanha” nada. Ministros, dirigentes nacionais e provinciais, empresários, influentes militantes e simpatizantes distribuem-se como tentáculos a partir de um eixo central, que é o Partido no poder. Ora, as autarquias vêm exactamente romper com essa filosofia: um autarca passa a ter legitimidade própria por voto popular, que é contrário à lógica caudilhista. Por outro lado, abre fortemente a possibilidade de outros actores, que não sejam do partido no poder, ganharem eleições e iniciarem um longo processo de “desmame geral”, o que, obviamente, ninguém quer. O próprio “bolo” do OGE teria de ser repartido também pelas autarquias tal como negócios, poder de decisão e entrada de outros actores políticos fora do controle do eixo actual. Ninguém quer isso.

O partido no poder, ao invés de fazer uma “limpeza de balneário” colocando gente nova com uma nova visão do país, prefere manter pessoas que olham para as autarquias como algo que lhes vem roubar negócios, poder e influência. O atraso na implementação das autarquias o atraso na implementação das autarquias está a ter imensos custos para o país, retardando o desenvolvimento dos municípios. Não há, para além da defesa dos compadrios e do status quo, nenhum interesse superior que justifique a sua não realização.

5.4 É possível arrecadar mais receitas com os recursos locais disponíveis

Jornal Economia e Finanças
18 De Novembro de 2016

Governador de Norberto dos Santos

Malanje é uma província, essencialmente agrícola, daí a necessidade de se apostar no campo para se atingir este desiderato. A existência de problemas relativos ao aproveitamento, no caso da compra de produtos dos camponeses, é ainda uma grande dificuldades, onde os bancos, a nível das províncias devem ser mais dinâmicos, como forma de se estabelecer a melhor relação entre o agricultor e a entidade bancária. Quanto à diversificação da economia a província de Malanje vai a bom ritmo, uma vez existirem grandes terras cultivadas. A responsabilidade de participar no desenvolvimento da economia nacional é de todos, com o objectivo de promover e dinamizar o desenvolvimento e comunitário do país e o envolvimento activo de todos órgãos públicos e privados, apresentando as oportunidades de negócio de forma a estimular a captação de investimento; privado. É também importante a captação e formação dos gestores públicos em finanças e receitas locais, gestão de municípios e de cidades, modelo de gestão integrada de municípios, cidades, entre outros.

Governadora da Lunda Sul Cândida Narciso

O facto da administração pública saber que pode contar com vários fornecedores para prestar um mesmo serviço, automaticamente começa a contribuir para o mercado mais competitivo, alargando, assim, a sua base de tributação e criar condições necessárias para fomentar o investimento e o desenvolvimento sustentável em cada província.

Se o Estado tiver uma diversificação de fornecedores de serviços e bens, automaticamente muitas empresas terão certamente, subsistência nos mercados provinciais, o que permitirá a geração de mais empregos, sobretudo para os jovens.

A contratação pública é também um factor fundamental a se ter em conta para a concorrência dos mercados, na medida em que geram valores em cadeia e estes, por sua vez, proporcionam um desenvolvimento económico sustentável.

Administrador do Kilamba, Joaquim Israel

Há muitas fontes de receita que os municípios podem aproveitar, que não estão regulamentadas na lei o que torna difícil o nosso trabalho, outro aspecto fundamental é a falta de retorno da receita porque esta é canalizada para a conta única do tesouro. E sem retorno, as administrações tornam-se menos proactivas. Existe um grande potencial de receitas na maior parte dos municípios e cidades, principalmente os de carácter urbano que podem contribuir para arrecadação da receita e que podem ser usadas para o benefício dos mesmos. É importante interagir com outros sectores ministeriais que não percebem da realidade dos municípios; como por exemplo, a reter receitas e não haver retenção na fonte isso faz com que os municípios e cidades tenham muitas dificuldades na própria gestão, porque os recursos e as receitas comunitárias só são transferidas para as administrações um ano depois. Sendo este um dos problemas actuais que as administrações apresentam.

Administrador do Cazenga, Tany Narciso

Para que haja uma boa arrecadação de receitas locais, é preciso maximizar os ganhos pois há ainda muitos recursos por se aproveitar. Razão pela qual o Ministério das Finanças ter já solicitado informações de sectores que podem produzir mais receitas locais, contidas no Decreto 307/2008/2009.

Por exemplo, no imposto predial urbano ainda não se recolhe o necessário, porque existe o problema da legislação que não está conforme, está previsto na lei, por exemplo, só paga o imposto quem é titular da casa. Por isso, é preciso acelerar a legislação de forma que se torne rápido o processo de titularização das habitações, para que se possa cobrar esse imposto.

5.5 Poder Local Angola deve esperar 30 anos para instituir autarquias

Novo Jornal

18 De Novembro de 2016

Texto: Non Nogueira

A institucionalização do poder local em Angola vai-se afigurando a cada legislatura um parto difícil de gerir. Desde 2008, altura em que tiveram lugar as segundas eleições no país, depois do largo conflito armado, que se vai protelando a realização das eleições autárquicas, muito por culpa dos sucessivos adiamentos.

O Vice-Presidente da República, Manuel Vicente, jogou a última cartada no conhecido imbróglho do

poder local. Manuel Vicente atirou avançou o ano de 2021 como data provável, o que em termos práticos dá uma margem de cálculo de 29 anos desde que as eleições autárquicas estão previstas na Lei Magna do país.

A Lei Constitucional de 1992 já contemplava a figura do poder local, um dos grandes pontos de discórdia entre o MPLA e a oposição parlamentar. Com o agravante de até então não se ter aprovado nenhum projecto de lei, uma iniciativa legislativa sobre o poder local.

Em Março de 2014, a UNITA chegou a ensaiar uma proposta de lei, mas o MPLA nem sequer permitiu uma discussão ao nível das comissões de especialidade: chumbou liminarmente o anteprojecto de Lei Orgânica do Sistema de Organização e Funcionamento do Poder Local.

Em 2014, a CASA-CE, segundo se sabia, tinha igualmente a pretensão de apresentar uma proposta. Nessa altura, apontava as eleições autárquicas para depois das eleições do próximo ano. Houve quem sinalizasse para 2018, mas as declarações de Manuel Vicente acabaram por deitar por terra toda a expectativa gerada à volta do poder local.

"Melhor evitar para não tropeçar"

Em Outubro de 2014, aquando do discurso sobre o estado da nação, o Presidente José Eduardo dos Santos já havia excluído a realização das primeiras eleições autárquicas no país antes de 2017, advertindo que "é melhor evitar a pressa para não tropeçarmos".

"Penso que devemos trabalhar de forma mais unida e coerente para a concretização deste grande desejo dos angolanos, ao invés de transformarmos este assunto em tema de controvérsia e de retórica político-partidária", frisou nessa altura José Eduardo dos Santos.

O Vice-Presidente, que anunciou a conclusão do processo de preparação da concretização de autarquias locais em Angola até 2021, discursava na abertura do IV

Fórum dos Municípios e Cidades de Angola, sob a égide do Ministério da Administração do Território, subordinado ao tema "Finanças Locais como Instrumento de Desenvolvimento Económico".

Autarquias "amarradas" ao PLANEAT

O executivo, através do plano Nacional Estratégico da Administração do Território (PLANEAT), prevê o apoio à implementação das autarquias locais no país, através da criação de instrumentos técnicos de

apoio, que incluem meios técnicos, humanos e financeiros e a institucionalização das autarquias locais.

O programa prevê ainda o enquadramento das autoridades tradicionais no quadro da governação local. "Deste modo, penso que o financiamento do poder local é uma pedra angular para o verdadeiro poder local autónomo do Estado ou do governo central", disse Manuel Vicente, sublinhando que o futuro do desenvolvimento de Angola passa também por aquilo que for feito em matéria local, nos domínios económico, social e cultural.

"Na realidade, a descentralização e desconcentração administrativas deverão constituir o elemento fundamental da nossa acção política e administrativa, a fim de conseguirmos atingir os patamares do desenvolvimento harmonioso de todo o território nacional", afirmou.

5.6 UNITA quer autarquias

Jornal de Angola

19 De Novembro de 2016

O presidente da UNITA, Isaías Samakuva, considerou ontem, em Luanda, não fazer sentido falar-se em eleições autárquicas apenas para 2021, quando o próprio governo provincial revelasse impotente para gerir os problemas de Luanda.

Ao apresentar o balanço de seis semanas de visitas aos municípios de Luanda, para encorajar os municípios a fazer o registo eleitoral, o líder da UNITA disse ter notado uma "gritante falta de saneamento básico" e que mais de dois terços da população estariam a viver em condições precárias. "No espaço fora da urbe citadina da Baía e arredores, o povo está a viver mal!

Está a sofrer", sublinhou.

Os problemas de Luanda, disse, não se devem à falta de competência técnica, porque o governo provincial tem muitos quadros-competentes e muita gente honesta.

"Trata-se de um problema estrutural grave, cuja solução exige profundas mudanças estruturais, incluindo a reforma do Estado, a implantação das autarquias e a conseqüente alteração da estrutura do Orçamento Geral do Estado", sublinhou. .

O presidente da UNITA disse que enquanto a estrutura da despesa pública do OGE afetar 36 por cento para a dívida, 41 por cento para a estrutura central do governo e deixar os municípios de Luanda e o seu governo, que são 30 por cento da população,

com apenas 6 por cento, o drama das famílias angolanas vai continuar.

Sobre o registo eleitoral, Isaías Samakuva considerou que o nível de adesão ainda está baixo, apelando às entidades competentes a incrementar as acções de sensibilização dos munícipes para maior adesão ao processo de registo presencial, bem como estabelecer e divulgar amplamente a localização dos postos fixos de registo no interior dos bairros periféricos.

A propósito do ficheiro informático com os dados dos cidadãos já registados entregue recentemente pelo Ministério da Administração do Território à Comissão Nacional Eleitoral, Isaías Samakuva considerou que a lei sobre o registo eleitoral oficioso é omissa em relação ao âmbito e natureza da supervisão que a CNE deve exercer 'sobre os actos do MAT, se tem poderes de recomendação ou de correção de eventuais erros ou desvios.

O político disse também que não está claro se quem deve publicar os dados daqueles que já fizeram a prova de vida e daqueles que ainda não fizeram é o MAT ou a CNE.

"O nosso objectivo é evitar a repetição da exclusão estruturada que ocorreu em 2012 por via da manipulação danosa dos ficheiros de registo eleitoral. Pretendemos que todos os eleitores vivos sejam incluídos nos cadernos eleitorais e que ninguém seja excluído só porque o seu apelido ou a sua etnia pressuponha uma determinada filiação política", apelou.

Nos últimos seis fins de semana Isaías Samakuva visitou alguns bairros nos distritos do Kilamba Kiaxi, Ingombota, Maianga, Samba, Rangel e Sambizanga e nos municípios de Cacucaco, Belas, Cazenga e Viana.

5.6 GOVERNO PROVINCIAL DE LUANDA "Nomeados novos administradores"

Jornal de Angola

27 De Novembro de 2016

O governador provincial de Luanda, Higinio Carneiro, exarou sexta-feira 18 despachos, sendo 17 de nomeações e um de exoneração. De acordo com o documento, Albina Guilherme Luís foi nomeada para o cargo de administradora municipal do Kilamba Kiaxi. Manuela Maria da Conceição Bezerra foi nomeada para o cargo de administradora municipal de Talatona, tendo como adjunta para a Área Técnica, Infra-estruturas e Serviços Comunitários Ana Eurídice Contreiras de Sousa.

Para administrador adjunto de Talatona para a Área Financeira foi nomeado José Feliciano Lourenço e para administrador-adjunto da Área Política Ambrósio Jonas Ferreira Narciso. Ferreira Coxe, Mauro Alexandre Cabral Lucas e Manuel Francisco Bernardo foram nomeados administradores municipais adjuntos do Kilamba Kiaxi.

Para o município do Kilamba Kiaxi foram ainda nomeados Sónia de Fátima do Nascimento Ferreira Pontes Mangueira para o cargo de administradora do distrito Urbano do Nova Vida, enquanto Valdemar Manuel Paiva é o administrador distrital adjunto para a Área Técnica e Arlindo Francisco Vieira dos Santos é adjunto para a Área Política.

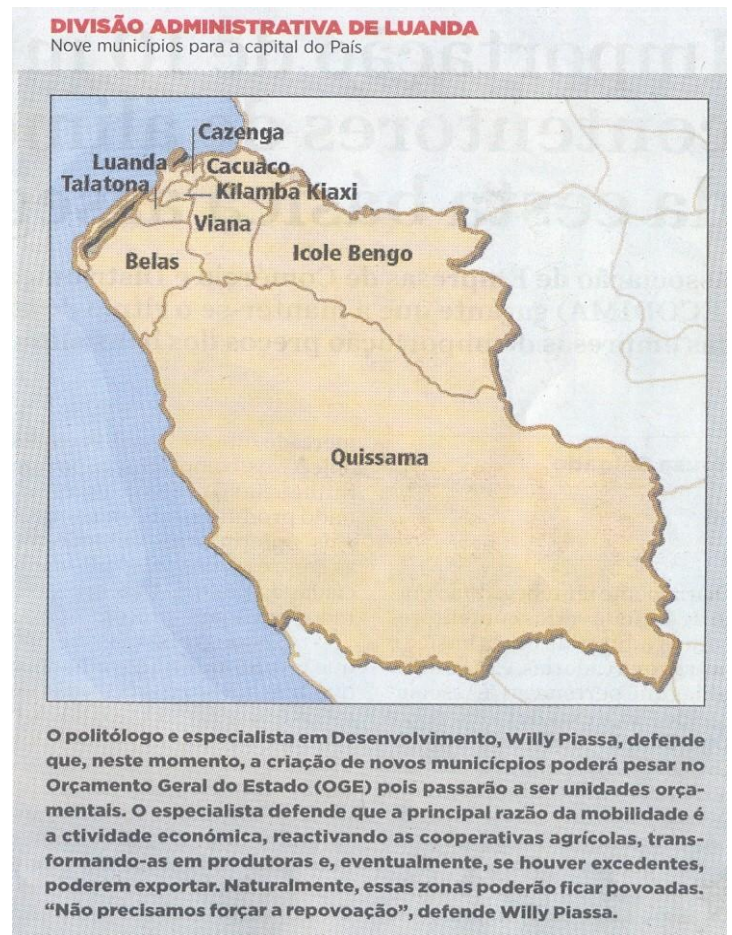
Higino Carneiro nomeou ainda Domingos António Bernardo para o cargo de administrador distrital adjunto para a Área Técnica do distrito urbano da Vila Flor, no município de Viana. Eduardo Costa Gabriel foi nomeado para exercer o cargo de administrador do distrito urbano do Zango, no município de Viana, e como seu adjunto para a Área Económica foi nomeado Miguel João Domingos. Lizete Pedro é administradora distrital adjunta do Zango para a Área Técnica.

Ermelindo da Silva Gonçalves Pereira Narciso foi nomeado para o cargo de director de Gestão Urbanística, Construção e Habitação da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, substituindo a agora nomeada administradora municipal adjunta de Talatona, Ana Eurídice Contreiras de Sousa.

5.8 Divisão administrativo de Luanda

Jornal Expansão

4 De Novembro de 2016



6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Infra-estruturas estão quase concluídas

19 De Novembro de 2016

Texto: Victorino Joaquim

A primeira fase das obras de reconversão urbana do município do Cazenga, em termos de infra-estruturas, está quase concluída, informou ontem, em Luanda, o diretor do Gabinete Técnico de Reversão Urbana do Cazenga e Sambizanga (GTRUC), reconhecendo contudo existir um "ligeiro atraso" das obras para a construção de habitações.

Bento Soito falava à imprensa à margem de um seminário sobre "Modelo de gestão e manutenção dos Espaços reconvertidos", a fim de se recolher contribuição para uma melhor gestão das habitações sociais, a forma de aquisição ou arrendamento das habitações, financiamento, manutenção e supervisão de imóveis, para além das infra-estruturas, tendo como prioridade o cidadão.

O director do GTRUC disse que as obras de infra-estruturas como rede elétrica, abastecimento de água, telecomunicações, rede viária, estação de tratamento e distribuição de água, tratamento de águas residuais, canal de drenagem, tanques e reservatórios de água já estão executadas em cerca de 80 por cento.

O atraso na construção das habitações' disse, deve-se aos constrangimentos resultantes da crise financeira que afecta o país, incluindo os projectos sob responsabilidade do GTRUC. Neste momento, continuou o responsável, as obras de construção de habitações estão executadas na ordem de 10 a 15 por cento.

Bento Soito mostrou-se esperançado que a situação da crise financeira seja ultrapassada para que se possa incrementar o processo de construção de habitações. "Apesar da situação, o município do Sambizanga já tem condições para que no próximo ano se comece a fazer realojamento das famílias", acrescentou.

O processo de reconversão urbana do Cazenga e Sambizanga teve início em 2011 e tem a duração de 15 a 20 anos. Neste processo, estão contemplados vários projectos de construção, para além das infra-estruturas, zonas de lazer, habitações, equipamentos sociais e edifícios públicos, a fim de conferir e proporcionar melhores condições de vida para os cidadãos, principalmente os que vivem em zonas de

risco. Ao discursar no acto de abertura do seminário, o secretário para os Assuntos Regionais da Casa Civil do Presidente da República, Adelino Peixoto, disse que o tema do seminário "Modelo de gestão e manutenção dos Espaços reconvertidos" apresenta-se como actual e pertinente.

O seminário, disse Adelino Peixoto, surge como um elemento que permitirá discutir os modelos de gestão urbana a aplicar e, sobretudo, permitirá colher contribuições sobre que critérios e caminhos trilhar para a concepção de regulamentos e normas que garantam a eficiência e a eficácia da gestão das habitações sociais e das respectivas infra-estruturas.

A gestão urbana tem-se configurado como um dos desafios diários nos países em desenvolvimento, onde os instrumentos de planeamento não são interpretados com o rigor desejado, redundando na fraca capacidade de gestão, por falta de regulamentos e normas que definam, de forma clara, os campos de Acção das autoridades administrativas.

O seminário, que discute temas como "Organização e responsabilidade do Gabinete Técnico de Reversão Urbana do Cazenga e Sambizanga", "Princípios da habitação social" e "Elementos de manutenção de habitação social", termina hoje. Participam no encontro responsáveis das administrações municipais e representantes da sociedade civil.

6.2 Prestações com novas modalidades

Novo Jorna

4 De Novembro de 2016

Texto: Faustino Diogo

A prestação mensal paga pelos moradores das centralidades, que estão sob a responsabilidade da Imogestín, vai ser actualizada sem ter como referência o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), conforme tinha sido anunciado no ano passado pelo Executivo.

A modalidade a ser tomada para a actualização das prestações para os cidadãos que adquiriram habitações em regime de propriedade de renda resolúvel, nas centralidades do Kilamba, Sequele, Musseque Kapari e KM44, ainda não está definida.

A certeza existente é que as prestações vão ser actualizadas, conforme garantiu a ministra do urbanismo e Habitação, Branca do Espírito Santo, no final da 16ª reunião conjunta da Comissão

Económica e da Comissão para a Economia Real do Conselho de Ministros, realizada na semana passada.

Para já, sabe-se como vai ser feita esta actualização que, segundo a Imogestin, é da responsabilidade do Executivo.

"Não se aplicando a actualização cambial, nem o IPC, caberá ao Executivo, com base num conjunto de critérios, entre os quais a própria actualização dos salários da função pública, determinar uma taxa de actualização das prestações", disse ao Novo Jornal o assessor para a comunicação e imagem da Imogestin, Mário Guerra.

O nosso interlocutor evitou pronunciar-se sobre a percentagem que vai ser aplicada na actualização das prestações, no entanto, afirmou que ela terá em conta os interesses dos cidadãos.

"O executivo, com base numa equipa multisectorial e olhando para a situação económica do país, vai determinar uma taxa justa. Não uma taxa meramente financeira. Tem de olhar também para o aspecto social", defendeu.

As alterações no regime de propriedade de renda resolúvel chegam também às formas de venda.

O memorando aprovado vai repor a possibilidade de o cidadão comum comprar um imóvel a "prestações". Ou seja, não serão apenas os funcionários públicos a comprar em regime de renda resolúvel, conforme estava estipulado.

"Alargou-se a propriedade de renda resolúvel em regime livre. O Executivo tinha eliminado isso no ano passado.

Tinha definido e limitado esta modalidade apenas aos funcionários públicos", explicou Mário Guerra.

Assim, os cidadãos que não são funcionários públicos e que não estão abrangidos pelas vendas dirigidas poderão comprar em prestações em regime de renda resolúvel nas centralidades existentes no país, sob a responsabilidade do Estado.

O memorando sobre regime de propriedade de renda resolúvel, aprovado na semana passada, define também a obrigatoriedade de um seguro multirriscos habitacional, o pagamento obrigatório da taxa de condomínio e penalizações aos cidadãos que não cumprirem com o contrato na fase de aquisição dos imóveis.

6.3 Seguro habitacional multi-risco obrigatório nas centralidades

Jornal Expansão

4 De Novembro de 2016

Texto: Neusa Salgado

Os moradores das centralidades terão de subscrever, com carácter obrigatório, o seguro de habitação multi-riscos, para mitigar a ocorrência de acidentes ou calamidades que afectem a sua moradia, anunciou em Luanda a ministra do Urbanismo e Habitação, Branca do Espírito Santo.

Em declarações à imprensa no dia 27, no final da 16a reunião conjunta da Comissão Económica e da Comissão para a Economia Real do Conselho de Ministros, a governante disse, sem adiantar datas de implementação, que o projecto que dá corpo a essa pretensão foi apreciado favoravelmente pela equipa económica do Executivo angolano.

Contactado pelo Expansão, o presidente da Associação Angolana dos Direitos do Consumidor (AADIC), Diógenes de Oliveira concorda com esta lei, uma vez que prevê a salvaguarda dos bens dos proprietários de imóveis. No entanto, o responsável defende que é necessária mais informação para que deixe de existir especulação em relação a esta matéria. Para o responsável, este seguro obrigatório só terá vantagens, porque diante de um sinistro o bem patrimonial estará salvaguardado. "Temos que ter em atenção que o consumidor deverá ser esclarecido atempadamente sobre o prazo da restituição do bem, como será feita a mesma restituição, e se é por valores ou pelo bem perdido.

Que tipo de seguro, se é contra todos os riscos, não sobre erros de construção e de materialização do imóvel", alertou.

Os proprietários de habitações consultados pelo Expansão afirmaram que, o facto de serem obrigados a pagar um seguro para a sua habitação é uma medida que vai empobrecer ainda mais estas famílias.

Para Bruno Constantino, morador da Centralidade do Kilamba, o seguro habitacional comporta muitas complicações e considerando-o uma figura jurídica estranha à realidade do País, especialmente numa fase muito delicada da nossa economia.

Constantino defendeu ainda que o seguro habitacional para os moradores do Kilamba e

projectos afins, não constitui uma prioridade, e questiona mesmo a aplicação desta medida numa altura em que, considera, haveria assuntos muito mais importantes a tratar por parte do "Executivo".

6.4 China lidera importação e exportações de Angola

Jornal Manchete

10 De Novembro de 2016

China aumentou em mais de 12 por cento as compras a Angola atingindo uma quota de 49,6 por cento do total das vendas nacionais ao exterior.

A China manteve o primeiro lugar entre os destinos das exportações e na origem das importações, no primeiro trimestre de 2016, mas Portugal, o segundo colocado, aumentou as compras que faz a Angola em 17,1 por cento, em termos homólogos.

De acordo com um documento estatístico do comércio externo do primeiro trimestre, do Instituto Nacional de Estatística (INE), libertado apenas este mês, a China fez compras a Angola - essencialmente petróleo - de Kz 435,2 mil milhões (USD 2,5 mil milhões) naquele período.

A China aumentou em mais de 12 por cento as compras a Angola, em termos homólogos, atingindo uma quota de 49,6 por cento do total das vendas angolanas ao exterior.

Na lista das exportações surge depois a Índia, com uma quota de 7,5 por cento, e os Estados Unidos, cuja quota foi de 5,7 por cento nos primeiros três meses do ano.

Ainda neste período, Portugal reforçou as compras que faz a Angola (+17,1 por cento), que subiram assim para Kz 39.064 milhões (USD 235,9 milhões), e para uma quota de 4,4 por cento, ascendendo ao quarto destino das exportações angolanas.

A China manteve a liderança também nas importações feitas por Angola, depois de em 2015 ter já destronado Portugal do primeiro lugar.

Apesar de terem vendido menos (-22,3 por cento), as empresas chinesas conseguiram exportar para Angola bens e serviços no valor de Kz 71.420 milhões (USD 235,9 milhões), com uma quota de 15,3 por cento.

Portugal mantém o segundo lugar, com uma quota de 14,4 por cento, tendo vendido a Angola, nos primeiros três meses do ano, Kz 67,202 mil milhões (USD 405,9 milhões), uma quebra homóloga superior a 29 por cento, segundo o INE.

Os Estados Unidos da América passaram a ser o terceiro fornecedor de Angola, com uma quota de 9,4 por cento, seguidos do Brasil, com 5 por cento do total das compras ao exterior.

6.5 Preços dos terrenos estão em estudo

Jornal de Angola

13 De Novembro de 2016

O Ministério do Urbanismo e Habitação realiza amanhã, em Luanda, um seminário nacional sobre "Preços a fixar na concessão dos direitos fundiários", informa um documento do departamento ministerial.

No documento, enviado ontem ao Jornal de Angola, o Ministério do Urbanismo e Habitação refere que o objectivo do seminário é definir, de forma simples, clara e objectiva, o preço do metro quadrado dos terrenos em Angola, à luz das diversas modalidades previstas na Lei de Terras.

O seminário, que é realizado em parceria com os ministérios das Finanças e da Administração do Território, é destinado a funcionários de departamentos ministeriais, dos governos provinciais, institutos, empresas públicas, fundações e de organizações da sociedade civil.

O encontro vai recolher contribuições no âmbito da elaboração do Projecto de Decreto Executivo Conjunto dos Ministros do Urbanismo e Habitação e das Finanças, que aprova a tabela de fixação do preço do metro quadro na concessão dos direitos fundiários, à luz do Respectivo regulamento, aprovado através do Decreto nº 58/07, de 13 de Julho.

Regime jurídico das terras

A nova Lei de Terras, que estabelece as bases gerais do seu regime jurídico e o regime geral de concessão e constituição dos direitos fundiários, foi promulgada, em Diário da República, em 2004.

Com 86 artigos, a lei estabelece as bases gerais do regime jurídico das terras integradas na propriedade originária do Estado, os direitos fundiários que sobre estas podem recair e o regime geral de transmissão, constituição, exercício e extinção destes direitos, A lei aplica-se aos terrenos rurais e urbanos sobre os quais o Estado constitua algum dos direitos fundiários nela previstos, em benefício de pessoas singulares ou colectivas de direito público ou privado, com vista à prossecução de fins de exploração agrícola, pecuária ou silvícola.

O mesmo acontece em relação à exploração mineral, industrial, comercial, habitacional, de edificação urbana ou rural, de ordenamento do território, protecção do ambiente e de combate à erosão dos solos.

Nos termos da nova lei, "a terra constitui propriedade originária do Estado" pelo que se tomam nulos os negócios de transmissão ou oneração da propriedade dos terrenos integrados nesses domínios. Também não podem adquirir-se por usucapião quaisquer direitos sobre terrenos integrados no domínio privado do Estado ou das comunidades rurais. A lei estabelece que os direitos fundiários adquiridos, transmitidos ou constituídos extinguem-se pelo seu não exercício ou pela inobservância dos índices de aproveitamento útil e efectivo durante três anos consecutivos ou seis interpolados, qualquer que seja o motivo.

O Estado respeita e protege os direitos fundiários de que sejam titulares as comunidades rurais, incluindo aqueles que se fundam nos usos ou no costume. A lei ressalta que os terrenos dessas comunidades podem ser expropriados para utilidade pública, mediante justa indemnização. No que toca ainda à expropriações, a lei refere que "ninguém pode ser privado, no todo ou em parte, do seu direito fundiário limitado" e que "o Estado e as autarquias locais podem expropriar terrenos, contanto que estes sejam utilizados para um fim específico de utilidade pública".

Comunidades rurais

O diploma também salvaguarda os direitos das comunidades rurais em terrenos reservados, às quais o Estado assegura a afectação de despesas que visem a promoção do seu bem-estar resultantes das taxas cobradas pelo acesso aos parques e pela caça, pesca ou actividades turísticas ali desenvolvidas.

No que se refere ao domínio útil consuetudinário, o Diploma reconhece às famílias que integram as comunidades rurais a ocupação, posse e os direitos de uso e fruição dos terrenos rurais comunitários por elas ocupados e aproveitados de forma útil e efectiva, segundo o costume.

O exercício deste domínio é gratuito e não prescreve, mas pode extinguir-se pelo não uso e pela livre desocupação nos termos das normas consuetudinárias,

Os litígios relativos aos direitos colectivos de posse, gestão, uso e fruição e domínio útil consuetudinário dos terrenos rurais comunitários são decididos no

interior das comunidades rurais, de harmonia com o costume nelas vigente.

A lei estabelece, por último, que as pessoas singulares e colectivas que ocupam, sem qualquer título, terrenos do Estado ou das autarquias locais, devem, no prazo de três anos, requerer a emissão de título de concessão.

6.6 Angola, na SADC, destaca-se com proposta económica adequada

Jornal Expansão

18 De Novembro de 2016

O que é que a Urbanização Boa Vida traz de novo ao mercado imobiliário angolano?

A Urbanização Boa Vida é um conceito habitacional com técnicas novas para a realidade angolana, diferente das experiências em condomínios residenciais que há em Angola. É um conceito nunca visto no País.

Que conceito é este?

É um conceito para integrar todos os serviços que são necessários para a manutenção de uma família e para desenvolver uma vida profissional. Resumidamente, a Urbanização Boa Vida traz, além da sua componente residencial, todos os equipamentos públicos que são necessários para ter uma vida sossegada, dentro do seu lar como no desenvolvimento da sua carreira. Temos um centro comercial composto por 102 lojas que vão garantir os serviços tanto a nível banca como a nível dos restaurantes, temos instalado no interior da urbanização um supermercado com um pequeno shopping, onde vão ser construídas lojas de grandes dimensões.

Teremos ainda seis cinemas, salas de jogo, praça de alimentação e um anfiteatro. Em Luanda faltam espaços de socialização, onde podemos ter o nosso convívio familiar e o profissional.

Para além do projecto habitacional Boa Vida, quais são os outros projectos que o grupo Poltec tem Angola?

Para responder ao apelo feito pelo Presidente da República sobre a diversificação da economia, criámos o projecto Agripolo, em Caxito, no Bengo, onde estamos a desenvolver actividades no ramo agrícola, como produção de milho e soja. Posteriormente iremos apostar na produção de ração. O projecto está avaliado em 30 milhões USD e

arranca no próximo ano. Vai proporcionar 1200 empregos directos e mais de 2000 empregos indirectos.

Em termos percentuais, qual é o número de casas vendidas no projecto Urbanização Boa Vida?

Temos 1800 unidades residenciais e mais 200 estabelecimentos comerciais. Hoje, tanto na produção como na comercialização, estamos mais ou menos na metade.

O actual ambiente económico é bom para fazer negócio em Angola?

Nota-se que um bom número de expatriados tem saído do País pela dificuldade no acesso a divisas, porque eles tentam fazer transferências mas não conseguem. Da mesma forma que há dificuldades internamente, lá fora também há, podem até ser em proporções diferentes. Acho que Angola dentro do contexto da SADC, destaca-se com uma proposta política e económica adequada e equilibrada.

O que é uma proposta política e económica adequada?

É aquela que permite a realização de operações empresariais num contexto politicamente seguro. Qualquer investidor, ao olhar para o seu investimento, vai sempre analisar o risco político económico no longo prazo. É visível que há estabilidade política em Angola. O executivo transmite esta confiança de estabilidade.

A crise que o País atravessa, de um modo geral, tem afectado de forma negativa o vosso negócio na Boa Vida?

Felizmente, não. Também não aumentou mas estamos estáveis. O nosso projecto habitacional é um produto que proporciona aos clientes uma grande oportunidade de negócio.

Hoje, na busca de soluções investir o Kwanza no mercado, as propostas são muito limitadas. Ou faz uma aplicação bancária que não protege o seu dinheiro da desvalorização ou opta em investir no sector imobiliário para a obtenção de residência, porque o nosso produto é de boa qualidade e a um preço justo.

Um investimento que constitui uma oportunidade e uma garantia de que o Kwanza não vai desvalorizar e, pelo contrário, tende a duplicar o seu valor.

6.6 Hoje o mercado habitacional já não aceita preços especulativos

Jornal Expansão

18 De Novembro de 2016

Texto: Maurício Vieira

Que impacto tem a actual conjuntura económica no sector imobiliário?

Angola sofreu as consequências da baixa do petróleo no mercado internacional e, por sua vez, o público-alvo na aquisição de habitações viu reduzido o seu poder aquisitivo. Todavia, calculo que a perspectiva de médio-longo prazo é sustentável para o mercado, porque Angola tem sustentabilidade económica e financeira de médio e longo prazo. Sendo assim, a minha avaliação ao mercado aponta que este será mais exigente, os clientes vão optar pelos produtos de alta qualidade e com preços justos. Neste segmento, o mercado vai se expandir, mas já os projectos com preços especulativos ficarão sem clientes.

Partindo deste prisma, alguns investidores poderão não obter o retorno do investimento feito neste sector, uma vez que se fala em falta de clientes e de capacidade de liquidar os empréstimos bancários... Com certeza. Hoje, o mercado habitacional é muito exigente, não aceita qualquer qualidade, não aceita preços especulativos, só vão sobreviver aqueles projectos com propostas decentes, propostas consideradas como oportunidades, tanto de investimento como residencial. Possivelmente vamos assistir a cenários em que os bancos serão forçados a ficar com projectos habitacionais, porque os investidores não conseguem liquidar a dívida contraída. Como consequência, desde que sejam salvaguardadas as condições legais, irão hipotecar os patrimónios habitacionais. o que é uma proposta decente?

Cada um de nós busca um bom negócio, uma boa oportunidade, cada um de nós busca uma boa satisfação para fazer um bom negócio. A proposta residencial não foge muito deste padrão. As propostas que vão permanecer e prevalecer no mercado imobiliário são aquelas que tiverem segurança do investimento do ponto de vista legal e do ponto de vista de produção. A qualidade deve estar associada ao preço, sem especulação. Quais são as principais vantagens que o mercado imobiliário angolano apresenta no actual contexto?

Neste momento, o mercado imobiliário de residência ainda apresenta uma grande lacuna de crescimento,

tanto na classe média como na classe média baixa. O País ainda precisa de grandes centralidades e a demanda por parte dos clientes para as casas nestes segmentos tende a crescer ainda mais; o que faz de Angola um mercado com grande potencial a longo prazo. Pela percepção do que se passa no mercado de Luanda existe necessidade de organizar a parte residencial de grande parte da capital do País.

Como se explica o facto de grande parte dos projectos imobiliários ligados ao sector privado estarem sobretudo em Luanda?

O poder de compra tem a ver com o poder das decisões e nós sabemos que Luanda é o centro de decisões empresariais e políticas do País. Evidentemente que Luanda é um centro, mas se formos fazer uma análise aos últimos 14 anos percebe-se que as províncias cresceram, e por mais que tenham uma actividade menor do que a praticada na capital do País, elas já apresentam um nível de desenvolvimento no sector imobiliário muito maior do de há 10 anos.

Actualmente, no vosso ponto de vista, há menos burocracia no sector imobiliário angolano?

A parte legal continua a ser muito burocratizada. Para garantir a legalidade de um projecto, o investidor tem um caminho complicado para tratar de todas as licenças e alvarás, o que de alguma forma enfraquece todo o processo, assim como a sustentabilidade e segurança dos projectos. Hoje, estamos a viver uma época de dificuldade nas importações, e isto, para qualquer investidor, constitui uma ameaça na realização ou finalização do empreendimento. Por último, temos a mão-de-obra, onde nem todos têm experiência para garantir a qualidade prometida.

O processo burocrático para a legalização dos vossos projectos, em média, tem durado quanto tempo?

Nós temos sido muito eficazes porque desde o princípio percebemos que é um elemento fundamental ou essencial para garantir o sucesso de empreendimentos, portanto, nós garantimos todos os documentos exigidos na legislação angolana. Porém, há projectos já conhecidos no mercado que até hoje não conseguiram resolver a situação legal. E um processo lento que dura mais ou menos dois anos, quando lá fora é resolvido em menos de um ano.

Apesar da crise o mercado continua atractivo?

Nós somos apologistas de que a crise é um formato de enxergar e analisar o contorno. No nosso entender, a crise constitui uma grande oportunidade para nós aproveitarmos.

Sendo assim, de que forma têm aproveitado a crise?

No que toca a equipamentos, grande parte era adquirida no mercado externo, mas com as dificuldades de divisas decidimos apostar no mercado interno. Criámos alternativas. Por exemplo, as portas que anteriormente importávamos, actualmente estamos a produzir localmente, porque temos matéria-prima que nos permite essa produção. Com isso, foi possível baixar mais de 50% das necessidades de importação. Fizemos esforços no sentido de os principais produtos que podem ser produzidos localmente e com qualidade sejam comprados internamente, desde as janelas, rodapés ... Tudo que é proveniente da madeira compramos cá. Mas ainda importamos alguns elementos significativos, como os mosaicos, elementos de acabamentos e outros.

Até que ponto a falta de divisas e a desvalorização do Kwanza têm dificultado o vosso negócio?

A falta de divisas tem dificultado a importação de equipamentos e o pagamento de salários dos expatriados. Tivemos que reduzir a nossa necessidade de importação como também reduzimos o número dos expatriados. Hoje, temos 1700 funcionários, dos quais cem são expatriados, quando no passado o número de expatriados foi mais significativo. A desvalorização do Kwanza é um processo macro-económico fruto de situações que não dependem do Governo, é um fenómeno que tem afectado mais os clientes do que os investidores do sector.

6.7 Projecto Habitacional do Mucaba

Jornal de Angola

23 De Novembro de 2016

Texto: Joaquim Júnior

Os municípios contemplados foram seleccionados pela administração municipal, mediante constituição de processos e avaliação das respectivas capacidades financeiras, tendo em conta que as referidas residências são adquiridas no sistema de renda resolúvel, cujo valor mínimo mensal é de 11 mil kwanzas, a serem liquidados em 25 anos.

O vice-governador do Uíge para o sector Técnico Infra-estruturas, Afonso Luvíluco, referiu que o acto de entrega das residências acontece em resposta aos desígnios do Governo, enquadrados no Programa Nacional de Habitação, onde o município do Mucaba é um dos felizes contemplados, Afonso Luvíluco disse que, apesar do momento financeiro menos bom que O país atravessa, o governo está a envidar esforços para que o bem-estar da população seja uma realidade,

"As casas que foram entregues são agora vossa propriedade patrimonial, por isso devem ser bem cuidadas e não deixem de cumprir com o pagamento das rendas", apelou o vice-governador, para quem só com o pagamento regular e pontual será possível concluir as restantes habitações. A administradora municipal do Mucaba, Maria Fernando Cavungo, disse que a entrega de residências na região é resultado do empenho do Executivo angolano, cada vez mais comprometido com a busca de soluções dos problemas que afligem a população

"A nossa alegria é enorme, por estarmos entre as localidades dos pais contempladas no projecto de 200 fogos habitacionais, permitindo que hoje alguns municípios realizassem o sonho da casa própria. Um dos contemplados, Felgas António, funcionário da Rádio Nacional de Angola no Uíge, manifestou a sua satisfação por adquirir pela primeira vez uma casa, que vai oferecer maior dignidade à sua família.

Outro contemplado é António Muhoto, empresário, que depois de receber as chaves da nova residência disse que o plano de construção de casas sociais no Mucaba vai permitir que muitos jovens, com dificuldades, para erguer uma moradia, tenham a oportunidade de viver o sonho da casa própria.

Reconheceu que tendo em conta que O material de construção está cada vez mais caro, elevando desta forma os custos para a construção de uma residência, este projecto veio ajudar os jovens a realizarem o sonho da casa própria. Das 170 residências construídas no Mucaba, apenas 70 foram concluídas, enquanto as restantes aguardam por obras de acabamento, como reboque, pintura, colocação de tecto falso, janelas e portas.

Projecto Vila Limpa

A administração municipal lançou sábado o projecto denominado "Vila Limpa e Arborizada", que tem como objectivo a protecção e conservação do meio ambiente, através da plantação de árvores, campanhas de limpeza e educação da população, para a melhoria das condições de vida.

O vice-governador do Uíge para sector Técnico e Infra-estruturas Afonso Luviluco, que presenciou o lançamento, considerou que a iniciativa é de grande valor para a comunidade, atendendo às constantes alterações climáticas no país e na região, em particular, que requer acções direccionadas para a protecção do meio ambiente.

Afonso Luviluco reforçou a necessidade de educar-se mais a população local, que, para além das campanhas de limpeza e plantação de árvores, deve cultivar o

hábito da criação de latrinas, como forma de evitar várias doenças causadas pela falta de higiene. O coordenador do projecto, Joaquim Mahungo disse que o projecto prevê plantar mais de mil espécies, entre eucaliptos, acácias rubras e palmeiras ornamentais, na vila municipal do Mucaba. "Pretendemos, com isso, contribuir para a melhoria da imagem do município", concluiu.

6.8 Proprietários de imóveis seguros de multi-risco

Jornal de Angola

26 De Novembro de 2016

Texto: Alexa Sonhi

A maioria dos proprietários de imóveis em regime horizontal, envolvendo prédios e condomínios, furta-se a pagar o seguro de incêndio e de multi-risco habitacional, em desobediência à lei que estabelece obrigatoriedade a esse instrumento financeiro, revelou ontem, em Luanda, o presidente do Conselho de Administração da ENSA.

Manuel Gonçalves, que falava à margem da conferência nacional sobre "Governança corporativa no sector segurador", lembrou que qualquer empresa ou cidadão que tiver o seu imóvel segurado é muito mais protegido em caso de um sinistro, não importando a natureza.

O PCA da ENSA disse que, na situação de crise em que o país vive, torna-se necessário que cada vez mais se fale a protecção dos activos pessoais e patrimoniais, para que, em caso de sinistro, o risco seja transferido para as seguradoras.

"É importante que os cidadãos tenham garantias de que a seguradora, a que vão recorrer, em caso do sinistro, possa corresponder às expectativas, pagando as respectivas indemnizações", apelou.

Por seu turno, o director-adjunto da Academia de Seguros e Fundos de Pensões (ASFP) disse que a sua instituição está virada para a educação, formação e visa também o fomento da actividade seguradora.

Júlio Matias disse que a transparência na gestão das empresas de seguro é imprescindível para a sua sustentabilidade e a criação de uma relação de confiança entre os clientes e a seguradora de serviço, neste caso as seguradoras.

"Nós acreditamos que qualquer cidadão que assistiu a esta conferência nacional de governança corporativa no sector segurador saiu mais reforçado com relação

à prática de governação e boa gestão das suas empresas empresa", ressaltou.

Na conferência, que terminou ontem numa das salas da Academia BAI, foram abordados temas como a transparência como pilar fundamental para uma boa governação corporativa no sector do seguro e a importância da auditoria interna na governação corporativa no sector segurador. No evento, estiveram presentes responsáveis de seguradoras, corretores de seguros, mediadores e estudantes do curso de Marketing e Seguro.

7. TERRA

7.1 Preços dos terrenos estão em estudo

Jornal de Angola
13 De Novembro de 2016

O Ministério do Urbanismo e Habitação realiza amanhã, em Luanda, um seminário nacional sobre "Preços a fixar na concessão dos direitos fundiários", informa um documento do departamento ministerial.

No documento, enviado ontem ao Jornal de Angola, o Ministério do Urbanismo e Habitação refere que o objectivo do seminário é definir, de forma simples, clara e objectiva, o preço do metro quadrado dos terrenos em Angola, à luz das diversas modalidades previstas na Lei de Terras.

O seminário, que é realizado em parceria com os ministérios das Finanças e da Administração do Território, é destinado a funcionários de departamentos ministeriais, dos governos provinciais, institutos, empresas públicas, fundações e de organizações da sociedade civil.

O encontro vai recolher contribuições no âmbito da elaboração do Projecto de Decreto Executivo Conjunto dos Ministros do Urbanismo e Habitação e das Finanças, que aprova a tabela de fixação do preço do metro quadro na concessão dos direitos fundiários, à luz do Respectivo regulamento, aprovado através do Decreto nº 58/07, de 13 de Julho.

Regime jurídico das terras

A nova Lei de Terras, que estabelece as bases gerais do seu regime jurídico e o regime geral de concessão e constituição dos direitos fundiários, foi promulgada, em Diário da República, em 2004.

Com 86 artigos, a lei estabelece as bases gerais do regime jurídico das terras integradas na propriedade originária do Estado, os direitos fundiários que sobre estas podem recair e o regime geral de transmissão, constituição, exercício e extinção destes direitos. A lei aplica-se aos terrenos rurais e urbanos sobre os quais o Estado constitua algum dos direitos fundiários nela previstos, em benefício de pessoas singulares ou colectivas de direito público ou privado, com vista à prossecução de fins de exploração agrícola, pecuária ou silvícola.

O mesmo acontece em relação à exploração mineral, industrial, comercial, habitacional, de edificação

urbana ou rural, de ordenamento do território, protecção do ambiente e de combate à erosão dos solos.

Nos termos da nova lei, "a terra constitui propriedade originária do Estado" pelo que se tomam nulos os negócios de transmissão ou oneração da propriedade dos terrenos integrados nesses domínios. Também não podem adquirir-se por usucapião quaisquer direitos sobre terrenos integrados no domínio privado do Estado ou das comunidades rurais. A lei estabelece que os direitos fundiários adquiridos, transmitidos ou constituídos extinguem-se pelo seu não exercício ou pela inobservância dos índices de aproveitamento útil e efectivo durante três anos consecutivos ou seis interpolados, qualquer que seja o motivo.

O Estado respeita e protege os direitos fundiários de que sejam titulares as comunidades rurais, incluindo aqueles que se fundam nos usos ou no costume. A lei ressalta que os terrenos dessas comunidades podem ser expropriados para utilidade pública, mediante justa indemnização. No que toca ainda à expropriações, a lei refere que "ninguém pode ser privado, no todo ou em parte, do seu direito fundiário limitado" e que "o Estado e as autarquias locais podem expropriar terrenos, contanto que estes sejam utilizados para um fim específico de utilidade pública".

Comunidades rurais

O diploma também salvaguarda os direitos das comunidades rurais em terrenos reservados, às quais o Estado assegura a afectação de despesas que visem a promoção do seu bem-estar resultantes das taxas cobradas pelo acesso aos parques e pela caça, pesca ou actividades turísticas ali desenvolvidas.

No que se refere ao domínio útil consuetudinário, o Diploma reconhece às famílias que integram as comunidades rurais a ocupação, posse e os direitos de uso e fruição dos terrenos rurais comunitários por elas ocupados e aproveitados de forma útil e efectiva, segundo o costume.

O exercício deste domínio é gratuito e não prescreve, mas pode extinguir-se pelo não uso e pela livre desocupação nos termos das normas consuetudinárias,

Os litígios relativos aos direitos colectivos de posse, gestão, uso e fruição e domínio útil consuetudinário dos terrenos rurais comunitários são decididos no interior das comunidades rurais, de harmonia com o costume nelas vigente.

A lei estabelece, por último, que as pessoas singulares e colectivas que ocupam, sem qualquer título, terrenos do Estado ou das autarquias locais, devem, no prazo de três anos, requerer a emissão de título de concessão.

7.2 Abordada clarificação na venda de terrenos

Jornal de Angola

15 De Novembro de 2016

Victorino Joaquim

A Instituição de um quadro legal para clarificar os poderes das autoridades tradicionais, em relação à concessão de direitos fundiários no país, foi defendida ontem, em Luanda, no termo do seminário nacional sobre fixação de preços e direitos da terra.

O seminário promovido pelo Ministério do Urbanismo e Habitação permitiu encontrar a fórmula "simples, clara e uniforme", para o cálculo do metro quadrado de terreno pelas distintas entidades concedentes de direitos fundiários, nas diversas modalidades previstas na Lei da Terra.

Na concessão de direitos fundiários, os participantes recomendaram a definição de uma tabela de preços especial para os antigos combatentes e militares. Defenderam a existência de planos de ordenamento do território, com vista à definição do uso e ocupação dos solos, facilitação e classificação dos terrenos a serem concedidos, e atualização da cartografia do país.

A revisão pontual da Lei de terras e a fiscalização das concessões de terra foram outras recomendações saídas do seminário, que discutiu, entre outros, tema como o enquadramento sobre a problemática da fixação de preços na concessão de direitos fundiários e a arrecadação de receitas provenientes da concessão de direitos de superfície.

Os participantes concluíram que há necessidade dos serviços da administração local do Estado distinguirem competências na concessão de direitos fundiários, embora esteja tipificado na Lei de Terra. A existência de um elevado número de autoridades, que concedem terrenos sem disporem de competência para o efeito, também preocupou os participantes no seminário. Para determinar o preço dos terrenos fundiários, o seminário determinou a observação de valências como a classificação, localização, finalidade, grau de desenvolvimento, prazo de concessão e infra-estruturas.

Ministra do Urbanismo e Habitação disse na abertura do seminário que na sua dimensão jurídica, a problemática da terra não pode deixar de ser tratada de forma integrada e em função dos seus múltiplos usos.

Branca do Espírito Santo apontou os terrenos urbanos integrados no domínio privado do Estado ou das autarquias locais, as pequenas parcelas insuficientes para construção regular, os terrenos concedidos por aforamento ou arrendamento, como os que podem ser sujeitos a venda.

7.3 Começou venda de lotes em projecto urbanístico

Jornal de Angola

24 De Novembro de 2016

Texto: Jesus Silva

Quatrocentos e trinta e três lotes dos 350 hectares da primeira fase do Projecto de Urbanização Palmar, na Banha do Norte, Lobito, começaram a ser vendidos na terça-feira, depois do lançamento do processo pelo governador de Benguela, Isaac dos Anjos.

Os lotes, preparados há dois anos, têm mil metros quadrados e são servidos por serviços públicos, um sistema de fornecimento de água captada no rio Cubal da Hanha e eletricidade provida pela barragem do Biópio já na fase de construção das habitações, apurou o Jornal de Angola durante o lançamento das licitações.

Cem mil kwanzas é o preço do metro quadrado dos lotes de localização mais valorizada, mas a Oferta prevê preços de entre 27 e 30 mil kwanzas em parcelas de padrão mais baixo.

Vão haver lotes para edificar "mansões com o mar e o céu à volta", disse Isaac dos Anjos, notando que há um considerável espaço para os investidores de rendimentos menores satisfazerem as suas expectativas, posto que "não podem ser excluídos."

Está consagrado um espaço 10- ateadado para alojar as comunidades rurais, com um parque para os rebanhos de gado, uma nova ligação rodoviária para o Egípcio Praia, uma localidade do Lobito, uma pista para receber aviões de pequeno porte e um aeródromo.

O governador de Benguela declarou que as autoridades provinciais pesquisaram sobre o desenvolvimento de projecto do género em Angola e no estrangeiro e que "os arquitetos têm estado a fazer

desenhos espetaculares, os quais podem permitir sonhar."

Isaac dos Anjos indicou que a concepção do projecto foi impulsionada pela perspectiva da construção da Refinaria do Lobito e outros espaços empresariais naquela região, pelo potencial de emprego, a necessidade de ligação entre as cidades do litoral e o desenvolvimento do turismo a sul de Luanda.

As características naturais e as dimensões da região abarcada pelo projecto foram amplamente referidas pelo governador.

Nas três fases seguintes, está prevista a licitação de 1.050 lotes e a extensão de 7,5 quilómetros de estrada. Um resort com investidores já identificados serão construído. Do naquela área.

O vice-governador de Benguela para a Área Técnica e Infraestruturas, o administrador e o administrador adjuntos do Lobito, Victor Moita, Maria Kalesso e John Dalton de Carvalho participaram no lançamento.

7.4 Moradores do prédio da ECIL com destino incerto

Jornal O PAÍS

25 De Novembro de 2016

Texto: Afrodite Zumba

Os moradores do prédio da Ecil, onde ocorreu um incêndio de grandes proporções em, consequência de um aquecimento de geradores, conforme explicou à imprensa o secretário de Estado do Interior, Eugénio Laborinho, afirmam que até ontem não tinham recebido qualquer informação sobre o seu alojamento, facto que está a deixá-los de ânimos exaltados.

Alguns pernottaram ao relento, outros no interior de viaturas, enquanto outros refugiaram-se Na casa de familiares. Esta situação está a preocupá-los porque não sabem onde vão passar os próximos dias, tal como afirmou Leandro Silva, morador do referido prédio há mais de 20 anos.

"Não sabemos se vamos ser alojados ou se continuaremos a pernottar na rua, uma vez que até agora nenhum funcionário da Administração do Distrito Urbano da Ingombota se pronunciou", assinalou.

Os desabrigados dizem não entender o motivo do silêncio das autoridades, visto que pela manhã era visível a presença de alguns funcionários da Administração no local, que faziam levantamentos

Sobre o número de apartamentos e de moradores que ficaram sem tecto. Entretanto, a Acção dos técnicos não passou disso, visto que até ao fecho desta edição não havia confirmação de um possível alojamento e os moradores continuavam ao relento. António Mayanputo, morador há mais de 30 anos no edifício, mostrou-se agastado com o volume de informações distorcidas que têm sido veiculadas a respeito do para deíro que se dará aos moradores.

"Ouvi na rádio que fomos alojados, é pura mentira. Dormimos na rua. Estão a passar informações erradas", explicou, acrescentando que o normal seria reunirem com os moradores do prédio e prestar alguns esclarecimentos sobre as medidas que serão tomadas posteriormente.

Para si, o comportamento dos funcionários da Administração revela falta de interesse, porque eles constataram que nos passeios de outros prédios ao redor estão sentadas senhoras com idade avançada e mereciam outra forma de tratamento. Segundo apurou OPAÍS na manhã de ontem, alguns moradores mostravam-se enfurecidos pelo facto de não terem nenhuma assistência de alimentação e água. "Desde manhã nem uma garrafa de água nos deram".

Angolissar quer autorização para colocar novo gerador Este jornal contactou a direcção da empresa Angolissar, que tem escritórios no referido prédio, tendo o seu director de importação, João Maria, afirmado que tiveram danos apenas com o gerador.

"O escritório continua intacto, tivemos prejuízos apenas com o gerador. Não sei dizer exatamente em quanto está orçado", acrescentando que tão logo lhes seja autorizado vão substituí-lo e dar sequência às suas actividades.

Administração remete-se ao silêncio Durante a permanência da equipa de reportagem deste jornal no local, foi possível constatar a presença da equipa de funcionários da Administração do Distrito Urbano da Ingombota, incluindo funcionários dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros (SPCB).

Ao serem interpelados pelo PAÍS afirmaram que estavam a proceder ao levantamento dos apartamentos, dos habitantes e sobre os danos causados. Sendo que posteriormente seriam prestados mais esclarecimentos.

"Estamos a recolher os dados e depois vamos passar as informações", garantiu um dos técnicos do (SPCB). Entretanto, três horas depois não obtivemos resposta alguma, visto que os mesmos se haviam ausentado do plantão. OPAÍS tentou ainda o

contacto com responsáveis da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda (CACL), porém esses mostraram-se indisponíveis a falar à nossa reportagem.

De frisar que pelo menos 10 apartamentos foram afectados pelas chamas. Alguns moradores tiveram as suas residências parcialmente carbonizadas enquanto outros perderam 90 por cento dos respectivos bens.

7.5 Urbanismo regulariza concessão de terrenos

Jornal de Angola

26 De Novembro de 2016

Texto: Pereira Dinis

Os serviços de Administração local do Estado encontram dificuldades em distinguir as competências na concessão dos direitos fundiários, constatou o Ministério do Urbanismo e Habitação.

O departamento ministerial reconhece ser preciso cumprir o estabelecido na legislação a esse respeito, sobretudo o tipificado na Lei de Terras.

O debate sobre a questão fundiária, em particular, o que diz respeito a preços, deve ser intensificado, como recomendaram os participantes num seminário sobre esta temática realizado em Luanda.

A ausência de instrumentos do ordenamento de território tem facilitado a ocupação ilegal dos solos, referem especialistas do sector, que acrescentam que o direito de propriedade, como o fundiário, constante na Lei de Terras, só pode ser concedido em relação a terrenos urbanos.

É preciso admitir a concessão do direito de propriedade sobre terrenos rurais mediante a valorização dos mesmos, sem que onerem o Estado em caso de expropriação, dizem os quadros do sector, que consideram necessário clarificar as competências dos intervenientes na tramitação dos processos para a constituição de direitos fundiários. A este respeito, referem que existe uma tabela nacional de preços aprovada para cobrar nas concessões de direitos fundiários a nível nacional.

Para determinar o preço dos terrenos fundiários, devem ser consideradas algumas valências, como a classificação, localização, finalidade, grau de desenvolvimento, infra-estruturas e serviços existentes, referem.

O Ministério do Urbanismo e Habitação refere que existe alguma insuficiência técnica dos diferentes

agentes da Administração Pública em interpretar, quer a Lei de Terras como a Lei do Ordenamento do Território e Urbanismo, tendo como consequência as distorções que se registam na sua aplicação.

"Há uma necessidade urgente de se consagrar em Lei a forma ou procedimento que devem ser observados para materializar a reversão dos direitos fundiários, nos casos em que não ocorra o aproveitamento útil e efectivo dos terrenos concedidos, dentro do prazo estabelecido na Lei de Terras", dizem os especialistas.

Em algumas localidades, existem autoridades que concedem terrenos sem que disponham de competência para o efeito de acordo com a Lei e com falta de articulação entre as mesmas. Sobre isso, há a necessidade de clarificar o papel das autoridades tradicionais, concluíram os técnicos do sector.

Uniformização de critérios

O Ministério do Urbanismo e Habitação recomendou a deslocação às províncias de equipas de trabalho para, em conjunto com as autoridades provinciais, aprofundarem os aspectos apresentados. O ministério deve proceder à uniformização dos contratos de concessão de modo de a serem inseridas cláusulas obrigatórias, como é o caso da garantia do aproveitamento útil e efectivo dos terrenos, assim como instituir um quadro legal para clarificar os poderes das autoridades tradicionais no que concerne à concessão de direitos fundiários.

O Ministério do Urbanismo e Habitação preconiza a definição de uma tabela preços especial para antigos combatentes e militares, na concessão de direitos fundiários e a necessidade da existência de planos de ordenamento de território no sentido de definir o uso e ocupação dos solos, bem como para facilitar a classificação dos terrenos a ser concedidos.

Para os quadros, é necessário clarificar os encargos das infra-estruturas, sejam do Estado, sejam concessionários, e a criação de instrumentos que incentivem o investimento privado no sector do urbanismo.

Como recomendações, o sector considera importante actualizar a cartografia do país, dotar o IGCA de recursos, proceder a uma revisão pontual da Lei de Terras, uniformizar os procedimentos na instrução dos processos e das cobranças de taxas de emolumentos.

Os técnicos recomendam a diferenciação das vendas de terrenos "ambulatórias" e jurídicas, a fiscalização da aplicação da Lei de Terras e do seu regulamento, e as concessões de terrenos, assim como a substituição

das expressões "Município do tipo A", por "Localidade do tipo A".

Agir com base na lei

A ministra do Urbanismo e Habitação, Branca do Espírito Santo, afirmou que a questão da terra "na sua dimensão jurídica não pode deixar de ser tratada de forma integrada e em função dos seus múltiplos usos".

A governante citou, como usos possíveis da terra, o suporte de abrigo ou habitação da população residente no território, o abrigo de riquezas naturais, o suporte do exercício de actividades económicas, agrárias, industriais e de prestação de serviços e o suporte de todos os efeitos resultantes da açamo desregada ou degradante do homem com impacto negativo no equilíbrio ecológico.

Essa situação; descrita na Lei, obriga, no caso de a terra servir de suporte de abrigo ou habitação da população residente no território, implica um adequado regime urbanístico, e o abrigo de riquezas naturais deve-se basear no uso e aproveitamento revela do direito mineiro, agrário, florestal e de ordenamento do território, enquanto a açamo degradante do homem deve ser entendida no quadro do Direito do Ambiente.

Branca do Espírito Santos referiu que a Lei de Terras "estabelece as bases gerais do regime jurídico das terras integradas na propriedade originária do Estado, os direitos fundiários que sobre estas podem recair e o regime geral de transmissão, constituição, exercício e extinção destes direitos".

Esta Lei, prosseguiu, "aplica-se também aos terrenos rurais e urbanos sobre os quais o Estado constitua algum dos direitos fundiários nela previstos em benefício de pessoas singulares ou de pessoas colectivas de direito público ou de direito privado, designadamente com vista à prossecução de fins de exploração agrícola, pecuária, silvícola, mineira, industrial, comercial, habitacional, de edificação urbana ou rural, de ordenamento do território, protecção do ambiente e de combate a erosão dos solos".

Terra pertence ao Estado

A ministra disse que "a terra constitui propriedade originária do Estado, integrada no seu domínio privado ou no seu domínio público", mas "o Estado pode transmitir ou onerar a propriedade dos terrenos integrados no seu domínio privado".

A governante adiantou que a transmissão do direito de propriedade e a constituição de direitos fundiários

limitados sobre terrenos integrados no domínio privado do Estado "podem ter lugar com o objectivo de garantir o aproveitamento útil e efectivo destes". Desta forma, acrescentou, os direitos fundiários adquiridos, transmitidos ou constituídos nos termos da lei "extinguem-se pelo seu não exercício ou pela inobservância dos índices de aproveitamento útil e efectivo durante três anos consecutivos ou seis anos interpolados, qualquer que seja o motivo".

A ministra apontou, como tipos de direitos fundiários que podem ser exercidos por pessoas singulares e colectivas nos terrenos concedíveis integrados no domínio privado do Estado, a propriedade privada, o domínio útil consuetudinário, o domínio útil civil, o direito de ocupação precária e o de superfície.

"A constituição ou concessão dos tipos de direitos fundiários previstos, rege-se pelas disposições e limites da lei e dos seus regulamentos", frisou, para adiantar que só podem ser objecto de venda os terrenos urbanos concedíveis integrados no domínio privado do Estado ou das autarquias locais.

São ainda passíveis de venda as pequenas parcelas de terreno insuficientes para construção regular confinantes com terreno pertencente ao requerente em regime de propriedade perfeita e que não possam aproveitar a qualquer outro proprietário ou concessionário confinante e as parcelas concedidas por aforamento ou arrendamento formando terreno contínuo com parcelas de propriedade privada, no qual se encontre já constituído edifício devidamente aprovado.

Podem ser objecto de concessão os terrenos integrados no domínio público, os terrenos abrangidos por uma reserva total, os terrenos rurais comunitários, enquanto integrados no domínio útil consuetudinário, sem prejuízo do disposto nos números 4 e 5 do artigo 37.0 da Lei n.º 9/04, de 9 de Novembro os terrenos que só possam ser ocupados por meio de licença especial. Branca do Espírito Santo clarificou que "não pode ser transmitido a pessoas singulares ou a pessoas colectivas de direito privado o direito de propriedade sobre terrenos rurais integrados, quer no domínio público do Estado, quer no seu domínio privado".

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Falta de financiamento afecta programa Saneamento Total

Jornal Expansão
18 De Novembro de 2016

O programa governamental de combate à defecação ao ar livre em Angola recuou desde 2014 por falta de sustentabilidade, com 60% das 229 aldeias declaradas livres do problema a regressarem aos velhos hábitos.

O projecto "Saneamento Total Liderado pela Comunidade" (STLC) iniciou-se em 2008, em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), União Europeia e Cooperação Espanhola, e visava alterar comportamentos para promover a higiene básica e evitar a propagação de doenças.

De acordo com o oficial do programa de Água, Higiene e Saneamento da Unicef, Edson Monteiro, o projecto tem sofrido avanços e recuos, particularmente desde finais de 2014, altura em que terminaram os financiamentos provenientes da União Europeia e da cooperação espanhola.

"O programa é do Governo, mas não havia fundos do Governo envolvidos no programa e isso criou um sério problema de sustentabilidade, que muitas aldeias que foram certificadas até 2014 tínhamos um resultado de cerca de 1.250 aldeias integradas no programa mas só tínhamos 229 aldeias certificadas", disse o responsável, das aldeias certificadas livres do problema, 118 estavam na província do. Bié, 15 no Cunene, 15 na Huíla e 48 no Moxico.

Edson Monteiro lamentou que a partir de 2015, muitas dessas aldeias, por falta de fundos, sustentabilidade e investimento. contínuo no processo, voltaram a registar a defecação ao ar livre.

"Neste momento temos quatro municípios na província do. Bié - Catabola, Cuito, Nharea e Camacupa - a colocarem fundos no programa, as administrações locais estão a tirar fundos dos seus orçamentos, particularmente nos fundos de combate à pobreza para este programa, para ajudar o. combate à pobreza, porque o saneamento está muito ligado ao combate à pobreza", informou. O mesmo está a ser feito pela província do. Moxico, que este ano anunciou a alocação de cerca de 10 milhões de kwanzas do orçamento de 2017 para o programa,

De acordo com dados do censo de 2014, a cobertura de saneamento. é de 60%, significando que 40% da

população ainda faz defecação ao ar livre. "Só 36% da população em Angola diz que lava as mãos com água e sabão após utilizar a casa de banho, então significa que 40% das crianças em Angola de idades entre os zero e os cinco anos morrem por doenças diarreicas relacionadas com a falta de higiene e com a falta de saneamento", realçou.

8.2 Bairro Ngola Kiluanje passa a distrito

Jornal de Angola
28 De Novembro de 2016
Texto: Arcângela Rodrigues

o governador de Luanda, Higinio Carneiro, anunciou ontem que o bairro Ngola Kiluanje, no município de Luanda, passa a distrito urbano, devendo ser criada uma administração para a área, de modo a aproximar os serviços do Estado ao cidadão. Higinio Carneiro fez este pronunciamento durante um culto religioso da Igreja Evangélica de Angola (IEA), na paróquia Nova Jerusalém, localizada no bairro dos Ossos, no Distrito Urbano do Sambiana.

Na sua intervenção, o governador afirmou que as igrejas são parceiras privilegiadas do Executivo e muito têm feito no combate aos fenómenos que preocupam a sociedade, desde a luta contra o analfabetismo, violência sexual, doméstica e sinistralidade rodoviária.

"Sei como é difícil para as igrejas resolverem os problemas através das ofertas dos seus. Fiéis para a construção de templos, escolas, institutos e outros que, na verdade, servem para apoiar os esforços que o Governo tem feito no sentido de dar melhores condições de vida aos nossos cidadãos", disse.

O governador de Luanda ouviu atentamente as preocupações apresentadas pelos líderes da igreja e manifestou o seu apoio para a construção definitiva do templo e de outros serviços que contribuam para melhorar o trabalho daquela instituição religiosa. Quanto à construção do templo, Higinio Carneiro informou que as obras ainda não tiveram início por razões técnicas, que devem respeitar o projecto de requalificação do Sambizanga, de modo a não existirem problemas durante a sua edificação.

Sobre os vários os problemas que os cidadãos enfrentam, como a falta de escolas, saneamento básico e vias de acesso e outros, o governador disse que "vivemos um período de crise financeira a nível mundial, que reduziu o índice de crescimento económico do país". De acordo com o governador de Luanda, face a esta situação, o Presidente da

República aprovou várias iniciativas que vão minimizar as dificuldades que os cidadãos enfrentam.

Higino Carneiro lembrou que o país depende da exportação do petróleo e por força da guerra não foi possível, até ao ano de 2002, criar iniciativas de apoio ao desenvolvimento agrícola, industrial e na construção de infra-estruturas.

Devido ao período de conflito e pós-conflito, disse, o governador, vários cidadãos foram para outras províncias em busca de estabilidade, sustentabilidade e melhores condições para os filhos estudar. "Esta situação deu lugar ao crescimento desordenado e hoje temos de ir atrás desse tempo de modo a resolver o problema", referiu Higino Carneiro, salientando que o Governo não tem capacidade técnica para acompanhar essa dinâmica construtiva dos cidadãos.

O governante apelou aos jovens para não apostarem apenas em formação de licenciatura, mas também frequentar os cursos de formação técnica e profissional de modo a apoiarem a reconstrução do país.

Reforçar a parceria O reverendo Luís Nguimbi, líder da paróquia Nova Jerusalém da Igreja Evangélica de Angola (IEA), disse que a instituição vai continuar a reforçar a parceria com o Executivo e tem projectos sociais para atender às necessidades dos cidadãos daquela localidade.

"Higino Carneiro está a governar a província numa altura de muita dificuldade, mas temos a certeza de que dias melhores se aproximam e que muitos problemas vão ser solucionados", afirmou o reverendo, anunciando a construção, naquela paróquia, de um Instituto Superior, um posto médico e uma escola para ensino de base.

A administradora do distrito do Sambizanga, Milca Caquesse e diretores do Governo da província acompanharam o governador. Bíblias e a insígnia da Igreja Evangélica de Angola (IEA) foram entregues ao governador de Luanda e à sua delegação.

8.3 Administradores municipais empossados

Jornal de Angola
29 De Novembro de 2016
Arcângela Rodrigues

A província de Luanda passa a contar com 41 distritos urbanos e 14 comunas, anunciou ontem, em Luanda, o governador provincial, salientando que a

medida resulta da nova lei sobre a divisão administrativa do país.

Higino Carneiro fez o anúncio durante a cerimónia de tomada de posse de novos administradores municipais, adjuntos e distritais, na sede do Governo Provincial de Luanda.

"Temos de nos adequar à Lei, de modo que a nova divisão administrativa do país corresponda com eficácia aos desafios que se propõem", afirmou o governador, acrescentando que ao longo desta semana prosseguem os serviços relativos à constituição de novos distritos urbanos.

Higino Carneiro prometeu trabalhar com os administradores municipais, com vista à recolha de subsídios para o preenchimento das vagas, que surgem devido à nova reestruturação territorial. Reconheceu dificuldades para o cumprimento dos programas estabelecidos, devido à crise financeira do país, salientando ser importante o uso da inteligência, habilidade e experiência para o êxito dos mesmos (programas). Aos recém-nomeados, o governador de Luanda desejou sucessos no trabalho e maior responsabilidade na execução das tarefas.

A nova administradora municipal de Talatona, Manuela da Conceição Bezerra, prometeu cumprir com zelo as missões e aproximar, cada vez mais, os serviços do Estado aos munícipes.

Albina Luísa, administradora do Kilamba Kiaxi, apontou como um dos desafios a participação activa da população na solução dos problemas existentes na comunidade.

Para administradores adjuntos do município de Talatona foram nomeados Ambrósio Jonas Ferreira Narciso, José Feliciano Lourenço e Ana Eurídice Conreiras de Sousa.

Manuel Francisco Bernardo, Ferreira Coxé, Mauro Alexandre Cabral Lucas, Sónia de Fátima do Nascimento Ferreira Pontes Manguera, Valdemar Manuel Paiva e Arlindo Francisco Vieira dos Santos tomaram ontem posse como administradores adjuntos do município do Kilamba Kiaxi.

O governador de Luanda empossou ainda ontem Isabel Melancia da Flora Tandu Vandik ao cargo de administradora municipal adjunta para a Área Política, Social e da Comunidade do município de Quiçama, enquanto Njila Liberte Pires da Conceição de Carvalho foi nomeada ao cargo de administradora da Centralidade do Sequele e tem como adjuntos Níria Patrícia Ferrão da Costa e Evandro Massaki Matias Paim.

Domingos António Bernardo foi nomeado administrador distrital adjunto para a Área Técnica do Distrito Urbano da Vila Flor, no município de Viana. Eduardo Costa Gabriel assumiu o cargo de administrador do Distrito Urbano do Zango e tem como adjunto para a Área Económica, Miguel João Domingos.

Lizete Pedro é a nova administradora adjunta do distrito do Zango para a Área Técnica, enquanto Ermelindo da Silva Gonçalves Pereira Narciso foi nomeado ao cargo de diretor de Gestão Urbanística, Construção e Habitação da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda.

8.4 Mais água potável para a população

Jornal de Angola

03 De Novembro de 2016

Texto: José Rufino

Mais de oito mil famílias da vila de Kangamba, no município do Luchazes, província do Moxico, contam com mais água potável, com a entrada em funcionamento de sete sistemas de captação, com capacidade de bombear 10 mil litros cada.

As infraestruturas sociais inauguradas pelo governador provincial, João Ernesto dos Santos Liberdade, farão com que os municípios deixem de percorrer longas distâncias em busca do produto, como no passado, evitando, deste modo, determinadas doenças.

O administrador municipal dos Luchazes, Moisés Capalo Cambembe, disse que a água deixa de ser um problema para a população da vila de Kangamba que, durante anos, tinha de percorrer tresas quatro quilómetros, com todos os riscos, para conseguir o produto.

Moisés Capalo Cambembe garante que, após ter sido resolvida a questão da água, a Administração Municipal do Luchazes e o governo da província estabelecem mecanismos para que, nos próximos tempos, a vila de Kangamba tenha iluminação pública e domiciliar.

Relativamente aos sectores da Saúde e da Educação, o administrador considerou estável, notando-se, como disse, um crescimento de infraestruturas escolares, que têm permitido o ingresso de muitas crianças no sistema de ensino. O mesmo, acrescentou, verifica-se com o aumento de centros e postos médicos.

8.5 Coca-Cola leva mais água potável ao Bom Jesus

Novo Jornal

4 De Novembro de 2016

A melhoria no acesso à água potável e de saneamento básico tem sido uma das apostas da Coca-Cola África, que no âmbito do seu programa social, em parceria com a USAID, inaugurou, nesta semana, mais um fontanário, na Comuna de Bom Jesus, completando assim um total de dez chafarizes que servem a população do município de Icolo e Bengo, província de Luanda.

O administrador da Coca-Cola, Manuel Sumbula, presente no acto inaugural, explicou que a instituição que dirige tenciona com esta acção, ajudar o Executivo angolano a consolidar o seu projecto de levar "água para todos".

O responsável explicou que a implementação do projecto resultou da necessidade de acudir alguns hospitais da comunidade que se debatiam com o problema de enchentes de paciente que apresentavam patologias similares, como a cólera e malária, decorrente do consumo de água imprópria.

" Fizemos uma pesquisa e detectámos que as pessoas consumiam água imprópria, retirada directamente do rio, o que causava cólera e malária. A partir daí, decidimos inverter o quadro, ajudando a comunidade a ter acesso à água potável. Decidimos, então, a construção de chafarizes. Hoje, já vamos com um total de dez".

O projecto foi co-financiado pela Coca-Cola África e pelo governo Americano, através da sua agência para o desenvolvimento Internacional (Usaid). O valor global da empreitada está orçado em um milhão e 400 mil dólares. A implementação esteve a cargo da ONG angolana Development Workshop.

Manuel Sumbula informou que inicialmente o projecto previa beneficiar 8500 famílias, porém, a demanda obrigou-os elevar para 12 mil o número de beneficiários. "Temos consciência que ainda resta muita gente para beneficiar, por isso convidamos outras empresas a abraçarem projectos como estes, para ver se conseguimos criar bons ambientes nas comunidades. O trabalho individual tem resultados ínfimos, mas se nos unirmos teremos resultados maiores", apelou o administrador da Coca-Cola.

Além da construção dos fontanários, Manuel Sumbula explicou que foi construída uma estação de captação e tratamento de água a partir do rio Kwanza, um reservatório de 200 metros cúbicos, e a

construção de uma rede de distribuição de água que permite o bombeamento para os chafarizes. _ D. L.

8.6 Chafarizes são entregues à administração

Jornal de Angola

05 De Novembro de 2016

Texto: Victorino Joaquim

Mais de 10 chafarizes foram colocados à disposição da Administração da Comuna de Bom Jesus, município de Icolo Bengo, província de Luanda, no âmbito do projecto "Melhoria do acesso aos serviços de água e saneamento em Bom Jesus", desenvolvido pela Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (U said), em parceria com a Fundação Coca-Cola.

No acto de entrega simbólica, a administradora-adjunta do município de Icolo e Bengo, Margarida Pedro, procedeu ao corte da fita.

Para o funcionamento pleno dos chafarizes, que vai beneficiar cerca de oito 8,500 famílias, foram construídas algumas infra-estruturas, como uma subestação de captação e tratamento de água, uma de distribuição e um reservatório de 200 metros cúbicos, bem como uma nova rede de tubagem, num investimento total de 1.400.000 dólares.

Para garantir a manutenção dos equipamentos sociais, foram seleccionados, entre os membros da comunidade, três grupos de 10 elementos cada, submetidos a uma formação específica.

A administradora-adjunta do município de Bengo, Margarida Pedro agradeceu o gesto e realçou os esforços feitos das entidades envolvidas na construção dos chafarizes. Com a construção dos chafarizes, os moradores já não vão percorrer longas distâncias em busca de água e vão evitar o risco de serem atacados por jacarés no rio.

8.7 População da Chipipa com mais água potável

Jornal de Angola

12 De Novembro de 2016

Texto: Justino Vitorino

Mais de 1.500 famílias das aldeias de Kayaya, Bomba Elonda e Tchiquissingui, comuna da Chipipa, na província do Huambo, contam, desde quarta-feira, com mais água potável, com a entrada em

funcionamento de três sistemas de captação, tratamento e abastecimento.

O administrador adjunto para Organização e Serviços Técnicos, João Carlos, que falou no acto inaugural, disse que os equipamentos entregues à população vão facilitar a vida dos habitantes, que têm percorrido longas distâncias em busca de água para o consumo.

João Carlos afirmou que a inauguração dos sistemas de captação e distribuição de água às aldeias acima supracitadas consta da lista das prioridades do Executivo, que visam Melhorar a qualidade de vida da população. Os habitantes da comuna da Chipipa aplaudiram os esforços do Governo do Huambo, por ter colocado à sua disposição o sistema de água canalizada, que, em forma gradual, vai contribuir para a redução das doenças diarreicas agudas nas comunidades.

Orçado em mais de sete milhões de kwanzas, o equipamento funciona com o recurso de energia produzida por painéis solares e foi construído no âmbito do programa do Executivo de combate à pobreza.

Relativamente aos sectores da Saúde e da Educação, o regedor da aldeia de Kayaya, Tadeu Epalanga, considerou estável, notando-se um crescimento de infra-estruturas escolares, que têm permitido o ingresso de muitas crianças no sistema normal de ensino e aprendizagem.

8.8 Melhorado o abastecimento de água

Jornal de Angola

13 De Novembro de 2016

O ano de 2017 é, para Benguela, um dos grandes desafios do sector das águas, com destaque para a fusão das empresas de águas de Benguela e Lobito e a ampliação da Estação de Tratamento do Luongo.

O anúncio da fusão e ampliação foi feito pelo ministro da Energia e Aguas, João Baptista Borges, durante um encontro com o governador de Benguela, Isaac Maria dos Anjos, com quem avaliou o modelo de Parceria Público-Privada (PPP) para melhorar a eficiência e ampliar a capacidade de abastecimento a áreas com investimentos em novas ligações.

O projecto de ampliação da infra-estrutura já está preparado e poderá elevar a capacidade instalada da ETA-Luongo de 1,5 metros cúbicos por segundo para 2,0 metros cúbicos por segundo, como reza a sua terceira fase complementar. "Não entrou ainda em execução por razões de restrições orçamentais.

Mas julgamos que no próximo exercício orçamental teremos condições para executá-lo", justificou o ministro João Baptista Borges.

O Governo pretende servir melhor o ritmo de crescimento demográfico do litoral de Benguela com mais de dois milhões de habitantes, sendo 70 por cento concentrados na faixa litoral da província. Com esta intervenção, Benguela estará em condições de responder à demanda e atender às novas centralidades construídas pelo Executivo no Lobito, Catumbela, Baía-Farta e as zonas críticas ou com irregular abastecimento. Inaugurada a 15 de Agosto de 2008, na sua primeira fase, pelo Presidente José Eduardo dos Santos, a Estação de Tratamento de Água do Luongo, é um investimento de raiz do

Governo de Angola avaliado em 600 milhões de dólares.

Neste momento, para aliviar a pressão sobre os sistemas, a Empresa de Águas de Benguela está a investir com recursos locais na recuperação de campos de furos do Cavaco para repor a sua capacidade instalada de 1.200 metros cúbicos por hora e aumentar o volume de água disponível.

Este mês foram instaladas também duas bombas submersíveis de 125 metros cúbicos de água por hora e outras duas de 500 metros cúbicos de água por hora na ETA-Benguela e de 345 metros cúbicos por hora no Reservatório 3.

Em paralelo, decorrem trabalhos de construção de uma conduta adutora de 300 milímetros numa extensão de três quilómetros para interligar o ramal do Campismo ao Reservatório 4 que abastece as localidades de Santo António, Caota, Baía Azul e Baía Farta. Com estes investimentos serão minimizadas as irregularidades que se registam nos pontos mais altos dos Bairros Kalossombekua II, 4 de Abril, 11 de Novembro, Kambangela I e II, Ekuikui I e II, Baía Farta, Sagrada Esperança e Agostinho Neto.

Fusão das "águas"

Na sequência do Despacho Presidencial N. o 100/16 que autoriza a constituição de uma empresa mista entre a Empresa de Água e Saneamento de Benguela e a Empresa de Água e Saneamento do Lobito e a Odebrecht Ambiental-SA, o ministro da Energia e Águas foi a Benguela comunicar oficialmente às autoridades governativas como será efectivado o processo.

Com poderes conferidos para negociar e adjudicar a favor da referida empresa mista, o contrato de gestão delegada do serviço público de água e saneamento de Benguela, o ministro João Baptista

Borges explicou ao pormenor os cenários do modelo de gestão a aplicar.

O modelo, conhecido por "Fermage", consiste no estabelecimento de um contrato com uma entidade que gere o sistema de distribuição de água com objectivos e contrapartidas, regulamentados pelo Instituto Regulador do Sector de Energia e Águas (IRSEA).

O contrato deverá definir cinco pilares assentes nos objectivos de eficiência, as perdas comerciais, a elevação das receitas, a melhoria da qualidade da água e a execução de novas ligações.

Na visão do ministro João Baptista Borges, o Governo pretende trazer "know How", assistência técnica e experiência de empresas de grande porte para valorizar os activos das empresas de águas e saneamento de Benguela e Lobito. "São essas infra-estruturas que o Estado construiu com muito dinheiro e que pretendemos que continue a beneficiar o maior número de habitantes", justificou João Baptista Borges.

Dívidas dificultam

Os clientes de Benguela devem à Empresa de Águas mais de mil milhões de kwanzas. O grosso da dívida foi contraída antes de 2015.

A empresa "abriu mão" à negociação e amortização gradual, antes de accionar mecanismos judiciais. A disposição dos seus clientes foi colocado um programa de validação e eliminação das dívidas contraídas antes de 2015, sem afectar o abastecimento normal de água à sua casa. Esta é a forma mais graciosa e conciliadora que a empresa encontrou para não penalizar os clientes domésticos, comerciais, instituições públicas, serviços e industriais com dívidas acumuladas antes de 2015. "Nós propusemos um programa de parcelamento da dívida para permitir aos clientes terem a capacidade de amortizá-la e, ao mesmo tempo, continuarem a pagar o consumo corrente sem sobressaltos", explicou o director comercial, Faustino Frederico. Para o efeito, foi criada uma agência específica para negociar a recuperação das dívidas.

Os mais de mil milhões de kwanzas em dívida nas mãos dos clientes de Benguela estão a afectar a sustentabilidade da empresa que tem de sobreviver das cobranças de água. Os grandes investimentos na melhoria dos sistemas de produção, distribuição, instalação de tele-contadores e pré-pago, bem como de outros serviços técnicos e de gestão, estão condicionados por causa das dívidas acumuladas pelos clientes.

8.9 Programa do Executivo para levar água potável as zonas rurais sofreu redução de 70%

Jornal O PAÍS

15 De Novembro de 2016

Texto: Maria Teixeira

Todos os programas relativos ao abastecimento de água têm sofrido reduções orçamentais significativas ao longo dos últimos anos. O financiamento ao programa de Reabilitação dos Sistemas Urbanos de Água e Saneamento foi cortado em quase um terço, 31%, entre 2014 e 2016, passando de 120 mil milhões de kwanzas em 2014 para 83 mil milhões de kwanzas. As análises foram feitas pela ADRA e a UNICEF na cóptica da Água e Saneamento no país.

O representante da ADRA, Carlos Cambuta, explicou que apesar dos grandes investimentos em infra-estruturas, o censo 2014 mostra que os níveis de cobertura de água e saneamento não melhoraram ao longo dos últimos oito anos.

Apenas 44% dos agregados familiares têm acesso à água potável, colocando Angola como o país com a segunda taxa de cobertura mais baixa do mundo.

Disse ainda que desde 2002 o sector da água e saneamento em Angola tem visto uma evolução significativa com financiamentos planificados de mais de 5 mil 800 milhões de USD para período 2013-2017.

Explicou que o OGE para 2017 precisa de ser revisto, uma vez que o peso do orçamento do sector de água no acesso a Água e Saneamento no OGE 2017 é de 2.1%, dos quais 1.9% é para o subsector da Água e 0.2% para Saneamento, abaixo do nível de 3.5% estabelecido internacionalmente para que os países da África Subsaariana possam alcançar os objetivos de Desenvolvimento Sustentável ODS até 2030.

No meio rural, o objectivo do governo era chegar a 80% de cobertura até 2017, no entanto observa-se que o acesso à água potável nas zonas rurais diminuiu de 38% em 2006 a 22% em 2014.

O consumo de água imprópria e a falta de saneamento básico e de boas práticas de higiene são as principais causas de doenças infecciosas como diarreia, cólera, infeções respiratórias ou sarampo, que, por sua vez, constituem as principais causas de mortalidade em crianças. O chefe da secção de Água e Saneamento da UNICEF, Tomas Lopes, disse que os estudos indicam que a taxa de mortalidade em crianças em Angola é muito elevada, estimando-se

que 157 crianças por cada 1 000 nascidas vivas, morrem antes de cumprir os 5 anos.

Segundo estimativas da Organização Mundial da Saúde (OMS em 2015), 275 dessas mortes estão relacionadas com a falta de acesso a serviços apropriados de água e saneamento, contribuindo para elevadas taxas de mortalidade das crianças.

Contou que na província de Luanda a Unidade Técnica de Gestão e Saneamento sofreu uma redução orçamental de 60% no período de 2014-2016.

"A acumulação de lixo nas vias públicas em várias cidades grandes do país, particularmente em Luanda, junto com alagamentos e a falta de redes de esgotos para as águas negras pluviais estão entre os fatores principais que contribuem para a criação de um ambiente favorável à transmissão de doenças como febre-amarela, dengue, chikungunya e malária", disse.

O representante da ADRA, explicou que o programa de Saneamento Total Liderado pelas Comunidades (STLC) é único programa do Estado que tem como objectivo aumentar o acesso ao saneamento básico nas zonas rurais, e tem OGE de 2016 e um financiamento de apenas 96 milhões de kwanzas.

"Isto é extremamente baixo em relação às necessidades, considerando que o Censo 2014 mostra que três em cada quatro angolanos que vivem em zonas rurais, 74% não têm acesso a uma instalação sanitária adequada, e que mais do que 2 em cada 3 agregados familiares 69% defecam no capim, mato ou ao ar livre", disse.

Disse ainda que, o objetivo do encontro foi partilhar a análise do Orçamento Geral Estado (OGE) de 2016 nos sectores da Água e do Saneamento. Um exercício que faz parte de um programa alargado de monitoria de impacto de políticas públicas que conta com a parceria da UNICEF no domínio da elaboração e publicação de documentos com finalidade de contribuir para o aumento da informação e para participação dos cidadãos.

Distribuição dos recursos no sector de água e saneamento Carlos Cambuta disse ainda que o Financiamento do sector apresenta grandes assimetrias na alocação dos recursos financeiros, com a maioria dos recursos alocados a nível central, e com um forte enfoque nas áreas urbanas.

"No OGE 2016, 87% das verbas para abastecimento de água são alocadas ao nível central (ministérios), apenas os restantes 13% vão para os órgãos provinciais e municipais. Mesmo no próprio Programa Água para Todos (PAT), que é um programa descentralizado, 42% da alocação é para o

nível central. A atribuição para os programas é 9 vezes superior à atribuição para os programas destinados às áreas rurais", explicou.

Por sua vez, o assessor do Secretário de Estado para o Programa Água para Todos, João Delgado, disse que o investimento, em termos de abastecimento da água, anda a volta de 96% e está um pouco abaixo daquilo que se previa no OGE.

"A grande maioria dos recursos alocados ao sector de Água e Saneamento vão para as áreas urbanas, e muito pouco é destinado às áreas Tomas Lopes rurais". "Isto está em contradição como facto de o número de pessoas sem acesso à água potável e saneamento seguro ser maior nas zonas rurais do que zonas urbanas do país", disse. O único programa de saneamento básico com enfoque na área rural é o STLC que recebe apenas 96 milhões de kwanzas, ou seja, 10 kwanzas por cada pessoa que vive nas zonas rurais do país.

8.10 Região tem milhares de novos consumidores

Jornal de Angola

16 De Novembro de 2016

Texto: António capitão

Mais de cem mil famílias do município de Quimbele, na província do Uíge, passaram a consumir água potável a partir de agora, com a entrada em funcionamento de um sistema de abastecimento, Inaugurado pelo governador Paulo Pombolo.

O sistema de abastecimento de água potável, construído no âmbito do programa "Água para Todos", que contempla oito chafarizes, vem pôr cobro ao período em que a população era obrigada a percorrer cerca de quatro quilómetros para retirar o produto, no rio Futa.

"Todos os dias, tínhamos de pegar nos nossos "inguiendo" (mochilas tecidas com junco) e com bidões de 20 litros, para irmos ao rio Futa acarretar água e carregá-la nas costas, superando subidas e descidas e longas distâncias", recordou Sofia Jorge.

Além do sistema de água, o governador provincial do Uíge procedeu à entrega das primeiras 71 casas, construídas no quadro dos 200 fogos habitacionais, no município de Quimbele, aos quadros locais.

Entregues no quadro das festividades dos 41 anos da Independência Nacional, as casas estão agora sob responsabilidade de funcionários da administração local, professores, enfermeiros, agentes da Polícia e

jovens, com vista a minimizar a carência habitacional na vila.

As moradias, construídas no espaço onde está a ser implantada a nova zona urbana da sede municipal de Quimbele, são do tipo T3, entre geminadas e separadas. As mesmas foram vendidas mediante o processo de renda resolúvel, no preço de quatro milhões de kwanzas, amortizáveis num período de 25 anos.

Paulo Pombolo reinaugurou igualmente o centro municipal de saúde, com capacidade de internamento de 44 pessoas. A unidade clínica dispõe de serviços maternidade, medicina, bloco operatório, pediatria, cirurgia e laboratório de análises clínicas.

A directora municipal da Saúde, Paula Changangu, considerou a reinauguração oportuna, uma vez que vai ajudar na redução da mortalidade materno-infantil e a socorrer a população de várias patologias.

No mesmo município, o governador visitou também as obras de construção do futuro hospital regional, cujas obras encontram-se em cerca 50 por cento de execução física. Este estabelecimento de saúde vai ter capacidade para 200 camas de internamento. Anova unidade sanitária vai prestar serviços de pediatria, banco de urgência, maternidade, morgue, cirurgia, emergências médicas, consultas gerais e ainda deve contar com áreas de apoio como lavandaria e refeitório, segundo explicações do engenheiro Rui Cortegaça, encarregado da obra.

Aposta na formação Paulo Pombolo inaugurou e entregou às autoridades do município um contentor adaptado, para formação profissional, o que vai permitir que os jovens da municipalidade sejam capacitados em novas tecnologias de informação e comunicação.

O equipamento tem acoplados 20 computadores, o que vai permitir que 60 jovens se formem em três turnos) num período de três meses.

"É uma unidade que vai permitir capacitar os jovens do município de Quimbele sobre matérias relacionadas com as novas tecnologias de informação e comunicação, com vista a possibilitar que os mesmos estejam mais habilitados nas suas investigações científicas e académicas", disse

a directora provincial dos Transportes e Telecomunicações, Domingas Rocha. O governador provincial do Uíge entregou à administração municipal instrumentos agrícolas, equipamentos desportivos, material de construção, com destaque para mil sacos de cimento, fardas para as autoridades tradicionais, motorizadas para funcionários públicos e

certificados aos jovens que concluíram o curso de Empreendedorismo, no CLESE (Centro Local de Empreendedorismo e Serviços de Emprego).

O administrador municipal de Quimbele, Manuel João, reiterou o compromisso de continuar-se a desenvolver acções para a continuidade da melhoria das condições de vida da população.

8.11 Governo angolano investe no acesso à água potável

Jornal Economia e Finanças
18 De Novembro de 2016

Executivo angolano aplicou, nos últimos oito anos, mais de cinco mil milhões de dólares americanos para grandes investimentos em infra-estruturas concernentes ao acesso a água e saneamento básico, informou, na passada segunda-feira, em Luanda, o representante da Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), Carlos Cambuta, citando um estudo feito no âmbito do Orçamento Geral do Estado (OGE) 1016.

Segundo a Angop, Carlos Cambuta avançou o facto quando falava, na União dos Escritores Angolanos (UEA), no final de um debate temático denominado "Jango", promovido pela Adra e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), com objectivo de contribuir para um diálogo público, aberto sobre questões sociais constantes no OGE de 1016, no caso concreto sobre o acesso à água e saneamento de qualidade para todos os angolanos.

Argumentou que os recursos são substanciais, mas apesar disso deve haver mais intervenções nos sectores de água e saneamento para a contínua melhoria da qualidade de vida dos angolanos, visando alcançar a meta traçada pelo Executivo no concernente ao Plano de Desenvolvimento e Estratégia para o 2017.

Acrescentou que Ísis implica assegurar os níveis de água e saneamento a 100 por cento nas zonas urbanas e 80 em áreas rurais.

Alocação

Sublinhou que o orçamento do sector das águas e saneamento no OGE 2016 é de 2,1 por cento, dos quais 1,9 para o subsector das águas e 0,2 para o saneamento, abaixo do nível de 3,5 estabelecido internacionalmente para que os países da África Subsaariana possam alcançar os objectivos de desenvolvimento sustentável (ODS) até 1030.

Realçou também que um das principais causas da baixa cobertura relaciona-se com a falta de um investimento adequado que permita assegurar a operação e manutenção da infra-estruturas existentes.

Carlos Cambuta frisou que a grande maioria dos recursos alocados para o sector das águas e saneamento estão focalizados em infra-estruturas urbanas pouco para as áreas rurais.

No debate, que foi bastante interactivo, os participantes afirmaram a necessidade de se aumentar o acesso a água ao saneamento seguro.

Considera ser urgente investir uma parte maior dos recursos nas áreas rurais do país e financiamento para a manutenção das infra-estruturas construídas.

Debates

O encontro enquadra-se no âmbito do folheto temático que a organização tem desenvolvido.

Nesse quadro, este ano, já foram reflectidos assuntos sobre a saúde, educação, protecção social, água e saneamento, tendo culminado correstes último no âmbito do Orçamento Geral do Estado 1016.

Participaram do debate, assessor do secretário de Estado para as Águas, João Delgado representantes de ONG, das administrações municipais E comunitários, entidades religiosas, entre outros convidados.

8.12 OGE 2017 Energia e águas no topo do crescimento da economia em 2017

Novo Jornal
18 De Novembro de 2016
Texto: Álvaro Victória

Energia e águas vão liderar o ranking dos sectores que mais vão crescer na economia angolana no ano que vem. Cerca de 42,2 por cento é o que se perspectiva do crescimento do referido segmento em 2017.

Estes são alguns dos números anunciados ontem, na Assembleia Nacional, pelo ministro das Finanças, quando procedia à apresentação da proposta do Orçamento Geral do Estado (OGE) para o ano fiscal 2017.

Nos dados apresentados por Archer Mangureira, saltou à vista, entre os sectores que mais vão crescer no próximo ano, o segmento da agricultura, com perspectivas de crescimento de 7,3 por cento.

Não menos significativo, de acordo com o documento apresentado pelo titular da pasta das Finanças, será o crescimento de 4,2 por cento que as autoridades esperam da indústria transformadora.

Habitual "abono de família" do Produto Interno Produto (PIB) angolano, o sector dos petróleos prevê registar um crescimento na ordem dos 1,8 por cento, contra os 2,3 do segmento não petrolífero.

Citado pela agência nacional Angop, Archer Mangueira informou que o OGE2017 foi elaborado tendo como projecções e indicadores uma produção petrolífera de 662,2 milhões de barris, o que corresponde a uma média de 1,8 milhões de barris/dia.

No total, segundo o documento apresentado ontem aos deputados, o OGE2017 comporta receitas e despesas de 7,3 triliões de kwanzas.

Cerca de 5,8 por cento do PIB é o que se perspectiva do défice fiscal em 2017, que, segundo o governante, será coberto com base ao financiamento interno e externo.

Com uma inflação anual que não se espera acima dos 15,8 por cento, a economia nacional vai registar despesas com o sector social e económico de 56,6 por cento do total das despesas.

Em termos de distribuição funcional e territorial, a despesa do OGE 2017 está concentrada nas províncias de Luanda, Kwanza-Norte, Cabinda, Huambo, Bié e Benguela.

8.13 Vala de drenagem é fonte de abastecimento e diversão

Novo Jornal

18 De Novembro de 2016

Texto: Dulcineia Lufua

Uma vala de drenagem que passa pelo interior do bairro da Fofoca, proveniente do rio Kwanza e que desagua no Kikuxi, está a ser aproveitada pelos moradores para todo o tipo de uso, apesar dos riscos que representa.

A vala não está à vista de todos, mas quem entra no bairro à procura de flores para comprar apercebe-se da enorme extensão de água. Bem à entrada da rua que conduz à vala, encontram-se vários tipos de flores à venda. Mais à frente, localiza-se um posto policial e, um pouco adiante, uma placa dá as boas vindas à Quinta do Canal, espaço de lazer situado no bairro da Fofoca, como é chamado este aglomerado no município de Viana.

Vários moradores fizeram daquela vala uma fonte de consumo e de diversão. Com a água daquele canal de drenagem regam as plantas, cozinham e matam a sede e com ela as crianças se divertem, sem terem noção dos perigos que pode acarretar para a sua saúde e para a sua vida.

Crianças com idades compreendidas entre os cinco e os 12 anos fazem do local uma autêntica piscina sob o olhar dos adultos. Os pequenos dão mergulhos para a vala, de aproximadamente 2 metros de largura e 3 de profundidade, pois o que elas querem é fugir do sol e do calor que se faz sentir nesta época do ano, como contou à nossa reportagem Albertina Pedro. Enquanto os pais vão à procura de sustento, ela aproveita para se divertir, ignorando os riscos, nomeadamente a grande profundidade do canal.

Aprender a nadar numa altura de 3 metros

"Por causa do calor, preferimos vir tomar banho aqui", revelou a menina, de 12 anos, que aprendeu a nadar naquele rio improvisado. "Os nossos pais só nos deixam banhar aqui porque nós sabemos nadar. Se não fosse assim, eles não permitiriam porque muitas crianças foram levadas pelas águas por não saberem nadar e acabaram por morrer", disse, aludindo o facto de ela, como muitas outras crianças, ter aprendido a nadar naquelas águas.

Quando mostrámos a máquina fotográfica, alguns se mostraram tímidos e se inibiram. Outros, pelo contrário: tentando impressionar, começaram a dar mergulhos para a vala. A mais nova, de 5 anos, como não conseguia entrar na água, ficou na beira a contemplar as outras crianças.

Mariano, de 9 anos de idade, que usava apenas uns boxers (roupa interior) amarelos, deu um mergulho e juntou-se à conversa para reclamar. "Tia, nós não temos medo de banhar nessa água, os nossos pais não nos ralham, é só a polícia que, às vezes, nos dá corrida e não nos deixa brincar aqui", revelou, esclarecendo que só se banham no local depois de saírem da escola.

Enquanto umas crianças se divertiam, um pouco mais à frente, Luísa Gomes tirava água para lavar a louça do almoço. Alertada sobre os riscos do consumo daquela água, a pequena garantiu que a mãe tem cuidado. "A minha mãe costuma colocar lixívia na água antes de usar para fazer serviço e ferve a água antes de bebermos", explicou a pequena, que tinha na sua posse um balde de cor preta amarrado a uma corda para facilitar a tarefa de tirar água da vala.

Marginais atirados à água

Um bairro, aparentemente calmo e rodeado de inúmeras mangueiras, que, para além de saciarem os moradores com os seus frutos, também servem como esconderijo para os dias de sol escaldante. Ali respira-se um ar fresco que ajuda a suportar o calor. É esse o caso de Maria Pedro, de 52 anos, que se encontrava debaixo de uma mangueira, a vender plantas.

A mulher diz que o local tem sido palco de afogamento de meliantes que tentam tirar o sossego aos moradores. "Alguns marginais, quando são apanhados pelos populares, depois de torturados, são atirados para essa água. Quando a polícia chega, já é tarde. Muitos deles acabam por morrer", contou Maria, lembrando que, no tempo das chuvas, a vala representa um perigo "por causa da forte corrente das águas".

A população do bairro vê ali uma oportunidade para poupar dinheiro e resolver um problema que afecta o bairro, que não é abastecido por água da EPAL "Comprar água nos tanques é muito caro e é um pouco difícil, por isso é que a maioria de nós usa essa água", justifica, salientando que não há muita diferença. "A água das cisternas também é assim. Só depois de colocar o medicamento é que fica purificada", insiste.

8.14 Serviços Sociais em Malanje

Jornal de Angola

21 De Novembro de 2016

Texto: Francisco Curibingana

Pela primeira vez, as comunidades de Muta Cambo, Dala Ulo, Missula e Kihuhi, no município de Caombo, cerca de 135 quilómetros da sede da província de Malanje, beneficiaram, desde ontem, de quatro fontenários, para abastecimento de água potável.

Os empreendimentos, inaugurados pelo governador de Malanje, Norberto dos Santos, resultam do programa de investimentos públicos e vão beneficiar seiscentos habitantes.

O director provincial da Energia e Aguas, Jacinto Caculo, disse que os sistemas estão projectados para suportar as necessidades daquela população durante os próximos três anos.

Explicou que os empreendimentos podem ser ampliados quando houver tal necessidade, salientando que o importante é que existe a garantia de água suficiente, inclusive, para as actividades de saneamento da população.

Jacinto Caculo avançou que a iniciativa vem resolver um antigo problema que obrigava a população local a percorrer cerca de cinco quilómetros em busca de água.

O director provincial salientou que o projecto, iniciado nas comunidades acima, vai continuar para cobrir 16 localidades do sector do Cambo Camana, em Caombo, até final do próximo ano. Para este ano, até Dezembro, o projecto vai beneficiar mais de três mil habitantes, só na zona do Cambo Camana, assegurou Jacinto Caculo.

O governador provincial do Cuanza Norte, Norberto dos Santos, pediu à população para ajudar na conservação dos quatro fontenários, chamando a atenção das autoridades tradicionais para sensibilizar as respectivas comunidades nesta tarefa.

8.15 Agua para Todos chega aos bairros do Londuimbali

Jornal de Angola

24 De Novembro de 2016

Texto: Justino Vitorino

Mais de sessenta mil famílias no município do Londuimbali, na província do Huambo, beneficiam, desde terça-feira, de um novo sistema de captação, tratamento e distribuição de água potável.

O equipamento social funciona com painéis solares e foi construído no âmbito do programa do Executivo "Água para Todos, com objetivo de melhorar as condições sociais básicas das populações.

O administrador adjunto do município do Londuimbali, Paulo Morna, referiu que o fornecimento de água aos munícipes desta região consta das prioridades do Executivo. Segundo Paulo Morna, com a construção do novo sistema de captação e distribuição de água as populações deixam de percorrer longas distâncias para adquiri-la.

Os munícipes aplaudiram os esforços do Governo, por ter colocado à sua disposição o sistema de água canalizada, que, de forma gradual, vai contribuir na redução de doenças diarreicas agudas nas comunidades. O soba grande Clementino Nhangá, disse que há muitos anos que ele e os demais moradores dependiam apenas de rios.

8.16 Luanda tem curso sobre gestão de águas

Jornal de Angola
24 De Novembro de 2016
Texto: Manuela gomes

O primeiro Instituto Médio de Gestão de Águas e Preservação Ambiental, uma iniciativa privada, abriu portas neste ano lectivo, na província de Luanda, com 100 alunos, distribuídos pelos turnos da manhã, tarde e noite.

A criação do instituto, cujas instalações estão localizadas no bairro Sapú TI, é resultante de "muita reflexão sobre os problemas que a sociedade angolana tem estado a enfrentar no domínio do abastecimento de água, saneamento básico e preservação ambiental", de acordo com um documento do estabelecimento de ensino enviado ontem ao Jornal de Angola.

A escola deu início à catividade didática com cinco áreas de formação, distribuídas por seis cursos. Na área de hidráulica urbana, foi criado o curso de abastecimento de água, tratamento de esgotos e preservação de recursos hídricos. Na área de ambiente existem os cursos de gestão, tratamento e aproveitamento de resíduos sólidos e na de química foi aberto o curso de controlo de qualidade.

Na área de formação mecânica existe o curso de máquinas e motores hidráulicos, enquanto na de construção foi criado o curso de técnicos de obras de instalações hidrotécnicas.

O instituto médio dispõe de um internato com capacidade para cerca de 80 alunos e tem a perspectivas de expandir o projecto, salienta o documento, no qual se lê que os cursos visam formar especialistas com competências para as empresas do ramo e para órgãos competentes

Provinciais e municipais. Os alunos formados pelo Instituto Médio de Gestão de Águas e Preservação Ambiental vão estar habilitados a desempenhar actividades voltadas para a gestão de sistemas de águas e educação ambiental, ecossistemas, impactos ambientais e desenvolvimento e uso de tecnologias sustentáveis. Entre as competências adquiridas estão a interpretação de resultados analíticos referentes a padrões de qualidade da água, do solo e do ar e a avaliação dos efeitos ambientais causados pelos resíduos sólidos, poluentes atmosféricos e efluentes líquidos. "Acreditamos que tudo passa por um processo de formação e consciencialização dos cidadãos sobre novas áreas do saber, fazer, conviver e

empreender", salienta o documento da direcção do novo instituto médio privado.

O turno da noite é reservado aos funcionários de empresas do ramo de hidráulica e ambiente, que pretendem adquirir uma formação técnica de nível médio e perspectivas a sua formação superior.

8.17 Sistema de água inaugurado no Uíge

Jornal de Angola
25 De Novembro de 2016
Texto: Nicodemos Paulo

Mais de quatro mil moradores do bairro Quindenuco, no município do Uíge, beneficiam, desde terça-feira, de um novo sistema de captação, tratamento e distribuição de água.

O projecto, implementado pela organização não governamental Acção Angolana de Apoio às Verdadeiras Viúvas (ANGOAVI), ficou orçado em 103.088 dólares, financiados pela embaixada japonesa em Angola. O embaixador do Japão em Angola, Kuniaki Ito, que entregou o Empreendimento administração Municipal do Uíge, disse esperar que o novo sistema contribua na redução de doenças provocadas pelo consumo de água imprópria, assim Como encurtar a distância da população na busca de água.

O diplomata garantiu que o seu país vai continuar a apoiar projetos de desenvolvimento comunitário em Angola, e na província do Uíge em particular, com o objectivo de desenvolver as vilas e aldeias, melhorar o saneamento do meio.

"Estamos a construir escolas primárias, centros de saúde e apoiamos os trabalhos de desminagem", disse Kuniaki Ito, que acrescentou:

"Estamos satisfeitos, porque este pequeno projecto beneficia 4.300 moradores nesta localidade", disse o diplomata, para quem a acção é também um contributo ao programa "Água para Todos". O diretor provincial de Energia e Águas, Mendes Domingos, destacou a parceria do Governo japonês na implementação de vários projetos em benefício das populações.

8.18 Fornecimento de água e energia pode melhorar

Jornal de Angola

28 De Novembro de 2016

Mais de 48 mil pessoas passam a ter acesso à água potável após a reabilitação dos sistemas de distribuição em curso nos municípios do interior da província de Benguela, no quadro do programa Água para Todos.

A informação foi dada pela directora provincial de Energia e Aguas de Benguela, Jandira Ribeiro, após a reunião do Conselho Provincial de Concertação e Auscultação Social, presidida pelo governador Isaac dos Anjos. Jandira Ribeiro frisou que presentemente estão a ser recuperados 27 chafarizes e alguns sistemas de distribuição de água, no interior da província, tendo por finalidade levar este bem essencial para cerca de 48 mil consumidores.

A directora provincial de Energia e Águas falou de uma perspectivas que consiste na gestão comunitária, ou seja, a própria comunidade deve participar na gestão dos sistemas de distribuição, sendo esta uma nova componente do programa Água para Todos, apresentada em Outubro.

Jandira Ribeiro considerou regular a disponibilidade de água no casco urbano, embora tenha admitido que ainda persistem alguns constrangimentos no fornecimento, fundamentalmente, no município da Baía Farta e em zonas suburbanas. Por esta razão, a directora provincial espera que a concretização do objectivo do Ministério da Energia e Aguas assente na criação de uma empresa mista de Aguas de Benguela e Lobito, incluindo uma parceria público-privada, que possa colmatar essa dificuldade. Relativamente à actual situação de energia em Benguela, disse que está em curso um projecto de 45 mil ligações domiciliárias, no quadro do sistema pré-pago e cuja consignação está prevista para Dezembro. Jandira Ribeiro anunciou a instalação de 150 postos de transformação, iluminação pública e a construção de quatro subestações, redistribuídas pelos municípios da Baía Farta, Lobito e Catumbela. Este projecto vai trazer melhorias na disponibilidade de energia para atender as necessidades de consumo da população e vem dar estabilidade ao sistema, tendo em conta a demanda gerada pelo crescimento do sector industrial e habitacional.

9. GÉNERO E VIOLENCIA

9.1 Vandalismo e pobreza

Jornal de Angola
01 De Novembro de 2016

Variadas vezes ouvimos, baseando-se em indicadores sociais, que a maioria da população angolana é pobre e que, ao lado das instituições do Estado, parceiros sociais, envida esforços gigantescos para manter com alguma dignidade os agregados familiares.

Mas atendendo à dinâmica da vida, raras vezes se notam pronunciamento a favor da manutenção do pouco que se consegue, dos poucos recursos que se obtém, das conquistas já alcançadas e que jogam papel instrumental na direcção inversa da pobreza. Esta, como prova a experiência humana, nem sempre se deve tanto à falta de bens materiais e espirituais, mas sobretudo pelo desperdício, uso desregrado ou destruição do que se tem.

Mais do que reivindicar o muito que falta para o bem-estar pessoal, familiar e de toda a sociedade, embora legítimo e natural, é vital que se preserve o pouco que existe.

Não se pode continuar a desperdiçar o pouco que temos, permitir a destruição de bens que custam elevadas somas ao Estado e que visam a melhoria das condições de vida de toda a população.

Precisamos todos de refletir sobre o que realmente pretendemos em sociedade, numa altura e que a indisciplina, a onda de vandalismo e, mais preocupante, a indiferença com que se assiste a tudo isso assume contornos de uma espécie de autoflagelação.

Não é normal ver bens públicos a serem vandalizados sem que se impeça ou, no mínimo, se contribua para que as autoridades atuem no tempo devido. O que sucedeu no Camama deve servir de lembrança a todos de que, contrariamente à ideia de que cabe ao Estado fazer a defesa dos bens públicos, constitui uma obrigação de cada um de nós participar deste importante acto, defender o que é de todos.

A Acção criminosa, traduzida na destruição e roubo de equipamentos eléctricos em fase de conclusão para o fornecimento de energia no município de Belas, constitui um delito de elevada gravidade.

A destruição de 36 postos de transformação, e mais de 40 armários de distribuição já concluídos representa perdas monumentais e um grande retrocesso nos esforços das instituições do Estado para a redução do défice de fornecimento e consumo de energia eléctrica naquela circunscrição administrativa.

Não há dúvida de que tais actos constituem igualmente um ou vários passos dados na direcção do empobrecimento de numerosas famílias, na elevação dos custos de várias empresas e na sobrecarga ao Estado.

Embora as pessoas implicadas estejam já detidas pela Policia Nacional, urge tomar medidas mais severas para que esses precedentes não prevaleçam como "modus vivendi" de muitos nacionais e estrangeiros.

Tal como sucedeu com materiais eléctricos que se destinavam ao fornecimento de energia aos moradores de alguns bairros da comuna do Camama, município de Belas, ações de dimensão semelhante ou aproximada ocorrem com outros bens públicos. Como denunciou a administradora executiva da Empresa de Aguas de Luanda (EPAL), grande parte das situações de restrição no fornecimento de água a uma das centrais idades deve-se às sabotagens constantes na conduta.

Na verdade, o garimpo de água e sabotagem à condutas de água um pouco por todo o lado, particularmente em Luanda, tem sido uma autêntica dor de cabeça para a empresa de águas da capital. Numerosos casos foram parar aos órgãos competentes de justiça, mas a prática parece ainda longe d uma definitiva eliminação, realidade que de tende a efetivar-se apenas com li adoção de medidas apropriadas.

A começar com acções de sensibilização, não é exagerado defender punições s severas contra todos os que praticam actos de vandalismo, roubo e completa destruição de bens públicos tais como materiais eléctricos, condutas de água, apenas para mencionar estes.

As comunidades devem ser as primeiras a fazer a defesa dos bens colocado ao seu serviço, por meio da sensibilização e da educação dos seus membros, bem como colaboração com a Policia Nacional.

Trata-se de episódios recorrentes que sucedem um pouco por todo o lado e que concorrem para que fenómenos como a pobreza se acentuem junto das comunidades. É preciso que todos se empenhem na preservação do pouco, que diz respeito a todos, que existe nas comunidades como forma de evitar a

dispersão de esforços na prossecução do bem comum e generalização da pobreza.

Precisamos todos de alinhar no mesmo dia passa das instituições do Estado que incansavelmente lutam para que indicadores sociais como a pobreza conheçam as vias da sua erradicação e não o contrário.

Combatamos todos o vandalismo contra os materiais elétricos e de construção civil, contra as condutas de água, nas estradas, nas escolas, nas empresas públicas e privadas, no meio ambiente, enquanto fenómeno que acentua também a pobreza nas comunidades.

10. AMBIENTE

10.1 Abate indiscriminado de árvores é alarmante

Jornal de Angola
01 De Novembro de 2016
Texto: Victória Quintas

O abate Indiscriminado., árvores tomou-se frequente na província do Huambo, o que pode Provocar sérios problemas ambientais, como a desflorestação, erosão dos solos, ravinas, seca, Diminuição da fertilidade das terras e da produtividade agrícola, alteração do ciclo hldrol6gico e Contaminação das águas.

A actividade é exercida por muitas famílias e até por empresas, para exploração de carvão, de madeira, Construção de habitações e de empreendimentos. O pinheiro, muito comum na província do Huambo, é a espécie mais procurada.

Ambientalistas alertam que a desflorestação tem efeitos mais graves, como o aquecimento global, a diminuição da biodiversidade, a modificação da crosta terrestre e a emissão de dióxido de carbono para a atmosfera.

O coordenador da Associação Provincial dos Ecologistas e Ambientalistas de Angola, António Manuel Teixeira, afirma que a melhor forma de gestão florestal é a reposição das plantas devastadas, "porque contribui para amenizar o ambiente, reduz a quantidade de radiação que atinge o solo e funciona como purificador." Para, isso, disse, é necessária a criação de regras simples, que se resumem em criar viveiros nas zonas de abate e de transplante das árvores. "Se da derruba de árvores é possível termos madeira, celulose, resíduos para a produção de contraplacados ou outros derivados, não custa nada retirar uma parte dos rendimentos para aplicar na construção dos mecanismos de reposição da floresta", aconselhou.

O ambientalista disse haver pouca sensibilidade e falta de conhecimento para as implicações que a destruição das florestas causa ao ambiente.

Manuel Teixeira alerta que a gestão descoordenada, irresponsável e irracional das florestas foram que uma parte importante da terra fique descoberta do mecanismo de proteção contra a radiação solar, "sem a qual a radiação é devolvida para a atmosfera, contribuindo para um maior aquecimento." Com a redução da cobertura florestal, acrescentou, a

quantidade de água das chuvas ao atingir a superfície do solo não é infiltrada.

A água escorre pela superfície, arrastando consigo a parte mais fértil do solo. "Deste modo, não oferece alimento necessário para a cadeia alimentar, nem habitat para os seres vivos" incluindo o próprio homem. E uma série de implicações que podem ser enquadradas do ponto de vista global do desequilíbrio da natureza, do ecossistema e da biodiversidade", disse o ambientalista.

O vice-decano para a Área Científica da Faculdade de Ciências Agrárias, linhas Manuel, disse que o abate indiscriminado de Árvore deixa o solo descoberto e fica susceptível à erosão de vá- rios tipos como a hídrica e a eólica."As árvores produzem oxigénio, consomem e armazenam o dióxido de carbono, regulam a temperatura e o ciclo da água, que é absorvida da atmosfera", disse.

Preocupado com a situação, o governador da província do Huambo, João Baptista Kussumua, prometeu inverter o quadro com a tomada de duras medidas contra os que derrubarem as florestas.

Durante uma visita efetuada ao perímetro florestal da com una do Cuíma, no município da Caála, o governador disse que "há necessidade e urgência de se pôr cobro à situação." Kussumua orientou à administração da Caála para fazer diligências para conter o corte indiscriminado de árvores e aplicar medidas que desencorajem esta actividade.

10.2 A chuva em Luanda é problema antigo

Jornal de Angola
03 De Novembro de 2016
Texto: Luciano Rocha

A chuva que começou agora a cair na capital do país, quase há-de intensificar até Abril, fez surgir, como é hábito nesta altura do ano desde que Luanda é cidade, lamentos e protestos de quem a habita.

O problema é cíclico, bem como as queixas que com frequência se revestem, pela gravidade de situações, de desesperança e indignação, a par de críticas, muitas vezes levianas, de quem parece ter nascido com o indicador apontado a culpados estabelecidos.

Os lamentos, os choros, até as raivas, de quem vê a chuva inundar-lhes a casa, destruir tudo o que encontra no caminho, "lavras de quintal", partir a árvore que lhe dá a sombra dos almoços de sábado e de domingo são entendíveis e merecem solidariedade.

Do mesmo modo, é compreensível o desespero de quem para sair de casa tem de recorrer à imaginação e malabarismo ou a caminho do trabalho e no do regresso percebe que o carro está imobilizado num buraco ou pela força da água. Incompreensível não surpreendente - é a atitude dos "especialistas em tudo" que, por ignorância ou má-fé, encontram nos efeitos da chuva - como nos da seca... - Para culparem o Governo Provincial e o Executivo. Como se o problema fosse de hoje, como se Luanda, mesmo com uma população muitíssimo menos numerosa, não os vivesse desde os tempos mais remotos.

Nestas alturas, lembro-me com frequência de uma noite de juventude, na primeira metade da década de 60, que começou radiosa, cheia de perspectivas da "aventura do desconhecido", e terminou em tormenta. Eu, o Menino, que é o José Ribeiro, tio do atual diretor deste jornal, e o Nini, que ainda não era N gongo, muito menos general, deputado, ex-ministro. Sequer guerrilheiro, embora já nessa altura borbulhasse em nós o fervor nacionalista. Em parte por influência de livros que me chegavam às escondidas da Casa dos Estudantes do Império, em Lisboa, que lia e dava a ler, da Coleção Imbondeiro, que tinha sede no Lubango, mas também do primeiro "Jornal de Angola", editado pela Associação dos Naturais de Angola (Anangola), no qual colaboravam vários intelectuais, que acabou encerrado pela polícia política do regime salazarista.

Naquele dia, que começou radioso e terminou em temporal, vestimos os três as melhores calças e camisas, puxámos lustro aos sapatos, esquecemos as nossas farras de quintal e partimos à aventura da nova noite pequeno-burguesa de Luanda, instalada no cume de um arranha-céus da Marginal, explorada por uma família belga que viera recentemente da Atual Kinshasa. A entrada, olharam-nos desconfiados. Mas íamos "Limpos e bem vestidos". Além disso, já começara em Angola a luta armada de libertação nacional e eles tinham vivido os "acontecimentos do Congo". Com dinheiro contado e recontado, ficámos-nos pelos sumos. Bem nos arrependemos. As "bejecas" não eram mais caras, nem levavam gelo a encher os copos. O "consumo mínimo", pago à entrada, permitia-nos escolher entre cerveja, sumo ou gasosa. Não nos avisaram. Da mesa do canto onde nos sentaram, podíamos ver a avenida, ainda um arremedo do que é hoje, com as luzes dos reclames refletidas na baía.

Mas, a vista que mais nos interessava era da sala salpicada de tons psicadélicos, onde pares dançavam ao som de uma banda. De repente, um estrondo, o prédio a parecer que ia desabar, a escuridão absoluta, a fala da chuva zangada, gritos histéricos. A seguir,

silêncio recortado por conversas surdinadas, gemidos, ais. Mais trovões, relâmpagos a permitir-nos ver pares abraçados em pé ou sobre as mesas. Não estávamos ali a fazer nada. Saímos. Os elevadores não funcionavam. Descemos agarrados às paredes, julgo que doze andares. Cá em baixo, a água parecia saída de uma barragem. A caída das nuvens e a do mar abraçadas na fúria destruidora.

Com água pelos joelhos, segui Q10S para casa. Sem sabermos que as ruas estavam cheias de buracos, fios elétricos soltos. Mas, ao chegarmos à Mutamba, parámos de. Olhos arregalados e de "boca para a nuca". Havia viaturas soterradas pela lama, que cobria também os bancos dos passageiros se sentarem à espera dos machimbombos, candeeiros e árvores por terra.

Os jornais diários do dia seguinte encheram páginas e páginas com o balanço dos estragos e fotos da situação. Luanda era um mar de lama. Na atual rua Rainha Ginga, ainda eram visíveis artigos arrastados dos estabelecimentos comerciais pela força das águas: roupas, canetas, relógios, eletrodomésticos, peças de artesanato.

As barrocas que ligavam o Bungo ao QuinaxixeT desapareceram.

O Colégio das Irmãzinhas, que permanece no mesmo sítio, fico pendurado, é o termo, e foi motivo de romarias.

As zonas suburbanas, como é evidente, foram as mais castigadas pelo temporal. Matutinos e vespertinos centraram as atenções na cidade asfaltada, tal como fizeram posteriormente os semanários. O "Jornal de Angola", da Anangola, coordenado então por Fernando Norberto de Castro, tituló a toda a largura da primeira página: "No musseque também choveu". O periódico foi retirado de circulação.

Esta chuvada, das maiores, porventura a maior, do último século caída em Luanda, ocorreu quando a cidade tinha, no máximo, meio milhão de habitantes. O problema que continua a afetar a capital tem solução? De certeza que sim, mas não é fácil de executar. E nunca por quem acorda todos os dias com vontade de maldizer.

10.3 A nossa meta é aumentar a produção de derivados de madeira

Novo Jornal

4 De Novembro de 2016

Texto: Hortêncio Sebastião

Como se estabeleceu a empresa Estrela da Floresta?

A Estrela da Floresta foi estabelecida pela Quantum Global como parte dos 250 milhões de dólares alocados, como capital da QG Africa Timber L.P. A Estrela da Floresta é uma empresa que se propõe proporcionar grandes benefícios comunitários a todos os angolanos, a curto e longo prazo, através da construção de um ecossistema florestal sustentável.

Nesse sentido, adquiriu mais de 80 mil hectares de plantações e uma área de terreno adicional na região do planalto central do país, concessionadas pelo Governo angolano para desenvolver plantações de fibra de madeira em grande escala.

Face ao desafio da protecção ambiental e das espécies como tem sido a vossa actuação?

As plantações da Estrela da Floresta não contêm nenhuma espécie rara.

Todas as nossas plantações consistem em espécies de eucalipto e pinheiros. O nosso objectivo é promover as práticas florestais sustentáveis em toda a África, assegurando a implementação de medidas para proteger o habitat natural, o que é crucial para o ambiente. A empresa vai tomar medidas para salvaguardar o ambiente e as necessidades sociais em todas as regiões onde opera. Isto inclui a protecção da flora e fauna locais, além de levar em conta as comunidades locais e os seus direitos tradicionais. Pretende ainda certificar todas as suas plantações florestais com a Forest stewardship council, um sistema de certificação florestal internacional.

Em que medida a legislação actual interfere no negócio?

A Estrela da Floresta segue cuidadosamente a legislação nacional, especialmente o código florestal em todas as operações. Os principais desafios estão relacionados com a infra-estrutura deficiente e as limitações existentes no transporte de madeira. Esta empresa está trabalhando para melhorar a infra-estrutura existente na região.

Observa-se que as florestas estão a ser dilapidadas com o negócio ilegal. Qual a atitude da empresa face a esta situação?

Historicamente, a região do planalto central foi testemunha do desmatamento ilegal, que resultou numa significativa erosão dos solos. Assim, será dado um destaque significativo à implementação de procedimentos de desenvolvimento florestal sustentável, que adere as melhores práticas globais, e simultaneamente equilibra os requerimentos dos retornos de investimentos com fortes considerações ambientais.

Vamos trabalhar com operadores locais e internacionais para implementar melhores práticas e em conformidade com a legislação nacional.

Mas alguns madeireiros insistem na exportação, ao invés de transformarem a matéria-prima no país. A Estrela da Floresta segue idêntico procedimento? Actualmente, a Estrela da Floresta está a avaliar os mercados locais e internacionais. Por enquanto, as produções, a partir desta área, vão concentrar-se no mercado interno. No entanto, se houver demanda significativa de outros mercados, vamos avaliar a possibilidade de exportar produtos florestais com valor acrescentado. Aliás, quando surgir a oportunidade, vamos apoiar o estabelecimento de um "cluster" local do sector florestal e incentivar o processamento de madeira local para oferecer serviços de valor acrescentado.

Dado o potencial das plantações florestais em Angola, a exportação de produtos florestais pode tornar-se uma actividade industrial significativa e proporcionar receitas de exportação no futuro. No entanto, a maioria da madeira colhida é actualmente processada e consumida no mercado nacional.

As províncias de Cabinda e Uíge continuam a ser as regiões com maior potencial e são também as mais rentáveis nesse domínio?

Cabinda e Uíge contam com florestas naturais com um elevado valor de madeira. Além disso, há um grande potencial noutras regiões. Tanto assim é que a Estrela da Floresta administra plantações nas províncias do Huambo, Benguela, Huíla e Bié e, repito, adquiriu mais de 80 mil hectares de plantações e uma área de terreno adicional na região do planalto central, concessionadas pelo Governo Angolano para desenvolver plantações de fibra de madeira em larga escala.

Nos últimos tempos, regista-se a dilapidação das espécies pelos produtores de carvão vegetal. Como olha para este fenómeno?

A maioria das plantações é composta pelas mesmas espécies de árvores, sendo as antigas plantações ainda existentes de eucaliptos, pinheiros e ciprestes. Os eucaliptos têm provado ser uma espécie bem

adaptada à região, com tolerância ao clima e um excelente crescimento. O pinheiro está bem adequado às necessidades da indústria de materiais de construção, que está a crescer em Angola, enquanto o eucalipto é uma espécie versátil, utilizada na produção de pasta de papel, produção de materiais de construção e também de combustível.

A produção de carvão local, nas províncias onde a Estrela da Floresta actua, está focada em espécies florestais naturais. Ali, a empresa está actualmente a estudar a possibilidade de produzir carvão vegetal de eucalipto. Por exemplo, no Brasil, o eucalipto é amplamente utilizado na produção do carvão vegetal e produz um excelente combustível para fins industriais.

A nível das regiões onde opera, que postos de trabalho a empresa oferece aos angolanos?

A Estrela da Floresta lançou uma campanha com vista a recrutar angolanos para 50 postos de trabalho, como guardas florestais. Para administrar as operações de plantio e a gestão das operações florestais no Huambo, vai recrutar um amplo número de trabalhadores e oferecer treinamento aos funcionários.

Além disso, está a construir um viveiro de muda de plantas na província de Benguela, que também vai criar oportunidades de emprego a nível local.

Em que medida a madeira está a contribuir para a diversificação da economia nacional?

A Estrela da Floresta centra-se na construção de um ecossistema sustentável que irá criar novas oportunidades comerciais, trazendo para 'o mercado produtos que têm sido tradicionalmente de difícil acesso no continente africano. Estas novas oportunidades comerciais também vão liderar de forma significativa a criação de empregos e de oportunidades de crescimento económico, a longo prazo em Angola. A nossa meta é o aumento da produção de derivados de madeira.

Além disso, também a longo prazo, a empresa aumentará a produção de derivados de madeira, ultrapassando a procura do mercado interno. Os excedentes de produção serão exportados para mercados africanos, tornando-se assim uma fonte adicional de receita de exportação para o país.

10.4 Rendas coladas ao dólar

Novo Jornal

4 De Novembro de 2016

Os habitantes da centralidade Vida Pacífica, no Zango, não serão contemplados com as alterações aprovadas pelo memorando do Ministério do Urbanismo e Habitação sobre propriedade de renda resolúvel, contrariamente aos moradores das centralidades do Kilamba, Sequele, Musseque Kapari e KM44.

Para estes moradores, as prestações mensais continuam indexadas ao dólar que, a esta altura, valorizou mais de 60 por cento em relação ao ano de 2013, altura da celebração dos contratos entre os moradores e a SONIP.

Situação que desagrada aos moradores da "vida pacífica", que vêem as rendas aumentar sem nada poderem fazer. "Não entendemos isso. Somos moradores como os outros e não temos sido beneficiados com estas alterações. Nas outras centralidades, primeiro deixaram de pagar as rendas indexadas ao dólar. Agora vão pagar dissociadas do IPC. Será que ninguém vê isso?", questiona o coordenador de um dos blocos da centralidade Vida Pacífica.

10.5 Estado impõe condições aos madeireiros

Jornal de Angola

06 De Novembro de 2016

A concessão de exploração florestal em Angola vai estar condicionada, a partir do próximo ano, à apresentação de um plano de repovoamento das áreas a desbravar, anunciou na sexta-feira em Luanda, a chefe do Departamento de Fomento Florestal do Instituto de Desenvolvimento Florestal.

Elizabeth de Almeida, que falava à Angop sobre a produção da madeira no país, afirmou que a conservação da cobertura vegetal das florestas através do repovoamento é o principal objetivo da nova política de concessão florestal, que entra em Execução a partir do próximo ano.

A funcionária do Ministério da Agricultura salientou que a nova lei de exploração florestal dá para concessão um período de 15 a 25 anos aos madeireiros, a fim de serem repostas as árvores abatidas, ao contrário do atual modelo, que concede apenas um ano, tempo insuficiente para o madeireiro repovoar a área utilizada.

As pessoas interessadas na exploração da madeira, de acordo com Elizabeth de Almeida, devem incluir no processo de legalização um plano de repovoamento, sendo uma obrigatoriedade para a concessão de licença para o exercício da actividade.

A uma pergunta sobre a criação de novos polígonos florestais, a chefe do Departamento de Fomento Florestal disse não haver projetos para a província de Luanda, existindo apenas planos de manutenção dos existentes, localizados na Ilha de Luanda e Benfica, insuficientes para a absorção dos gases nocivos ao meio-ambiente.

Fiscalização florestal Devido ao défice, Elizabeth de Almeida insistiu na necessidade de arborizar a cidade de Luanda, a fim de ser criada uma cortina verde.

A escassez de fiscais florestais dificulta as ações de proteção da flora, alertou Elizabeth de Almeida, para quem o trabalho de fiscalização não pode ser estático. A responsável acentuou que, devido ao número reduzido de fiscais e de meios de trabalho, há actividades que não são realizadas. "O fiscal deve estar sempre em movimento, para impedir actividades ilegais", salientou Elizabeth de Almeida.

O Instituto de Desenvolvimento Florestal, adiantou, carece de meios de trabalho para desencorajar a exploração ilegal de madeira e melhorar o serviço de fiscalização.

A chefe do Departamento de Fomento Florestal disse acreditar que o sector pode ajudar Angola na obtenção de receitas, no âmbito da política de diversificação da economia, porque o país, em sua opinião, tem capacidade de exportar madeira.

10.6 Milhares de famílias ficaram sem abrigo

Jornal de Angola

12 De Novembro de 2016

Texto: Válder Gomes

Mais de quatro mil pessoas residentes em nove dos 16 municípios da província do Uíge ficaram sem abrigo, em consequência das fortes chuvas que se abateram sobre a região, entre 9 de Outubro e 8 de

Novembro deste ano, revelou ontem o chefe da área de Proteção Civil e Bombeiros.

Eduardo André Pereira disse que, no quadro do balanço das principais ocorrências registadas neste período, pelo menos 4.530 pessoas residentes nos municípios de Milunga, Uíge, Negage, Quimbele, Buengas, Damba, Ambuíla, Songo e Quitexe foram afetadas.

O responsável da área de Proteção Civil e Bombeiros do Comando Provincial do Uíge referiu que a chuva destruiu 708 casas, seis escolas, 18 igrejas, dois postos de saúde e igual número de alpendres e de -I postes de iluminação pública, uma moagem e uma cantina.

O município de Milunga, com o registo de 335 casas destruídas, seis igrejas, um posto de saúde e um campo agrícola, além de 2.099 pessoas ao relento, é, até ao momento, a localidade mais atingida pelas enxurradas.

Para além das casas destruídas, escolas e igrejas, Eduardo Pereira disse que as chuvas provocaram também a erosão de oito ravinas de grande dimensão nos municípios de.

Milunga, Buengas e do Quimbele.

Em função disso, o responsável da área de Proteção Civil e Bombeiros avançou ser necessário haver maior apoio das instâncias superiores para acudir os sinistrados e travar a progressão das ravinas, sendo que algumas ameaçam interromper a circulação normal de viaturas em determinadas zonas.

10.7 Angola quer mais contribuições financeiras

Jornal de Angola

16 De Novembro de 2016

Texto: Manuela Gomes

Angola pediu, na segunda-feira, em MarraKech, Marrocos, um maior envolvimento no capítulo das contribuições financeiras aos países envolvidos na Iniciativa Transfronteira do Maiombe, que visa restaurar a Integridade dos ecossistemas da floresta africana para a conservação da sua biodiversidade.

O pedido de Angola foi feito pelo secretário-executivo do Projecto de Conservação da Floresta do Maiombe, Agostinho Chicaia, quando falava numa reunião paralela à COP22, Conferência da ONU sobre Alterações Climáticas, que se realiza desde o dia 7 deste mês, em Marrakech, devendo terminar na sexta-feira.

A Iniciativa Transfronteiriça do Maiombe, resultante de uma união entre Angola, Congo Brazzaville, República Democrática do Congo e o Gabão, tem como objetivo promover a estabilidade regional, a conservação dos recursos naturais e a melhoria do bem-estar das comunidades.

Mobilização de recursos Agostinho Chicaia adiantou que Angola, na qualidade de líder da Iniciativa Transfronteiriça do Maiombe, pretende revitalizar os mecanismos de articulação e mobilização de fundos para a conservação do ecossistema florestal localizado na bacia do Congo, região central de África. Um plano de ação comum já existe, mas ainda não começou a ser executado por motivos financeiros, informou Agostinho Chicaia, que disse haver necessidade de acções comuns entre os Governos, a sociedade civil, autoridades tradicionais e o sector privado para a conservação e uso sustentável da Floresta do Maiombe. Agostinho Chicaia informou que Angola vai apresentar a Iniciativa sobre a Conservação da Floresta do Maiombe numa reunião à margem da Conferência da ONU sobre Alterações Climáticas e na qual vão estar presentes os ministros do Ambiente e Recursos Naturais dos quatro países envolvidos na iniciativa. No encontro estão presentes representantes do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), do Programa das Nações para o Ambiente (PNUA) e da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), na qualidade de parceiros que podem ajudar na mobilização de fundos.

Encontros paralelos A delegação de Angola à COP22 é chefiada pela ministra do Ambiente, Fátima Jardim, e integrada pelo embaixador de Angola em Marrocos, Benigno Vieira Lopes, e pelos secretários de Estado das Relações Exteriores, Manuel Augusto, e das Florestas, André de Jesus Moda. Delegação angolana realiza em Marrakech vários encontros paralelos, a fim de estabelecer parcerias estratégicas e procurar fundos para financiamento de projetos. Incluindo a formação de quadros, no âmbito do combate às alterações climáticas, com ênfase para os problemas urgentes como a seca e a desertificação.

E a segunda vez que África alberga a conferência sobre o clima, sendo que a de Marrakech tem um significado especial, por definir estratégias e acções que vão dar corpo às decisões emanadas do Novo Acordo Mundial, aprovado em Dezembro de 2015, na Conferência de Paris, tendo entrado em vigor no passado dia 4 de Novembro.

10.8 Efeitos da seca com menos impacto na região

Jornal de Angola

18 De Novembro de 2016

Texto: Dionísio David

Os efeitos da seca a nível da província do Cunene passam, a partir dos próximos tempos, a ter menos impacto, com a execução de um programa de extravase do rio Cubango para a bacia do Cuvelai, que visa a retenção das águas pluviais.

Para a materialização deste projecto, o Instituto Hídrico deu início a um estudo de viabilidade, no sentido de fazer com que se retenha a água na bacia hidrográfica do Cuvelai, para o produto ser usado posteriormente pela população em períodos de seca.

O vice-governador provincial para os serviços Técnicos e Infraestruturas, Cristiano Mário Ndeitunga, avançou ontem o facto, em Ondjiva, no final da reunião do Conselho Provincial de Auscultação e Concertação Social, orientada pelo governador provincial Kundi Paihama.

Cristiano Mário disse que os membros do conselho de auscultação foram informados do que fazer com a água extravasada, desde os pontos centro e leste das bacias.

O responsável provincial acrescentou que o objectivo é garantir que a população que vive ao longo da bacia do rio Cuvelai tenha água de forma permanente.

a reunião, os membros do conselho discutiram a tarifa da água, e falaram sobre a necessidade de haver um mecanismo de cobrança.

Além do projecto de melhoria do sistema de abastecimento de água, Cristiano Mário revelou que o conselho aprovou o nome do antigo governador provincial António Didalelwa, falecido recentemente, para a futura Mediateca de Ondjiva.

10.9 Transferências após desastre com mais impacto em Angola

Jornal Expansão

18 De Novembro de 2016

Um relatório do Banco Mundial refere que Angola e Brasil são dos países onde as transferências internacionais após desastres naturais têm maior impacto.

Intitulado "Inquebrável: Construir a Resiliência dos Pobres Perante Desastres Naturais", o relatório do Banco Mundial e da Instituição Global para a Redução de Desastres e Recuperação, refere que cada dólar gasto nestas transferências traduz-se em benefícios superiores a 4 USD no bem-estar das populações.

Angola, Bolívia, Botsuana, Brasil, República Centro-Africana, Colômbia, Honduras, Lesoto, Panamá, África do Sul e Zâmbia são, dos 117 países analisados, aqueles onde as transferências demonstram ter maior impacto. No caso de Angola, os autores explicam que o País tem uma resiliência socio-económica muito baixa, de apenas 31%, devido às grandes desigualdades' (os 20% da população com salários mais baixos representam apenas 5% do rendimento total), a um sistema social muito fraco e aos constrangimentos de liquidez. Nesse contexto, a construção da resiliência socio-económica pode resultar em enormes benefícios, escrevem os autores do relatório

O relatório foi apresentado esta semana durante a conferência do clima da ONU, que decorreu em Marraquexe, no qual os autores apresentaram algumas medidas que permitem aumentar a resiliência dos países, nomeadamente a diversificação dos rendimentos, a inclusão financeira das famílias, os seguros de mercado e a protecção social adaptativa.

Construir um conjunto de instrumentos que permita fornecer apoio pós-desastre tem um potencial significativo, podendo mesmo chegar a fornecer ganhos no bem-estar no valor de 180 milhões de dólares ao ano.

"Os choques climáticos severos ameaçam fazer reverter décadas de progressos contra a pobreza", disse o presidente do Grupo Banco Mundial, Jim Yong Kim, citado num comunicado da instituição.

"As tempestades, as inundações e as secas têm graves consequências humanas e económicas, com os pobres a pagarem muitas vezes o preço mais elevado. Construir resiliência aos desastres não só faz sentido em termos económicos, como é um imperativo moral", acrescentou.

10.10 Vala de drenagem é fonte de abastecimento e diversão

Novo Jornal

18 De Novembro de 2016

Texto: Dulcineia Lufua

Uma vala de drenagem que passa pelo interior do bairro da Fofoca, proveniente do rio Kwanza e que desagua no Kikuxi, está a ser aproveitada pelos moradores para todo o tipo de uso, apesar dos riscos que representa.

A vala não está à vista de todos, mas quem entra no bairro à procura de flores para comprar apercebe-se da enorme extensão de água. Bem à entrada da rua que conduz à vala, encontram-se vários tipos de flores à venda. Mais à frente, localiza-se um posto policial e, um pouco adiante, uma placa dá as boas vindas à Quinta do Canal, espaço de lazer situado no bairro da Fofoca, como é chamado este aglomerado no município de Viana.

Vários moradores fizeram daquela vala uma fonte de consumo e de diversão. Com a água daquele canal de drenagem regam as plantas, cozinham e matam a sede e com ela as crianças se divertem, sem terem noção dos perigos que pode acarretar para a sua saúde e para a sua vida.

Crianças com idades compreendidas entre os cinco e os 12 anos fazem do local uma autêntica piscina sob o olhar dos adultos. Os pequenos dão mergulhos para a vala, de aproximadamente 2 metros de largura e 3 de profundidade, pois o que elas querem é fugir do sol e do calor que se faz sentir nesta época do ano, como contou à nossa reportagem Albertina Pedro. Enquanto os pais vão à procura de sustento, ela aproveita para se divertir, ignorando os riscos, nomeadamente a grande profundidade do canal.

Aprender a nadar numa altura de 3 metros

"Por causa do calor, preferimos vir tomar banho aqui", revelou a menina, de 12 anos, que aprendeu a nadar naquele rio improvisado. "Os nossos pais só nos deixam banhar aqui porque nós sabemos nadar.

Se não fosse assim, eles não permitiriam porque muitas crianças foram levadas pelas águas por não saberem nadar e acabaram por morrer", disse, aludindo o facto de ela, como muitas outras crianças, ter aprendido a nadar naquelas águas.

Quando mostrámos a máquina fotográfica, alguns se mostraram tímidos e se inibiram. Outros, pelo contrário: tentando impressionar, começaram a dar mergulhos para a vala. A mais nova, de 5 anos, como não conseguia entrar na água, ficou na beira a contemplar as outras crianças.

Mariano, de 9 anos de idade, que usava apenas uns boxers (roupa interior) amarelos, deu um mergulho e juntou-se à conversa para reclamar. "Tia, nós não temos medo de banhar nessa água, os nossos pais não nos ralham, é só a polícia que, às vezes, nos dá corrida e não nos deixa brincar aqui", revelou, esclarecendo que só se banham no local depois de saírem da escola.

Enquanto umas crianças se divertiam, um pouco mais à frente, Luísa Gomes tirava água para lavar a louça do almoço. Alertada sobre os riscos do consumo daquela água, a pequena garantiu que a mãe tem cuidado. "A minha mãe costuma colocar lixívia na água antes de usar para fazer serviço e ferve a água antes de bebermos", explicou a pequena, que tinha na sua posse um balde de cor preta amarrado a uma corda para facilitar a tarefa de tirar água da vala.

Marginais atirados à água

Um bairro, aparentemente calmo e rodeado de inúmeras mangueiras, que, para além de saciarem os moradores com os seus frutos, também servem como esconderijo para os dias de sol escaldante. Ali respira-se um ar fresco que ajuda a suportar o calor. É esse o caso de Maria Pedro, de 52 anos, que se encontrava debaixo de uma mangueira, a vender plantas.

A mulher diz que o local tem sido palco de afogamento de meliantes que tentam tirar o sossego aos moradores. "Alguns marginais, quando são apanhados pelos populares, depois de torturados, são atirados para essa água. Quando a polícia chega, já é tarde. Muitos deles acabam por morrer", contou Maria, lembrando que, no tempo das chuvas, a vala representa um perigo "por causa da forte corrente das águas".

A população do bairro vê ali uma oportunidade para poupar dinheiro e resolver um problema que afecta o bairro, que não é abastecido por água da EPAL "Comprar água nos tanques é muito caro e é um pouco difícil, por isso é que a maioria de nós usa essa água", justifica, salientando que não há muita

diferença. "A água das cisternas também é assim. Só depois de colocar o medicamento é que fica purificada", insiste.

10.11 Chova impede crianças de frequentar a escola no Inhinhique

Journal O PAÍS

22 De Novembro de 2016

Crianças da localidade do Inhinhique, nas proximidades do rio Capitão, no Lubango, província da Huíla, estão impedidas de frequentar a escola, numa altura em que se realizam as provas finais, em consequência das chuvas que se abateram no Lubango, província da Huíla, entre Sexta e Segunda-feira últimas, noticiou a Rádio Mais.

"Aqui, depois do Mutundo, no bairro Inhinhique, estamos a viver grandes problemas, não conseguirmos atravessar o rio, mas o que nos preocupa mais é que os nossos filhos não podem ir à escola", desabafou Jones, tendo realçado que, em tempo seco, os pais ajudavam as crianças a chegarem à outra margem.

Segundo ele, a tarefa dos progenitores, algumas vezes, passa por sobrepor-se a pequenas e médias correntes fluviais, que os obrigam a levar os rebentos às costas, molhando parte de suas roupas e calçados.

Na ausência de uma ponte, os populares dessa localidade haviam colocado pedras na base do rio, para facilitar a travessia, mas, com a subida do caudal, estas foram arrastadas.

Para Mateta, quando o rio Capitão está cheio torna-se perigoso atravessá-lo, pois, alguns dos que tentaram, em certas ocasiões, foram arrastados pela corrente.

A necessidade de passar de um lado para o outro é quase um imperativo, visto que os entrevistados e seus vizinhos vivem numa das margens e trabalham na outra.

Uma cidadã, que falou sob anonimato, referiu que, sempre que chove, as mães são obrigadas a abandonarem as actividades comerciais e dirigir-se às proximidades do rio Capitão, a fim de encontrarem alguém que ajude a buscar seus filhos no outro lado.

No momento em que falava, estava apreensiva, esperando que seus rebentos dessem um sinal a partir da margem oposta à de onde se encontrava.

Na Zona 6 do bairro 14 de Abril, conhecida como Entrada da Lalula, a situação não difere, já que a

população não pode ficar dentro de casa na ocasião em que chove.

O coordenador do bairro, Eduardo, ao pronunciar-se sobre o problema, informou que, no ano passado o Governo levou a cabo o processo de cadastramento do pessoal, tendo acalentado a esperança dos moradores que contavam com dias melhores.

"Mas hoje ainda temos que arranjar manobras, enquanto esperamos que o Governo nos diga onde ficar, porque quando chove as águas entram nas casas e, às vezes, derrubam-nas", disse o velho Eduardo, adiantando que tal fenómeno acontece com bastante frequência.

O coordenador revelou a intenção do seu pessoal mudar-se para qualquer sítio que o Governo indique, estando apenas à espera de uma orientação da parte do pelou Ruliano.

Enquanto isso não acontece, a comunidade desdobra-se em ações preventivas adequadas à sua realidade, evitando grandes transtornos, como a perda dos seus haveres e de suas vidas.

Huambo com chuvas alternadas O porta-voz dos Serviço Provincial de Protecção Civil e Bombeiros, Francisco Cangombe, adiantou que as chuvas no Huambo eram classificadas como alternadas, tendo causado alguns prejuízos materiais e humanos, que preferiu não os precisar, alegando a necessidade de actualizar os dados nas próximas 24 horas.

Os municípios de Caála, Huambo, Ukuma e Bailundo, bem como do Longonjo, são os que mais registam quedas pluviométricas, sendo no último onde Ocorreram mais calamidades naturais, como descargas elétricas e outras.

10.12 Cidade de Luanda acordou molhada

Jornal de Angola

22 De Novembro de 2016

O porta-voz do comando provincial do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, Faustino Minguês, disse que as inundações ocorreram principalmente nas áreas consideradas crónicas, a saber, nas imediações de bacias e lagoas, nas linhas naturais de passagem das águas e nalguns troços de estradas principais, terciárias e secundárias,

Os Bombeiros informaram que várias residências e estradas ficaram inundadas no município de Cacuaco, com o trânsito a ficar bastante dificultado na avenida Ngola Kiluanje. Nas comunas da Camama e do

Futungo, no município de Belas, centenas de famílias ficaram ao relento.

As ruas interiores dos bairros estavam ontem com o trânsito dificultado para peões e viaturas, tanto pelo acúmulo de águas e lama, como pelo lixo. Na antiga rotunda da Camama o trânsito era desesperante.

A administradora comunal da Camama, Luísa Manuel, em declarações à Angop, considerou grave a situação da sua circunscrição, e disse que na ronda que efectuou com os técnicos da administração depararam-se com vias intransitáveis, famílias com os haveres perdidos e residências com inundações acima dos dois metros. Lamentou a actual escassez de meios para socorrer a população, mas garantiu que as famílias afectadas vão ser acudidas.

No Futungo, a administradora comunal Virgínia Ceitas apontou as zonas do Pantanal, Gerais e Morro Bento como as mais críticas. A responsável salientou a construção nas passagens naturais das águas como a principal causa das inundações de residências e defendeu a criação de um plano de emergência para canalizar as águas das chuvas para o mar. "Talvez deste modo seja possível diminuir o número de casas afectadas", disse. No sector um do bairro Palanca, segundo o administrador comunal Pascoal Fortunato, um posto de transformação de electricidade ficou inundado.

No município do Cazenga a situação é crítica nas zonas do Tio Mingo, Catumbela, Mabululo, Velho-Kimbundu, Mulenvos, Tunga- Ngó, Buraco, Quinta, Sexta e Sétima avenidas. O director municipal do Cazenga dos serviços comunitários, Carlos Almeida, disse, ontem, durante uma reunião do conselho de auscultação e comunidades, que as autoridades continuam a limpar os colectores e as valas de drenagem e que este trabalho "é permanente e prioritário devido à má fé de alguns populares que insistem em colocar o lixo nas linhas de água".

Referiu que está concluída a ligação da rede de esgoto nas principais linhas de passagem de água no Cariango, na vala do Soroça e no Rio Seco. Em todo o caso, sublinhou, "é difícil acabar com as inundações, numa altura em que o processo de requalificação do município continua em curso". Facto notório, vários taxistas (vulgo candongueiros), nas primeiras horas da manhã, aproveitaram-se das dificuldades na circulação rodoviária e encurtaram as rotas, passando a cobrar acima dos 150 Kwanzas habitualmente praticados.

De acordo com o porta-voz dos Bombeiros, em todos os municípios e distritos as comissões locais de

protecção civil realizam trabalhos de limpeza, com motobombas e carros para absorção da água.

Faustino Minguês apelou aos munícipes a não caminharem descalços e a não se apoiarem nos postos de iluminação pública e nas paredes molhadas. Aconselhou ainda a terem especial cautela com as crianças.

As brigadas da Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (Elisal) e de outras, subcontractadas pelas Unidades Técnicas, começaram, logo às primeiras horas da manhã, a recolher e a limpar o lixo causado pela chuva.

No início deste ano o Instituto Nacional de Meteorologia (INAMET) alertou para o facto de algumas regiões do país poderem vir a receber chuvas acima do normal.

Na comuna de Mussuma Mitete, no município dos Bundas, província do Moxico, mais de dez famílias estão desalojadas em consequência da forte chuva que caiu no domingo. A chuva, segundo fonte da administração local, destruiu os edifícios do Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) e da Igreja Evangélica Sinodal de Angola (IESA).

II. MIGRAÇÃO

II.1 Imigração ilegal é preocupante

Jornal de Angola

19 De Novembro de 2016

Texto: Victorino Matias

O governador provincial da Lunda Norte, Ernesto Muangala, está preocupado com o elevado número de imigrantes ilegais, principalmente cidadãos da República Democrática do Congo. Que invadem constantemente as zonas de exploração de diamantes com o objetivo de praticarem garimpo ilegal e pôr em causa a estabilidade económica do país.

Ernesto Muangala, que falava no acto de massas que marcou as comemorações da independência nacional, disse que todos os dias a Lunda norte tem sido alvo da invasão silenciosa de cidadãos estrangeiros que promovem o enriquecimento ilícito com as riquezas locais e atentam contra a soberania nacional.

O governador esclareceu que são bem-vindos os cidadãos estrangeiros que mostram o propósito de ajudar e participar no desenvolvimento do país e da província em particular, merecendo deste modo apoio das autoridades competentes. "Não somos e nunca fomos xenófobos, pois o povo angolano desde há muito manifestou sempre a sua hospitalidade e solidariedade aos outros povos", justificou.

O governador explicou que os recursos naturais explorados na província devem beneficiar, em primeiro lugar, os angolanos e não os estrangeiros e, por isso, exortou as autoridades de defesa e segurança a reforçarem os mecanismos de vigilância fronteiriça, terrestre, aérea e fluvial, visando desencorajar a entrada desenfreada de estrangeiros ilegais que circulam livremente em toda a extensão da província.

12. EXPLORAÇÃO MINEIRA

12.1 Imigração ilegal é preocupante

Jornal de Angola
19 De Novembro de 2016
Texto: Victorino Matias

O governador provincial da Lunda Norte, Ernesto Muangala, está preocupado com o elevado número de imigrantes ilegais, principalmente cidadãos da República Democrática do Congo. Que invadem constantemente as zonas de exploração de diamantes com o objetivo de praticarem garimpo ilegal e pôr em causa a estabilidade económica do país.

Ernesto Muangala, que falava no acto de massas que marcou as comemorações da independência nacional, disse que todos os dias a Lunda norte tem sido alvo da invasão silenciosa de cidadãos estrangeiros que promovem o enriquecimento ilícito com as riquezas locais e atentam contra a soberania nacional.

O governador esclareceu que são bem-vindos os cidadãos estrangeiros que mostram o propósito de ajudar e participar no desenvolvimento do país e da província em particular, merecendo deste modo apoio das autoridades competentes. "Não somos e nunca fomos xenófobos, pois o povo angolano desde há muito manifestou sempre a sua hospitalidade e solidariedade aos outros povos", justificou.

O governador explicou que os recursos naturais explorados na província devem beneficiar, em primeiro lugar, os angolanos e não os estrangeiros e, por isso, exortou as autoridades de defesa e segurança a reforçarem os mecanismos de vigilância fronteiriça, terrestre, aérea e fluvial, visando desencorajar a entrada desenfreada de estrangeiros ilegais que circulam livremente em toda a extensão da província.

12.2 Exploração nas Lundas Sobas prometem levar a cabo manifestações em 2017

O Novo Jornal
25 De Novembro de 2016

Uma semana depois de terem apresentado uma queixa-crime junto da Procuradoria-Geral da República contra as empresas exploradoras de diamantes e seus sócios, as autoridades tradicionais

de Cafunfo, Cuango e Xamuteba, prometem organizar protestos, como forma de se repor a legalidade as empresas que exploram o minério na região.

Em entrevista ao Novo Jornal, o soba Muaka Pernba afirmou que este gesto visa pressionar o governo e as empresas para que sejam respeitados os direitos humanos nas zonas de exploração diamantífera, sobretudo pôr fim à prática de destruição das lavras e expropriação das terras.

As populações representadas pelas autoridades tradicionais que se deslocaram da Lunda para Luanda, acusaram os responsáveis pela exploração de diamantes e seus sócios, de estarem por detrás da destruição de residências e campos agrícolas para zonas de exploração do minério.

"Se não derem solução às violações dos direitos humanos a tempo, vamos mobilizar o povo. Todas as populações lundenses já estão avisadas e estão apenas à espera da resposta que virá de Luanda para avançarmos em 2017 com a onda de manifestações contra os bandidos que estão a expropriar-se das nossas terras", avisou.

Na região do Soba Mua Cafunfo só em 2016 foram destruídas mais de 68 lavras.

De 2015 até ao momento mais de 400 lavras foram alvo de destruição por parte dessas empresas. "As empresas não respeitam os sobas e as populações autóctones das localidades", lamenta a autoridade tradicional.